

CELSON FERNANDO ROCHA

**TRADUÇÃO JURAMENTADA DE
CONTRATOS DE COMPRA E VENDA:**

**Uma análise do uso de termos simples e de expressões fixas e semifixas
na direção inglês→português**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Lingüística Aplicada).

Orientadora: Profa. Dra. Diva Cardoso de Camargo

São José do Rio Preto

2007

Rocha, Celso Fernando.

Tradução juramentada de contratos de compra e venda : uma análise do uso de termos simples e de expressões fixas e semifixas na direção inglês / português / Celso Fernando Rocha. - São José do Rio Preto : [s.n], 2007.

156 f. : il ; 30 cm.

Orientador: Diva Cardoso de Camargo

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Tradução e interpretação. 2. Lingüística de Corpus. 3. Tradução juramentada. 4. Lingüística aplicada - Terminologia. 5. Terminologia. I. Camargo, Diva Cardoso de. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título..

CDU – 81'255

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dr. Diva Cardoso de Camargo
Profa. Dra. Lídia Almeida Barros
Prof. Dr. Tony Berber Sardinha

Suplentes

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti
Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa

Dedico este trabalho a minha mãe, Norma (*in memoriam*), pelo exemplo de luta e de amor que demonstrou ao longo da vida e pelo apoio incondicional depositado em mim.

Dedico-o, também, ao meu pai, Valdecir, ao meu irmão Cesar, e a dois grandes amigos Luiz Gustavo e Maria Thereza.

AGRADECIMENTOS

Sem Deus, não teria chegado até aqui...

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Diva Cardoso de Camargo, pela dedicação, amizade, profissionalismo e seriedade durante minha orientação.

De forma especial agradeço:

Aos membros da banca examinadora, Professor Doutor Tony Berber Sardinha e Erotilde Goreti Pezzati.

Aos Professores Doutores Lúdia Almeida Barros e Gentil Luiz de Faria pelas contribuições durante o Exame de Qualificação.

A todos os membros da equipe do projeto *PETra*, pela amizade, pela dedicação e pela ajuda.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Unesp, câmpus de São José do Rio Preto, que me estimularam, direta ou indiretamente, durante a realização deste trabalho.

Aos funcionários da biblioteca pelo auxílio prestado.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1. CONCEITOS OPERACIONAIS NO ÂMBITO DA DISSERTAÇÃO	19
2.1.1. Conceituação de corpus e corpus comparável	19
2.1.2. Conceituação de “palavra”, “vocábulo”, “termo” e “expressão fixa”.....	23
2.2. INTERSECÇÃO DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO BASEADOS EM CORPUS COM OUTRAS VERTENTES TEÓRICAS	29
2.2.1. Os Estudos da Tradução Baseados em Corpus a partir dos Estudos Descritivos da Tradução e da Linguística de Corpus.....	30
2.2.2. Os Estudos da Tradução e a Terminologia	33
3. O CASO DA TRADUÇÃO JURAMENTADA	39
3.1. UM BREVE PANORAMA DA TRADUÇÃO JURAMENTADA.....	39
3.2. O AGENTE RESPONSÁVEL PELA TRADUÇÃO JURAMENTADA E SUAS ATRIBUIÇÕES	43
3.3. MODALIDADE DE DOCUMENTO ANALISADO NA PESQUISA: O CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	47
4. MÉTODO E FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1. MATERIAL EMPREGADO NA COMPILAÇÃO DO CORPUS	53
4.2. PASSOS EMPREGADOS PARA O LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	53
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	59
5.1. CARACTERÍSTICAS DOS TEXTOS TRADUZIDOS NO MODO JURAMENTADO.....	59

5.2. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES A CONTRATOS DE COMPRA E VENDA.....	62
5.2.2. Observação de vocábulos com base na razão forma/item	69
5.2.1 Observação do conjunto léxico mais freqüente em contratos de compra e venda	72
6. GLOSSÁRIO DE TERMOS SIMPLES, EXPRESSÕES FIXAS E SEMIFIXAS MAIS FREQUENTES EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA TRADUZIDOS NO MODO JURAMENTADO	90
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
8. BIBLIOGRAFIA	143
8.1. DICIONÁRIOS EMPREGADOS NO CORPUS DE APOIO.....	143
8.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	143
APÊNDICES	149
Apêndice A – Listas de freqüência de palavras dos corpora de contratos de compra e venda	150
Apêndice B – Lista das 50 primeiras palavras-chave do corpus de contratos de compra e venda	153
Apêndice C – Lista dos termos simples e lista das expressões fixas e semifixas mais freqüentes em contratos de compra e venda.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS

C.A.	Corpus de apoio
CCV	Contrato de compra e venda
D1	<i>Vocabulário Jurídico</i> – De Plácido e Silva
D2	<i>Dicionário Jurídico</i> – Maria Chaves de Mello
D3	<i>Dicionário Trilíngüe de Termos de Negócios</i>
D4	<i>Dicionário Jurídico</i> – Noronha
LF	Língua fonte
N.E.	Não equivalência
TJ	Tradução Juramentada
TO	Texto original
TOI	Texto original em inglês
TOI-ccv	Texto original em inglês de contrato de compra e venda
TOP	Texto original em português
TOP-ccv	Texto original em português de contrato de compra e venda
TT	Texto traduzido
TTJP-ccv	Texto traduzido no modo juramentado referente a contrato de compra e venda

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Constituição dos corpora	54
Tabela 2 – Subtipos de TTJPs-ccv	62
Tabela 3 – Subtipos de TOPs-ccv	63
Tabela 4 – Subtipos de TOIs-ccv	64
Tabela 5 – Subtipo de contratos traduzidos pelo tradutor A	64
Tabela 6 – Subtipo de contratos traduzidos pelo tradutor B	64
Tabela 7 – Estatística dos TTJPs-ccv em relação ao TOPs-ccv	70
Tabela 8 – Diferença da razão forma/item nos TTJPs-ccv em relação os TOPs-ccv	70
Tabela 9 – Estatística dos TTJPs-ccv e relação aos TOIs-ccv	70
Tabela 10 – Diferença da razão forma/item nos TTJPs-ccv em relação os TOIs-ccv	70
Tabela 11 – Lista das 20 primeiras palavras-chave.....	73
Tabela 12 – Comparação do termo simples “acordo”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv.....	77
Tabela 13 – Frequência no corpus de TOIs-ccv	77
Tabela 14 – Comparação do termo simples “assinatura”, nos corpora de TTJP- ccv e TOPs-ccv	78
Tabela 15 – Comparação do termo simples “sede”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv.....	80
Tabela 16 – Comparação da expressão fixa “comum acordo”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv	83
Tabela 17 – Comparação da expressão fixa “condições gerais” nos corpora de TTJPs-ccv e TOPs-ccv	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do tamanho do corpus	21
Quadro 2 – Nome oficial dos tradutores em diferentes países	42
Quadro 3 – Exemplo da organização adotada para a construção do glossário de termos simples	58
Quadro 4 – Modelo do glossário com o termo simples “acordo”	58
Quadro 5 – Resultado da busca dos termos simples	76
Quadro 6 – Resultado da busca das expressões fixas e semifixas	81
Quadro 7 – Co-ocorrência de “prazo de” e “prazo”	85

ROCHA, Celso Fernando. *TRADUÇÃO JURAMENTADA DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA: Uma análise do uso de termos simples, expressões fixas e semifixas na direção inglês→português*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Estadual Paulista – UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, 2006.

RESUMO

Com a presente dissertação, estudamos características da tradução juramentada na direção inglês→português, no que concerne a semelhanças e diferenças no uso de termos simples, expressões fixas e semifixas mais freqüentes encontrados em contratos de compra e venda. A pesquisa situa-se no campo dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus e no da Lingüística de Corpus; ainda recorre, em parte, ao arcabouço teórico-metodológico da Terminologia. O corpus de estudo de textos traduzidos no modo juramentado contém: 34 contratos de compra traduzidos por dois tradutores; compilamos, também, um corpus comparável de textos originalmente escritos em inglês e português, referentes a contratos de compra e venda. A pesquisa conta com o auxílio do programa de computador WordSmith Tools versão 4.0 para o levantamento dos dados, tendo sido utilizadas as ferramentas WordList, KeyWord e Concord. A partir dos dados gerados, criamos um glossário de termos simples, e de expressões fixas e semifixas mais freqüentes, presentes no corpus de estudo. Os termos simples levantados constam de dicionários; no entanto, não se encontra registrada, na maioria das obras, qualquer referência quanto ao uso. Por sua vez, a maior parte das expressões fixas e semifixas não se encontram nos dicionários. Com a utilização do corpus comparável, foi possível localizar aproximadamente 70% dessas expressões fixas e semifixas. Além do levantamento léxico, a descrição de características da tradução juramentada, de seus aspectos legais, e da forma de apresentação do texto podem ser de grande utilidade para o tradutor aprendiz. Pode-se perceber o emprego de traduções literais, o que permitiria inferir o uso de uma linguagem mais atrelada ao original, de inserções em português de construções sintáticas, e de expressões da linguagem contratual dos contratos de compra e venda em inglês. Nota-se também a tomada de decisões específicas por parte dos tradutores juramentados, no tocante à manutenção de erros de numeração de cláusulas, ou ao emprego de adjetivos e advérbios imprecisos. Destaca-se, ainda, como outra característica da tradução juramentada, o uso do conjunto léxico menos variado, confirmado pela diferença da razão forma/item padronizada (2,29) em relação ao corpus comparável em português. Esse resultado também indica que os tradutores juramentados, selecionados para análise, tendem a utilizar mais palavras repetidas ao traduzirem contratos de compra e venda para o português.

Palavras-chave: Tradução juramentada. Estudos da Tradução Baseados em Corpus. Lingüística de Corpus. Terminologia. Contrato de compra e venda.

ROCHA, Celso Fernando. SWORN TRANSLATION OF SALES CONTRACT: A study concerning the use of simple terms, fixed and semi-fixed expressions in the English→Portuguese direction. Master's degree dissertation presented to Universidade Estadual Paulista – UNESP (University of the State of São Paulo), campus of São José do Rio Preto.

ABSTRACT

The present study aims at observing features of sworn translation in the English→Portuguese direction, concerning similarities and differences in the use of the most frequent simple terms, fixed and semi-fixed expressions present in sales contracts analyzed. This study has its theoretical basis on Corpus-Based Translation Studies, on Corpus Linguistics and on some theoretical concepts in Terminology. Our corpora of study comprise 34 sales contracts, translated by two sworn translators. We also compiled two comparable corpora of sales contract: one originally written in Portuguese and another in English. We used three tools of the software WordSmith Tool 4.0 in order to extract data: WordList, KeyWord and Concord. Based on the lexicon found in sales contracts corpora, we built a glossary of simple terms, fixed and semi-fixed expressions. Although the simple terms were present in the dictionaries of our support corpus, there is no information concerning their use. Regarding fixed and semi-fixed expressions most of them were not found in these dictionaries. The Portuguese comparable corpus showed approximately 70% of fixed and semi-fixed expressions. Also, descriptions about features of sworn translation, its legal aspects, and the text layout can be useful to the learner translator. The occurrence of literal translation, reveals a tendency to use a language closer to the style of sales contracts originally written in English. In addition, we observed a tendency to translate errors in clause numbers as well as imprecise adjectives and adverbs. Another important feature observed is the use of less lexical variation, which is confirmed by the standardized type/token ratio difference (2,29) in relation to the comparable corpus in Portuguese. This result also indicates that in the sworn translations studied, there is a tendency to use more repetition of words than in the analyzed sales contracts originally written in Portuguese.

Keywords: Sworn Translation Corpus-based Translation Studies. Corpus Linguistics. Terminology. Purchase and sale agreement.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ampliação do fenômeno da globalização tem feito com que a tradução seja utilizada de maneira cada vez mais intensa ao redor do mundo. As transações comerciais entre os países, a circulação de pessoas e a difusão de conhecimentos fazem parte do processo de aumento do volume de traduções. A tecnologia é outro aspecto relevante tanto para a veiculação da tradução nos meios impresso, audiovisual e internet como também tem contribuído para o desenvolvimento da disciplina Estudos da Tradução.

As investigações que têm como foco a tradução recorrem, com frequência, ao auxílio do computador para análise de textos traduzidos (TTs), levantamento de termos mais utilizados, criação de corpora de tradução, etc. Por seu turno, o conhecimento gerado tem propiciado subsídios importantes para a criação de material didático e para treinamento de tradutores.

A evolução tecnológica não só ampliou a demanda de traduções como também passou a auxiliar o fazer tradutório. O poder de processamento da máquina aliado às habilidades humanas oferece maior dinamicidade e precisão para o trabalho dos tradutores. Para os pesquisadores, análises mais abrangentes e completas dos TTs podem ser realizadas por meio da ajuda de corpora eletrônicos.

Nesse sentido, uma abordagem interdisciplinar pode contribuir para o estudo da linguagem da tradução. Por essa razão, recorreremos, na presente pesquisa, ao apoio teórico dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus (Baker 1993, 1995, 1996; Camargo 2005), da Lingüística de Corpus (Berber Sardinha 1999, 2000, 2004, Tognini-Bonelli, 2001) e, em parte, a princípios adotados pela Terminologia (Aubert 1992, 1996; Barros 1998, 2004; Krieger & Finatto 2004), para observamos o uso do conjunto léxico mais recorrente em contratos de compra e venda (CCVs).

Dentre os documentos de maior frequência submetidos ao processo de tradução juramentada (TJ), destacam-se os de ordem societária. Encontramos os CCVs como o subtipo de contrato que apresentou o maior número de textos no corpus de estudo. Desse modo, dada a sua importância, complexidade e grande demanda na TJ, justifica-se a escolha desse tipo de documento para o estudo de suas características na presente pesquisa.

Com referência a pesquisas em tradução, os estudos estavam, anteriormente, voltados, em sua maioria, para concepções como “fidelidade” e a precedência, em termos qualitativos, do original em relação ao TT. Sob esse enfoque, características da tradução eram deixadas de lado, alterações observadas nos TTs eram consideradas de modo negativo. Atualmente, tal concepção foi revista pelos Estudos da Tradução; no caso da proposta fornecida pelos Estudos da Tradução Baseados em Corpus, o direcionamento tem-se voltado para a natureza da tradução *per se*. Nesse sentido, uma pesquisa baseada em corpus pode trazer maior compreensão do seu objeto de estudo, fornecendo maiores possibilidades para observar e explorar convergências e divergências entre documentos originais e documentos traduzidos no modo juramentado.

Dentro dessa perspectiva, procedeu-se à criação de um corpus de TJ na direção tradutória inglês→português, referentes a CCVs. A fim de possibilitar o contraste, foi compilados um corpus comparável de textos de mesma natureza originalmente escritos em português (TOPs), e de outro corpus de textos de mesma natureza originalmente escritos em inglês (TOIs). Esse material poderá servir como fonte de consulta para tradutores, pesquisadores e estudantes de tradução. Também a pesquisa procura demonstrar algumas das potencialidades da análise quantitativa e qualitativa baseada em corpus de TTs.

Embora cresça a cada dia a demanda de documentos submetidos à TJ, é escassa a literatura na área. Também são raras as investigações específicas sobre essa modalidade tradutória, dado que as poucas pesquisas a que se tem acesso partem da prática de alguns

tradutores juramentados que disponibilizam textos de uso próprio. No entanto, com o aumento do comércio exterior e o trânsito de pessoas e de mercadorias cada vez mais intenso, a TJ passa a ser ainda mais necessária. Desde um histórico escolar ou até mesmo contratos bilionários entre empresas, todos podem requerer, por exigências legais, esse tipo de tradução.

Em virtude da diversidade crescente de documentos que demandam a TJ, surge a necessidade de trabalhos que mostrem características dessa modalidade de tradução. Acresce-se ainda que, apesar do grande número de instituições que fornecem cursos em nível de Graduação, Pós-Graduação e Especialização, tais cursos ainda não contemplam, em sua maioria, disciplinas voltadas para a formação específica de alunos que pretendam tornar-se tradutores públicos. Por esse motivo, decidimos concentrar nossa pesquisa no estudo da TJ no que se refere ao uso do vocabulário mais freqüente nesse tipo de documento selecionado para a análise.

Desse modo, para o presente trabalho foram propostos os seguintes objetivos:

Objetivos Gerais:

1. Investigar características da tradução juramentada, no tocante a aproximações e distanciamentos no conjunto lexical, notadamente no uso de termos simples, expressões fixas e semifixas mais freqüentes, encontrados em textos traduzidos no modo juramentado para o português, referentes a contratos de compra e venda (TTJPs-ccv);
2. Investigar características da tradução juramentada, no tocante a aproximações e distanciamentos no conjunto de nomenclaturas de disciplinas mais freqüentes, encontradas em textos traduzidos no modo juramentado para o português, referentes a históricos escolares (TTJPs-he);
3. Proceder a um estudo comparado sobre semelhanças e diferenças da TJ quanto ao uso do conjunto léxico entre os dois tipos de documentos analisados.

Objetivos Específicos

1. Analisar equivalentes ou correspondentes a partir do conjunto lexical, encontrado no corpus de TTJPs-ccv em relação aos conjuntos lexicais presentes no corpus de textos originalmente escritos em português referente a contratos de compra e venda (TOPs-ccv) e no corpus de textos originalmente escritos em inglês referente a contratos de compra e venda (TOIs-ccv);
2. Analisar equivalentes ou correspondentes a partir do conjunto lexical encontrado no corpus de TTJPs-he em relação aos conjuntos lexicais presentes no corpus de textos originalmente escritos em português referente a históricos escolares (TOPs-ccv) e no corpus de textos originalmente escritos em inglês referente a históricos escolares (TOIs-ccv);
3. Proceder a um estudo comparado nos três corpora de TTJPs-ccv, de TOPs-ccv e de TOIs-ccv, procurando identificar semelhanças e diferenças no uso de termos simples, expressões fixas e semifixas de maior frequência;
4. Proceder a um estudo comparado nos três tipos de textos referentes a TTJPs-he, de TOPs-he, e de TOIs-he, procurando identificar semelhanças e diferenças no uso de nomenclatura de disciplinas de maior frequência;
5. Produzir um modelo de glossário bilíngüe português-inglês-português de termos simples, expressões fixas e semifixas mais frequentes encontrados nos corpora de TTJPs-ccv, TOPs-ccv e TOIs-ccv; e
6. Produzir uma lista bilíngüe português-inglês-português de nomenclatura de disciplinas mais frequentes, encontrada nos respectivos corpora de TTJPs-he, TOPs-he e TOIs-he.

A presente pesquisa está organizada em seis partes. A *Parte 2. Fundamentação teórica* apresenta, inicialmente, a conceituação de “corpus” e “corpus comparável” (*subitem 2.1.1*) e, depois, a conceituação de “palavra”, “vocábulo”, “termo”, “expressão fixa” e “semifixa” no

âmbito da presente pesquisa (*subitem 2.1.2*). Em seguida, passamos a tratar da intersecção dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus com outras vertentes teóricas (*subitem 2.2*), abordando, primeiramente, a sua intersecção com os Estudos Descritivos da Tradução e com a Lingüística de Corpus (*subitem 2.2.1*) e, depois, abordando a intersecção dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus com a Terminologia (*subitem 2.2.2*).

Na *Parte 3. O caso da tradução juramentada*, apresentamos, primeiramente, alguns aspectos concernentes à TJ no Brasil e em outros países (*subitem 3.1*); em seguida, tratamos do agente responsável pela TJ (*subitem 3.2*). Depois, passamos a tratar dos tipos de documentos analisados na pesquisa (*subitem 3.4*), abordando os “contratos” e, especificamente, o “contrato de compra e venda” (*subitem 3.4.1*).

A *Parte 4. Método e forma de análise dos resultados* apresenta o material utilizado na compilação do corpus (*subitem 4.1*), bem como descreve os passos empregados para o levantamento e análise dos dados. Também apresenta como foi organizado o glossário (*subitem 4.2*).

Na *Parte 5. Análise dos resultados* encontram-se o levantamento de algumas características dos documentos traduzidos no modo juramentado (*subitem 5.1*), a análise dos dados concernente a contratos de compra e venda (*subitem 5.2*) e, apresentamos os dados referentes à razão forma/item (*subitem 5.2.1*). Em seguida, procedemos às observações do conjunto léxico mais freqüente nesse tipo de documento (*subitem 5.2.2*).

A *Parte 6. Glossário* contém o glossário de contratos de compra e venda.

Nas *Considerações finais* apresentamos, de modo sintético, as principais conclusões a que chegamos em face dos resultados alcançados na pesquisa.

Na *Bibliografia* estão elencados os artigos e as obras que deram sustentação teórica às análises ou que foram mencionados na pesquisa.

Por fim, os três apêndices complementam a pesquisa: o *Apêndice A* contém a lista de frequência de palavras dos três corpora referentes a contratos de compra e venda, seguido do *Apêndice B* com as respectivas listas de palavras-chave e do *Apêndice C* com a respectiva lista de termos simples, expressões fixas e semifixas.

Se bem chegada à meta aqui proposta, a presente dissertação poderá contribuir para o estudo da TJ no tocante a semelhanças e diferenças no uso do conjunto lexical mais freqüente nos CCVs, à luz dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Após o exposto anteriormente, sobre as motivações e objetivos desta dissertação de mestrado, apresentaremos os conceitos adotados no âmbito da presente pesquisa (*subitem* 2.1), para, então, passarmos a expor os principais elementos que deram sustentação teórica ao nosso estudo, em especial no que se refere à abordagem proposta para os Estudos da Tradução Baseados em Corpus (Baker 1993, 1995, 1996), aos fundamentos da Lingüística de Corpus (Berber Sardinha 2004; Tognini-Bonelli 2001), e a alguns princípios da Terminologia (Aubert 1998; Barros 2002; Krieger & Finatto 2004) (*subitem* 2.2).

2.1. CONCEITOS OPERACIONAIS NO ÂMBITO DA DISSERTAÇÃO

Dada a natureza da presente dissertação, mostra-se necessário tratar, inicialmente, da conceituação de “corpus” e “corpus comparável” (*subitem* 2.1.1) bem como da conceituação adotada para “palavra”, “vocábulo”, “termo” e “expressão fixa” (*subitem* 2.1.2).

2.1.1. Conceituação de corpus e corpus comparável

O termo “corpus” originalmente significava qualquer coleção de texto em meio digital ou não, organizado de acordo com determinados padrões (BAKER 1995, p. 225). A definição sofreu algumas mudanças e passou a significar uma coleção de textos em formato eletrônico, passíveis de serem analisados automática ou semi-automaticamente.

O termo “corpus” deixou, também, de significar apenas textos de língua escrita para incluir textos orais; é comum encontrarmos corpora da fala de iniciantes em línguas estrangeiras.

A natureza e o tamanho do corpus permanecem variáveis. Podemos ter corpora das mais diversas áreas e com os mais diversos propósitos. Segundo Berber Sardinha (2004, p.43), a nomenclatura empregada na Lingüística de Corpus para definir os corpora é bem extensa e pode ser sumarizada de acordo com vários critérios, como:

Modo

Falado: composto de porções de fala transcritas.

Escrito: composto de textos escritos, impressos ou não.

Tempo

Sincrônico: compreende um período de tempo.

Diacrônico: compreende vários períodos de tempo.

Contemporâneo: representa o período de tempo corrente.

Histórico: representa um período de tempo passado.

Seleção

De amostragem (*sample corpus*): composto por porções de textos ou de variedades textuais, planejado para ser uma amostra finita da linguagem como um todo.

Monitor: a composição é reciclada para refletir o estado atual de uma língua; opõe-se a corpora de amostragem.

Dinâmico ou orgânico: o crescimento e diminuição são permitidos; qualifica o corpus monitor.

Estático: oposto a dinâmico; caracteriza o corpus de amostragem.

Equilibrado (*balanced*): os componentes (gêneros, textos etc.) são distribuídos em quantidades semelhantes (por exemplo, mesmo número de textos por gênero).

Conteúdo

Especializado: os textos são de tipos específicos (gênero ou registros definidos).

Regional ou dialetal: os textos são provenientes de uma ou mais variedades sociolingüísticas específicas.

Multilíngüe: inclui idiomas diferentes.

Autoria

De aprendiz: os autores dos textos não são falantes nativos.

De língua nativa: os autores são falantes nativos.

Disposição interna

Paralelo: os textos são comparáveis (por exemplo, original e tradução).

Alinhado: as traduções aparecem abaixo de cada linha do original.

Finalidade

De estudo: o corpus que se pretende descrever.

De referência: usado para fins de contraste com o corpus de estudo.

De treinamento ou teste: construído para permitir o desenvolvimento de aplicações e ferramentas de análise.

Com relação ao tamanho dos corpora, Berber Sardinha (2004, p. 26) propõe a seguinte classificação em relação ao tamanho de um corpus:

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Quadro 1: Classificação do tamanho do corpus

Desse modo, os corpora utilizados na tradução podem variar consideravelmente, mas, em sua grande maioria, são bilíngües ou monolíngües. De acordo com Burnett (1999), os corpora podem ser classificados da seguinte maneira:

- a) Corpus paralelo;
- b) Corpus comparável multilíngüe, e
- c) Corpus comparável monolíngüe.

O corpus paralelo consiste de textos originalmente escritos em determinada língua e sua respectiva tradução. A grande quantidade de dados gerados com o uso desse tipo de corpus beneficia o treinamento de tradutores, o processamento de linguagem natural e a tradução auxiliada por computador.

O corpus comparável multilíngüe é formado por meio de conjuntos homogêneos de textos originais em pares de línguas que podem ser comparados por apresentarem determinadas características. Laffling (apud. Burnett 1999) define-o como: “coleções de textos que, embora escritos independentemente nas respectivas comunidades lingüísticas,

possuem a mesma função comunicativa”¹. Com esse tipo de corpus podemos compreender características e itens lingüísticos na forma como ocorrem em seu ambiente de produção, e não como características inerentes à tradução.

Por sua vez, um corpus comparável monolíngüe, de acordo com Baker (1995), consiste em dois conjuntos de textos em uma mesma língua: um composto de textos originais (TOs) e outro de TTs para a língua em questão, a partir de uma única língua fonte (LF) ou de diversas LFs.

Devido às especificidades dos textos traduzidos no modo juramentado, o tipo de corpus utilizado na pesquisa é o comparável conforme proposto por Tognini-Bonelli (2001, p. 134-5). Para a pesquisadora, o ideal é que seja composto de: - um corpus comparável de TOs na língua 1, - um corpus de estudo com os TTs em questão, o qual pode ser ou não um corpus paralelo², e - um corpus comparável de TOs na L2.

Esse tipo de corpus mostra-se o mais indicado no tocante à TJ, devido a algumas de suas características: (a) determinados subtipos de texto como no caso de notas promissórias, faturas, cheques, encontram-se impressos em formulários padronizados para preenchimento dos espaços em branco, bastando apenas alguns modelos de TOs para observação; (b) nos livros “Registro de Tradução” só excepcionalmente são anexados os TOs; e (c) os tradutores juramentados, em geral, não costumam guardar os TOs.

Também com base em Tognini-Bonelli (2001), tivemos a preocupação de que os modelos de TOs fossem coletados tanto em português como em inglês, a fim de podermos observar aproximações/distanciamentos entre o modelo brasileiro e o modelo norte-

¹ *collections of texts which, though composed independently in the respective language communities, have the same communicative function* [A tradução das citações em nota de rodapé é de nossa autoria.]

² *Step 2 in the process [of comparison] will consider L1 and L2 and will posit a prima-facie translation equivalence for each meaning/function. [...] If a parallel corpus is available, the process will be enriched by access to past translations. If this is not available, as in the case of this study, this step has to rely on information taken from traditional reference books such as dictionaries and grammars or past experience on the part of the analyst* (TOGNINI BONELLI 2001, p. 134).

americano. Cabe salientar que para serem representativos, os três corpora devem fazer parte de um mesmo domínio.

Desse modo, o corpus de estudo da presente pesquisa constitui-se de CCVs traduzidos no modo juramentado. Recorremos também à compilação de dois corpora comparáveis bilíngües, ou seja, CCVs originalmente escritos em inglês e em português.

Utilizamos também um corpus de referência, o *Lácio-ref*, para extrair a lista de palavras e contrastá-la com a lista de palavras do corpus de estudo de TTJPs-ccv. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 97), a função do corpus de referência “é fornecer uma norma com a qual se fará a comparação das frequências do corpus de estudo”. Tal contraste é feito por meio de uma prova estatística que o usuário seleciona. O resultado é uma lista de palavras que são estatisticamente mais significantes no corpus de estudo do que no corpus de referência, ou seja, a lista de palavras-chave. Escolhemos o *Lácio-ref* por ser um corpus de referência disponível para o usuário na Internet, gratuito, e por conter textos da área de humanidade, filtrando, desse modo, os elementos genéricos do corpus de estudo de contratos de compra e venda.

2.1.2. Conceituação de “palavra”, “vocábulo”, “termo” e “expressão fixa”

Devido à necessidade de distinguir determinados conceitos no âmbito desta pesquisa, passaremos a abordar a definição de “palavra”, “vocábulo” e “termo”; “termo simples”, “termo composto” e “termo complexo”; e “expressão fixa” e “semifixa”.

Segundo o Dicionário de Lingüística de Jean Dubois (1993, p. 451), “palavra” seria:

[...] um elemento lingüístico significativo composto de um ou mais fonemas; essa sequência é suscetível de uma transcrição escrita (ideogramática, silabária ou alfabética) compreendida entre dois espaços em branco; ela conserva sua forma, total ou parcialmente (no caso da flexão), em seus diversos empregos sintagmáticos; a palavra denota um objeto (substantivo), uma ação ou um estado (verbo), uma qualidade (adjetivo) uma relação (preposição), etc.

O autor também estabelece algumas ressalvas a respeito do conceito de palavra mencionado acima. As palavras costumam ter, em geral, não um mas vários significados. Também, algumas noções podem ser expressas por diferentes palavras de diferentes naturezas gramaticais; como exemplo, o autor cita: *branco* e *brancura*. Nesse aspecto, a lingüística estrutural evita, de certo modo, a noção de *palavra* devido à falta de rigor teórico na delimitação do seu conceito.

Por seu turno, Bauer (1992, p. 256) esclarece que: “Palavra é um termo superordenado para palavra gramatical, lexema e palavra-forma. Trata-se de um termo que pode ser utilizado sem se especificar quais dos tipos mais específicos de “palavras” estão sendo mencionados³”.

São comuns, no entanto, classificações que tomam por princípios norteadores os critérios fonológicos, gramatical (morfo sintático) e semânticos. Devido à importância dada à forma escrita, haveria uma tendência em se colocar como primeiro aspecto delimitador uma conceituação de palavra que tem como base a delimitação da grafia entre dois espaços em branco. Se pedirmos para qualquer pessoa contar a quantidade de palavras presentes em uma frase, muito provavelmente essa pessoa levará em consideração tal aspecto.

Quanto ao software WordSmith Tools, ao efetuar a contagem num texto ou corpus, utiliza a palavra no sentido de ocorrência, ou seja, verifica o número de palavras que ocorrem nesse texto ou corpus. Dessa maneira, para levantar o número de palavras-ocorrência, o programa conta como 1 ou 0 os espaços existentes entre os caracteres a fim de estabelecer a contagem. Também, outros caracteres podem ser incluídos para funcionarem como delimitadores (apostrofe, quebra de linha, hífen, etc).

³ Word is a superordinate term for grammatical word, lexeme and word-form. That is, it is a term which can be used without specifying which of the more specific kind of word one means.

Por esse motivo, recorreremos na presente dissertação ao conceito de palavra que leva em consideração a existência de um espaço entre elas; poderíamos dizer que se trata de *palavra ortográfica* nos termos de Bauer (1992, p. 7). Também, o WordSmith Tools faz a contagem de palavra ortográfica. Desse modo, “contrato” e “contratos” são consideradas como palavras diferentes e não como um mesmo lexema flexionado; da mesma forma, “comprar” e “comprei” seriam classificados como palavras distintas.

No decorrer da dissertação, utilizamos “palavra” nesse sentido mais específico, isso porque nosso material de estudo encontra-se em forma escrita e porque o programa de computador utilizado gera listas contendo as palavras ortográficas. Outro motivo diz respeito ao propósito da análise e ao recorte feito: estudaremos apenas os termos simples e as expressões fixas e semifixas de base substantival, a fim de levantar os que mais ocorrem na TJ, fazendo a classificação manualmente, não sendo, pois, necessário proceder a lematização nas listas de palavras fornecidas pelo programa WordSmith Tools.

Cabe, ainda, distinguirmos “vocábulo” e “palavra”. Para a estatística léxica, cada palavra é considerada como uma unidade do texto entre espaços em branco e cada ocorrência é considerada como uma nova palavra (Dubois 1993, p.450). Deste modo, nosso corpus de TTJPs-ccvs contém 98.184 palavras. Reagrupando as mesmas formas, teríamos 3.819 vocábulos. Contudo, o WordSmith Tools não faz distinção de vocábulos de mesma grafia no texto, como, por exemplo, os homógrafos “força” referindo-se à energia elétrica e a força centrípeta. Caso estivéssemos trabalhando com um corpus de língua geral, tal distinção poderia apresentar dificuldades para a busca de equivalentes. No entanto, como nosso corpus é composto de textos de um âmbito específico, tal questionamento é minimizado pelo emprego, nos contratos, de vocábulos que tendem à monoreferencialidade.

Assim, as palavras são contadas cada vez que ocorrem em um texto; já os vocábulos são contados apenas uma vez. Chamamos o conjunto de vocábulos de um texto de conjunto

vocabular (BARROS 2004). Enquanto as palavras são consideradas unidades do texto, os vocábulos são considerados uma unidade do léxico. Como exemplo, apresentamos a seguinte sequência: “... o processo de exportação de produtos deve-se fazer no prazo [...] a exportação de matérias têxteis; máquinas para fiação, dobragem ou torração de matérias têxteis...” em que, como palavra, “exportação” é contada duas vezes; enquanto vocábulo é contado apenas uma vez.

Já “termo” é definido pelos organismos internacionais de normalização como “designação, por meio de uma unidade lingüística, de uma noção definida em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5).

Outra nomenclatura utilizada para designar termo é “unidade terminológica”. O conjunto de termos de uma área especializada chama-se “conjunto terminológico” ou “terminologia”. Segundo Barros (2004, p. 40), podemos analisar o termo em diferentes aspectos: do ponto de vista do significado, do ponto de vista do significante e de suas relações semânticas que mantêm com outros termos. Também podemos analisá-lo de acordo com seu valor sociolingüístico e outros.

No tocante à distinção entre “vocábulo” e “termo”, Barros (2004, p. 42) mostra que: “colocando em relação vocábulo e termo, podemos afirmar que este último é, no âmbito da análise de um texto, um vocábulo que designa um conceito específico de um domínio especializado”. Ele é ativado devido a condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação (Cabré 1999, p.123). A distinção entre vocábulo e termo leva em consideração a existência de duas instâncias de discurso, o da língua geral e o da língua de especialidade. Barbosa (2006, p.49) esclarece que as unidades lexicais são plurifuncionais e que “o estabelecimento preciso de sua função depende de sua inserção em uma norma discursiva, que determina, então, o estatuto de vocábulo ou termo”.

Se colocarmos em contraste “termo” e “palavra”, notaremos que, enquanto o termo tende a designar o emprego monossêmico (significação única) em uma determinada área do conhecimento, a palavra pertenceria ao vocabulário geral de uma língua, assim, polissêmica por natureza.

No que diz respeito à classificação dos termos, é comum distingui-los entre simples, composto e complexo. O termo simples é definido como sendo “constituído de um só radical com ou sem afixo” (ISO 1087, 1990, p. 7). Como exemplo, podemos citar: “frete”, “embarque”, “expedidor”.

Os termos compostos são unidades léxicas formadas com base em dois ou mais radicais e diferenciam-se dos termos simples devido a um grau maior de lexicalização. Quando em situação de não autonomia, podem, muitas vezes, ser grafados com hífen, como em “mão-de-obra”. Já os termos complexos podem conter tamanhos diferentes e podem ser chamados de “termos sintagmáticos”, “termos sintagmas” ou ainda “sintagmas terminológico”. Temos como exemplo: “conhecimento de acordo”, “frete pago no destino” e “conhecimento de embarque”. De acordo com Krieger & Finnato (p.81, 2004) são unidades predominantes na comunicação especializada. As autoras comentam que em algumas pesquisas terminológicas identificou-se a prevalência de 70% de terminologias instituídas no modo de sintagmas terminológicos.

Segundo Barros (2004, p.101), é importante a distinção entre sintagma lexical (ou terminológico) de sintagma livre. No entanto, a definição de critérios para a delimitação dos sintagmas nominais livres dos termos sintagmáticos nominais parece encontrar várias vias de abordagem de acordo com diferentes autores. Cabe acrescentar que há alguns pontos citados por Barros (2004) que servem como critério de identificação. Dentre eles, podemos citar o *grau de lexicalização* que é estabelecido por: a) não autonomia dos componentes; b)

impossibilidade de comutação sem acarretar mudança de sentido; c) não separabilidade dos componentes.

Barros (2004) também observa que:

O uso é, enfim, um critério muito importante na avaliação do grau de lexicalização dos sintagmas, visto que nele se levam em conta o caráter único e constante do significado, a estabilidade da relação entre a sequência sintagmática e um significado único. O emprego prolongado de uma sequência sintagmática conduz a uma integração semântico-sintática muito forte e a memorização por parte dos usuários. O sintagma adquire, assim, uma estabilidade de forma e sentido (BARROS 2004, p. 105).

No que tange às colocações, segundo Baker, são padrões flexíveis de linguagem, cuja forma pode ser alterada de várias maneiras, como por exemplo: *deliver a letter, delivery of a letter, a letter has been delivered* (Baker 1992, p. 63). Embora cada palavra dependa de outras para identificar seu significado, a teórica esclarece que determinadas palavras têm seu significado individual em uma dada colocação. Como exemplo, podemos identificar o significado associado à palavra *aberta*, na colocação “companhia aberta”. De acordo com o *Dicionário Jurídico da ABLJ*, nota-se que a expressão apresenta um sentido específico: “aquelas [empresas] cujos valores mobiliários são admitidos à negociação na bolsa”.

Quanto a expressões fixas ou semifixas, estão no extremo da escala que caracteriza as colocações, tanto no que diz respeito a padrões de flexibilidade quanto à transparência de significado. As expressões fixas constituem padrões de linguagem cristalizados (*frozen*) que não permitem nenhuma variação, ou no caso das expressões semifixas permitem poucas variações (Camargo 2005). Podemos também depreender o significado de expressões fixas e semifixas com base em seus componentes individuais. Segundo Baker (1992, p. 64), tais expressões trazem à mente do leitor ou ouvinte toda a situação contextual na qual elas são usadas. Essa característica faz com que as expressões fixas e semifixas sejam utilizadas em todas as línguas, devido à junção de aspectos concernentes ao contexto de comunicação e a aspectos da experiência. Nesse sentido, ocorre certa intersecção da Terminologia com os

Estudos da Tradução Baseados em Corpus, no tocante, respectivamente, a termos complexos e a expressões fixas e semifixas.

2.2. INTERSECÇÃO DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO BASEADOS EM CORPUS COM OUTRAS VERTENTES TEÓRICAS

Mona Baker (1993) defende o estudo da Tradução como registro de eventos comunicativos que devem ser estudados da mesma forma que quaisquer outros eventos comunicativos. Tal argumento se fez necessário uma vez que tradicionalmente a tradução era vista como uma atividade inferior, e a inclusão destes textos em um corpus poderia “distorcer” de alguma forma a “verdadeira” língua (BAKER, 1993 p. 233). A autora justifica a existência de uma disciplina cujo objeto principal seja a tradução; para tanto, acredita que os Estudos da Tradução devem desvincular-se das concepções de equivalência, correspondência e mudança, quando tais concepções refletirem uma preocupação apenas com textos de chegada e textos de partida específicos. A teórica enfatiza a importância dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus por possibilitarem uma investigação da natureza da tradução.

Para a autora, a verdadeira virada nos estudos da tradução acontecerá

[...] como consequência direta do acesso a grandes corpora tanto de textos originais quanto de traduzidos, e do desenvolvimento de métodos específicos e de ferramentas para investigação desses corpora de forma adequada para os pesquisadores da área. Grandes corpora fornecerão aos teóricos da tradução uma oportunidade única para observar o objeto de seus estudos [...] (BAKER 1993, p. 235)⁴.

Como em outras áreas do saber, a abordagem dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus é interdisciplinar e recorre, com frequência, a várias áreas do saber. Para identificarmos algumas dessas áreas que fornecem maiores subsídios teóricos e metodológicos, teceremos comentários acerca dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus

⁴ [...] as a direct access to large corpora of both original and translated texts, and of the development of specific methods and tools for interrogating such corpora in ways which are appropriate to the needs of translation scholars. Large corpora will provide theorists of translation with a unique opportunity to observe the object of their study[...]

a partir dos Estudos Descritivos da Tradução e da Lingüística de Corpus (*subitem* 2.2.1), e com a Terminologia (*subitem* 2.2.2).

2.2.1. Os Estudos da Tradução Baseados em Corpus com base nos Estudos Descritivos da Tradução e da Lingüística de Corpus

Foi a partir da teoria de J. C. Catford (1965) que o conceito de *mudança* foi utilizado para significar *desvio da correspondência formal*, ao realizar-se a tradução de uma língua para outra. A tradução seria, então, a transferência de material textual de uma língua de partida para uma língua de chegada. Teríamos, desse modo, um processo controlado de decodificação e de recodificação.

Durante muito tempo tal concepção fundamentou os estudos na área. A preocupação principal de tal concepção era avaliar o grau de distanciamento entre o texto de partida e o texto de chegada, geralmente considerando o texto de chegada como inferior ao original. Atribuindo-se um valor maior à cultura e ao texto de partida, raramente o texto traduzido era estudado por exhibir méritos próprios.

Essa visão levou a uma orientação prescritiva da tradução, que não atentou para o fato de que vários aspectos, dentre eles os aspectos culturais da língua de chegada, impossibilitam uma simples transferência de significados. Mesmo hoje, alguns trabalhos ainda convergem para tal concepção de tradução.

Com Even-Zohar (1978) e sua teoria dos *polissistemas* e por meio das conquistas de Toury (1978) com o conceito de *normas* na década de 70, iniciam-se os Estudos Descritivos da Tradução. O foco que enfatizava a cultura de partida voltou-se para a cultura de chegada, favorecendo não mais os desvios de tradução individuais e sim padrões que regem o sistema da tradução literária (mas não somente a literária) em interação com outros sistemas de produção textual de uma dada cultura. A base da teoria é a de que um polissistema consiste de um número de sistemas que, por sua vez, é constituído por sub-sistemas. Tais sistemas e

subsistemas não estão fechados em si, mas estão interagindo. Even-Zohar mostra que cada polissistema é formado de maneira distinta, variando seu grau de abertura em relação a outros sistemas. Segundo essa teoria, há textos que, em determinados períodos são considerados hierarquicamente “superiores” a outros tipos de texto. Por outro lado, pode ocorrer que um tipo de texto perca seu status com o passar do tempo.

Além dos Estudos Descritivos da Tradução, Baker (1993) vale-se também da Lingüística de Corpus. A teórica propõe um arcabouço teórico-metodológico para os Estudos da Tradução Baseados em Corpus e passa a considerar a tradução como evento comunicativo genuíno. Nesse período, ocorre uma mudança na Lingüística que passava de uma perspectiva conceitual e semântica da linguagem, para uma perspectiva situacional de uso da linguagem em um contexto determinado.

No entanto, durante algum tempo, a Lingüística de Corpus desconsiderou os TTs como objeto de pesquisa, por julgar que não se tratava de textos autênticos e sim de textos de “segunda-mão”, versões distorcidas de textos “reais” (Baker 1993, p.233).

No que tange a sua abrangência, Berber Sardinha entende que:

a Lingüística de Corpus ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador (BERBER SARDINHA 2004, p. 3).

Quanto à sua interface, a Lingüística de Corpus pode ser empregada numa abordagem interdisciplinar com os Estudos da Tradução Baseados em Corpus, para observar uma grande variedade de fenômenos. Pode-se focalizar, por exemplo, o padrão de uso de determinadas palavras, contrastar a linguagem utilizada em TOs e TTs, estudar aspectos concernentes a opções do tradutor, etc.

A busca de padrões de co-ocorrência na linguagem vem sendo abordada por vários autores. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 40), podemos sistematizar tais padrões em três conceitos principais. O primeiro diz respeito à *colocação*, entendida pelo autor como a associação entre itens lexicais e campos semânticos. Certos conjuntos de palavras co-ocorrem com frequência maior que outros, como por exemplo: “conhecimento de embarque”, “data da entrega”.

O segundo aspecto abordado pelo autor diz respeito à *coligação*, entendida como a relação entre itens lexicais e gramaticais. Em expressões como “em caso de inadimplência”, a preposição “em” poderia ocorrer com maior frequência, se comparada à utilização da contração da preposição como o artigo “no” em “no caso de inadimplência”.

Como terceiro aspecto, o autor cita a *prosódia semântica*, entendida como a associação de itens lexicais e conotação negativa, positiva ou neutra. Certas palavras podem preparar o leitor ou ouvinte para conteúdos semânticos que estão por vir. Berber Sardinha cita como exemplo “causar”, que teria uma prosódia semântica negativa ao co-ocorrer em “causar danos”, “causar acidentes”, etc.

Cabe salientar que, em passado recente, os estudos envolvendo corpus eram realizados manualmente (BERBER SARDINHA 2004, p. 3). O estudo baseava-se na contagem manual de ocorrências de itens lingüísticos, ou seja, as ocorrências eram vistas apenas em amostras de partes do texto, selecionadas para a análise. Com o advento dos computadores, foram desenvolvidos programas que permitem a observação dos textos na íntegra, tornando o trabalho do pesquisador menos dependente da intuição e trazendo maiores possibilidades de análise por meio de várias ferramentas eletrônicas.

Dentre os procedimentos de busca, temos a contagem da frequência, operação fundamental que pode ser realizada com o uso de um corpus eletrônico a partir do auxílio de programa de computadores, como, por exemplo, o WordSmith Tools. A lista de frequência de

palavras é o instrumento mais comum, e apresenta o número de vezes que a palavra ocorre e a porcentagem em relação a todas as palavras do corpus.

Temos também a concordância, que permite ao pesquisador buscar no texto determinada palavra, seqüência de palavras ou, até mesmo, uma parte do discurso. Se estivermos interessados no uso de determinada palavra, podemos pedir ao computador que gere uma listagem com todas as ocorrências da palavra ou a parte do discurso solicitada. Chamamos tal listagem de KWIC (*Key Word in Context*) ou palavra-chave em contexto. Tal palavra é disposta em uma única linha, centralizada, com até cinco palavras à direita e até cinco à esquerda.

Outra ferramenta disponibilizada pelo WordSmith Tools é a KeyWord que contrasta a lista de palavras corpora de estudo com lista de palavras de um corpus de referência, filtrando as palavras mais genéricas.

O Estudo da Tradução Baseado em Corpus recorre, com freqüência, a todas essas ferramentas disponibilizadas por programas computacionais e apóia-se no arcabouço metodológico da Lingüística de Corpus. Existem vários estudos que enfatizam a utilização de corpus eletrônico para tratar de questões como criatividade, explicitação, simplificação, normalização, estabilização, e equivalência, por exemplo. Dessa maneira, a Lingüística de Corpus tem muito a oferecer aos Estudos da Tradução, tornando possível ao pesquisador lidar, de modo exeqüível, com dados extensos, além de diminuir a sua dependência da intuição.

2.2.2. Os Estudos da Tradução e a Terminologia

Quanto à Terminologia, cresce acentuadamente sua importância no cenário mundial devido à intensa circulação do conhecimento nos dias atuais. A divulgação de conhecimento especializado costuma ser feita, em larga escala, por meio de uma linguagem terminológica

própria, específica de cada meio de produção, com aspectos que caracterizam determinadas atividades técnico-científicas.

Com relação à distinção entre “terminologia” e “Terminologia”, Krieger e Finatto (2004, p. 13) esclarecem que o termo “tanto pode significar os termos técnicos científicos, representando o conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica, quanto o campo de estudos”. A esse respeito, as autoras informam que, sempre que se referir ao campo de estudos, grafa-se terminologia com “T” maiúsculo, e, quando se referir ao conjunto de termos, grafa-se com “t” minúsculo.

A terminologia de determinada área do saber contribui para a transmissão de conteúdos específicos em relação ao léxico geral da língua; diminuem-se ambigüidades, jogos polissêmicos, contribuindo dessa forma, para uma maior precisão conceitual.

O termo pode ter um funcionamento monossêmico, caracterizando-se pela monorreferencialidade, podendo veicular apenas um significado específico de cada área. Segundo Krieger e Finatto (2004):

Cabe observar que o uso de termos técnicos é um importante recurso para a precisão conceitual nas comunicações profissionais, favorecendo, conseqüentemente, a almejada univocidade. A precisão conceitual torna-se uma condição necessária para um eficiente intercâmbio comunicativo, seja no universo da transmissão do conhecimento científico, seja para o assentamento de toda sorte de contratos jurídicos e comerciais, bem como das múltiplas e variadas proposições de intercâmbio tecnológico, científico e cultural, que se intensificam na atual sociedade globalizada (KRIEGER & FINATTO 2004, p. 18).

Com o fenômeno da globalização, o interesse pela Terminologia deixou de ser exclusivo de especialistas e passou a ser também importante para todos profissionais que, de forma indireta, vêem na Terminologia uma ferramenta para a compreensão de diferentes áreas do conhecimento.

No âmbito da presente pesquisa, recorreremos aos princípios da Terminologia para, após procedermos a análises do conjunto lexical encontrado nos corpora de estudo, organizá-lo em um modelo de glossário.

Optamos, nesta investigação, por adotar a definição de glossário apresentada por Barros (2004):

Glossário (termo tolerado: *dicionário bilíngüe, dicionário multilíngüe*): pode situar-se tanto no nível do sistema como no da(s) norma(s). Sua principal característica é não apresentar definições, mas tão somente um lista de unidades lexicais ou terminológicas acompanhadas de seus equivalentes em outras línguas. (BARROS 2004, p. 144).

Desse modo, apresentamos, no glossário de CCVs, os termos simples, expressões fixas e semifixas sem definições, acompanhadas de seus cotextos e de seus equivalentes em inglês, quando encontrados.

Quanto à relação entre Estudos da Tradução e Terminologia, trata-se de uma aproximação recente que vem despertando um interesse cada vez maior nos últimos anos. Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 66): “a primeira motivação do encontro que direciona a Tradução para a Terminologia relaciona-se ao fato de que os termos técnico-científicos são elementos-chave, nódulos cognitivos, dos textos especializados”. Ao traduzir tais textos, o tradutor depara-se com toda uma terminologia, todo um léxico de uma determinada área do conhecimento. Para que sua prática seja eficiente, é essencial um manejo terminológico competente.

Segundo Aubert (1996, p.13), as relações entre a Tradução e a Terminologia não se estabelecem de maneira simples, direta e unidirecional. A Terminologia é uma área de estudos recente enquanto a Tradução é tão antiga quanto os primeiros contatos entre as línguas. Assim, a contribuição da Terminologia descritiva à prática tradutória ainda está em curso.

Podemos dizer que tal interação é importante para o tradutor por permitir a criação de materiais terminológicos de determinados domínios técnico-científicos. Dessa maneira, ao fazermos uso de conceitos dos Estudos da Tradução Baseado em Corpus e da Terminologia, podemos chegar a uma melhor sistematização e compreensão de termos simples e expressões fixas e semifixas.

Outro aspecto importante diz respeito à equivalência de termos simples e de expressões fixas e semifixas encontrada nos corpora. No que tange ao termo “equivalência”, há definições que são específicas dos Estudos da Tradução, e definições que são específicas da Terminologia.

Na área da Tradução, a palavra “equivalência” pode gerar divergências, pois ainda não se chegou a um consenso entre os diversos teóricos. Dentre as noções de “equivalência”, temos a de Jakobson (1975, p. 65) que afirma que “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” e ressalta que “toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente”. Já para Catford (1969, p. 50), cuja visão da linguagem é estruturalista, a equivalência de sentido entre dois textos significa a relação desses dois textos com os mesmos aspectos da realidade extralingüística e tal equivalência deve ser conseguida por meio lexical e gramatical. Para Nida e Taber (1974, p. 12, apud. Camargo 1993, p. 15): “traduzir consiste em reproduzir na língua de chegada o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua de partida, primeiro quanto ao sentido e depois quanto à forma”. Percebemos nesses dois autores uma preocupação com a equivalência semântica e a equivalência no plano formal. Para Aubert (1989), a tradução tem um compromisso entre a *fidelidade* ao emissor do texto na língua de partida e ao receptor do texto na língua de chegada; e *diversidade* entre autor/tradutor, códigos, culturas, épocas, etc. O teórico esclarece que a equivalência é um ponto de equilíbrio entre a fidelidade e a diversidade, e reconhece que este ponto de apoio sofre oscilações devido a três fatores do ato

tradutório: os relacionados a línguas e culturas em confronto, os vinculados aos tradutores, e os que se relacionam às funções do TT.

Com base no ponto de confluência das diversas propostas dos teóricos em Estudos da Tradução acima, Camargo (1993, p. 15), entende que “a tradução tem por objetivo reproduzir o conteúdo de um texto em outro texto, vasado em outra língua, sendo tal reprodução constituída pela equivalência de sentido”.

Já na área da Terminologia, têm-se conceitos diferentes daqueles dos Estudos da Tradução. De acordo com Dubuc (1995, p. 55): “equivalência terminológica total” ou “termo equivalente” são aqueles que “exibem uma identidade completa de sentido e de uso no interior de um mesmo domínio de aplicação [...] e não apresentam disparidade quanto a suas modalidades de utilização (nível de língua, usos geográficos ou profissionais, etc.)”. Desse modo, notamos que o equivalente na língua de chegada deve igualar-se ao termo da língua de partida tanto no que diz respeito ao nível pragmático quanto no que concerne ao seu conceito. Em casos nos quais determinados termos da língua de partida recobrem apenas parcialmente os traços semânticos da língua de chegada, não seriam termos equivalentes, mas termos correspondentes. Também para Dubuc, um termo correspondente na língua de chegada designa o mesmo conceito; porém, apresenta um nível diferente na língua de chegada daquele termo da língua de partida.

Em sua dissertação de mestrado, Silveira (2004, p. 28) explica que os equivalentes, do ponto de vista de Dubuc, são “somente os equivalentes perfeitos, lingüisticamente e pragmaticamente, e os correspondentes são equivalentes não-perfeitos”.

De acordo com Lérat (1996, p.95), podemos ter uma equivalência parcial, em decorrência de diferentes graus de equivalência que podem ocorrer entre dois termos.

Alpízar-Catillo (1995, p.101) mostra que as correspondências são mais freqüentes, uma vez que “as equivalências absolutas não são possíveis ou são muito pouco prováveis entre duas línguas (menos ainda entre várias).”

Em nossa pesquisa, utilizamos o termo “equivalente”, quando o sentido de um termo simples, expressão fixa ou semifixa apresentar, nos corpora da língua de chegada, o mesmo sentido, o mesmo nível de língua e os mesmos usos da língua de partida. Como exemplo, o termo “preço” é equivalente ao termo “price” por conterem uma identidade nessas três condições. Nesse aspecto, aproximamos-nos de Dubuc, para quem equivalência, significa coincidência entre os termos no que concerne aos níveis conceptual, de língua e de uso.

Podemos depreender que o termo “equivalente” é bastante usado tanto nos Estudos da Tradução quanto na Terminologia, embora com diferentes pontos de vista. Optamos, no âmbito desta pesquisa, por empregar nas análises de termos simples e de expressões fixas e semifixas o termo “equivalente” quando houver um recobrimento do ponto de vista do sentido e do uso. Quando o recobrimento foi apenas parcial, usamos o termo “correspondente”. Por sua vez, utilizamos o termo “não equivalência” (N.E.) quando não houver nenhuma expressão lingüística que tiver a mesma acepção nos corpus comparável em inglês. Isso não quer dizer que não existam na língua inglesa termos ou expressões fixas e semifixas equivalentes ou correspondentes os quais poderiam ser identificados em outros estudos de maior envergadura e aprofundamento.

3. O CASO DA TRADUÇÃO JURAMENTADA

Em virtude da sua complexidade, abordaremos, inicialmente, a TJ no Brasil, e em outros países (*subitem* 3.1); a seguir trataremos das atribuições dos tradutores públicos (*subitem* 3.2). Cabe, então, no âmbito desta dissertação prosseguir com a conceituação do tipo de documento selecionado para o estudo da TJ, concernentes a contratos de compra e venda.

3.1. UM BREVE PANORAMA DA TRADUÇÃO JURAMENTADA

No Brasil, a TJ é a tradução realizada obrigatoriamente em nosso país por um profissional habilitado e matriculado na Junta Comercial do Estado em que se deu a nomeação. É “a tradução feita em formato apropriado para ter validade legal perante órgãos e instituições públicas” (ANDRART 2004).

Outra definição é dada por Aubert, que a entende como sendo:

a tradução de textos – de qualquer espécie – que resulte em um texto traduzido legalmente reconhecido como uma reprodução fiel do original (com fé pública). Esta característica de fidelidade, por sua vez, significa que, por meio de tal tradução, o texto original, expresso em um idioma estrangeiro, torna-se capaz de produzir efeitos legais no país da língua de chegada e, ainda, que tal tradução é correta, precisa, exaustiva e semanticamente invariante em relação ao original (obviamente, dentro dos limites dos meios de expressão disponíveis nas respectivas línguas/culturas que se confrontam no ato tradutório específico) (AUBERT 1998, p. 14).

Esse tipo de tradução faz-se necessária devido a várias exigências legais. Para que documentos escritos em idiomas estrangeiros possam ser validados no território nacional, nos mais diversos órgãos administrativos públicos é obrigatória a apresentação do original vinculado a sua tradução para o vernáculo. A esse respeito, reza o art. 18 do Decreto nº. 13.609⁵, de 21/10/1943 que:

⁵ O decreto pode ser obtido em formato pdf no seguinte endereço:
<http://www.mj.gov.br/snj/organizacaoesestrangeiras/legislacao/1943decreto13609.pdf>

Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza, que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeitos em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade desse regulamento.

No artigo 157 do Código de Processo Civil e no artigo 1134 do Código Civil, encontram-se as mesmas exigências, a saber: art. 157 – "Só poderá ser junto aos autos documentos redigidos em língua estrangeira, quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor juramentado" e art. 1134 – "Os documentos serão autenticados, de conformidade com a lei nacional da sociedade requerente, legalizados no consulado brasileiro da respectiva sede e acompanhados da tradução em vernáculo".

O artigo 18 do decreto nº. 13.609 é amplo na enumeração dos documentos passíveis de TJ. Embora faça referência a entidades públicas, que podem ser possíveis beneficiárias das TJ, esse artigo não exerce função limitadora dos tipos de texto que podem ser exigidos nessa modalidade tradutória. Na realidade, tais entidades podem requerer traduções de qualquer tipo de documento, até mesmo a tradução de uma correspondência amorosa, por exemplo, se houver algum processo em que se verifique tal necessidade. Tem-se, também, a Deliberação 4/80 da Junta Comercial do Estado de São Paulo que habilita o exercício da profissão e regulamenta as normas de trabalho.

A demanda pela TJ aumenta à medida que as relações comerciais e o trânsito de pessoas entre os vários países se intensificam. Tanto pessoas jurídicas como pessoas físicas podem ser usuárias da TJ no momento em que venham a necessitar da sua apresentação em instâncias públicas. No caso de empresas, é muito freqüente solicitarem a TJ de contratos de compra e venda, contratos sociais, balancetes, notas promissórias, entre outros. No caso de pessoas individuais, documentos de ordem pessoal, como históricos escolares, carteiras de motorista, passaportes e certidões de nascimento, figuram entre as traduções que podem ser solicitadas no modo juramentado. Podemos citar como documentos passíveis de TJ:

- Documentos societários: contratos de compra e venda, contratos em geral, termos de incorporação, deliberações de conselhos de empresas, atas de reuniões, etc.
- Documentos pessoais: documentos escolares, carteiras de identidade, certidões (de nascimento, casamento, divórcio ou óbito), carteiras de habilitação de motoristas, passaportes, etc.
- Documentos executivos (títulos que, na relação credor/devedor, são passíveis de serem levados a processo): notas promissórias, conhecimentos de embarque, faturas, cheques, letras de câmbio, notas de débito, etc.
- Documentos financeiro-comerciais: balanços patrimoniais, demonstrativos financeiros, etc.
- Documentos legais: cartas rogatórias, declarações sob juramento, atestados de antecedentes, etc.
- Documentos de diferentes naturezas: patentes, transferência de tecnologia, certificados de qualidade Norma ISO 9001, correspondência comercial, correspondência eletrônica (normalmente solicitadas por juízes, em casos de processos), etc.

Como já mencionado, em nossos corpora de estudo, o contrato de compra e venda foi o tipo de texto mais traduzido dentre os documentos societários.

No tocante à TJ em outros países, a tentativa de definir uma norma mundial para a realidade profissional do tradutor público e intérprete comercial, ou nas palavras de Mayoral (2003), *tradutor oficial*, é uma tarefa difícil devido às especificidades regionais e nacionais. Há países em que existe a certificação por parte do governo e a profissão é regulamentada e fiscalizada. Em outros, nem a profissão nem a atividade é fiscalizada, como, por exemplo, Cuba e Rússia. Ainda temos países, como no caso da Itália, em que apenas a prática em juízo é regulamentada.

A respeito da diversidade da tradução oficial, Mayoral (2003, p. 3) comenta:

Se buscarmos por uma “norma” que descreva a maneira pela qual a tradução oficial é realizada ao redor do mundo, não a encontraremos; a realidade é muito rica e variada. Os modelos ou protótipos com os quais nos deparamos são diversos e não se enquadram em nenhum esquema⁶ (MAYORAL, 2003, p. 3).

⁶ *If we search for a 'norm' describing the way official translation is conducted around the world, we will not find it; the reality is too rich and varied. The models or prototypes that we come across are diverse and do not fit exactly in any scheme.*

Também, o próprio nome do tradutor oficial varia nas diferentes partes do mundo; a esse respeito, Mayoral (2003) fornece uma lista em que se pode observar a sua variação em diversas línguas:

País	Nome oficial na língua de origem
Brasil	tradutor público e intérprete comercial
Alemanha	ermdchtigter Übersetzer beidigter Überstzer
Argentina	traductor publico
Dinamarca	statsautoriseret translator
Estados Unidos	certified interpreter/ ATA-accredited translator
Espanha	interprete jurado
França	traducteur juré (nome não oficial) traducteur assermente (não mais usado) traducteur expert judiciaire
Guatemala	traductor jurado
Hungria	eskiidt fordito
Itália	traduttore giurato/consulenti tecnici/ perito
Marrocos	traducteur agréé
México	perito traductor traductor certificado
Peru	traductor publico juramentado
Reino Unido	scrivener notary
Polônia	tlumacz przysiegly
Uruguai	traductor publico

Quadro 2. Nome oficial dos tradutores públicos em diferentes países.

As atividades realizadas pelos tradutores oficiais também variam consideravelmente de país para país. Em alguns, só podem realizar traduções escritas. Já em outros países, como Argentina, Brasil, Dinamarca, Espanha, Itália, Luxemburgo, Polônia, e Venezuela, a tradução oral também é permitida. Outros países, como a Alemanha e Estados Unidos, os intérpretes oficiais também podem traduzir textos escritos.

Na Alemanha, Itália, México e Espanha, caso não se encontrem tradutores oficiais para atuar em tribunais, o juiz pode designar um tradutor para cumprir essa função.

Também esclarece o autor que na Dinamarca e na Polônia apenas os tradutores oficiais podem traduzir documentos oficiais.

A respeito da direção lingüística em que um tradutor oficial pode atuar, encontramos países em que a relação língua estrangeira→língua materna deve ser observada, como no caso do Peru, México e Espanha. Já no Brasil, Dinamarca, Estados Unidos, Itália, Uruguai, e Venezuela, o tradutor, além de traduzir para o vernáculo, pode, também, verter para a língua estrangeira.

No tocante à prática adotada nos Estados Unidos da América, o *Boletim da Associação dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo* (nº 6, 2002) relata que não há TJ nesse país como nos moldes brasileiros. Não havendo certificação alguma por parte do governo norte-americano, a tradução passa a ser aceita para uso legal no instante em que o tradutor anexa uma declaração como a seguinte: *I certify that I am fully qualified to translate from the Portuguese language into English and that the above text is a true and accurate translation from its original, done to the best of my knowledge and ability*⁷ Posteriormente, o tradutor assina a tradução na presença de um *Notary Public* que reconhece a tradução. Tais profissionais são encontrados em bancos, lojas e em vários escritórios; no caso de bancos, não há cobrança de taxa para seus clientes. Este tipo de tradução é conhecida pelo nome de *notorized translation*. Também, nos Estados Unidos, é empregado o termo *certified translation*; nesse tipo de tradução, uma declaração é assinada pelo tradutor ou pela empresa de tradução, comprovando sua fidelidade.

3.2. O AGENTE RESPONSÁVEL PELA TJ E SUAS ATRIBUIÇÕES

A TJ é uma das atividades da área de serviços regulamentada há mais tempo no Brasil, constando os primeiros dispositivos legais das antigas *Ordenações Pombalinas* em 1871 (cf. Aubert 1998).

⁷ Certifico que sou totalmente capacitado para traduzir do português para o inglês, e que o texto acima é uma tradução verdadeira e exata do original, feita de acordo com o melhor de meu conhecimento e capacidade.

A existência da figura do tradutor público passa a constar do Código Comercial de 1850, constando no artigo 16 que:

os mesmos livros, para serem admitidos em juízo, deverão achar-se escritos em idioma do país; se, por serem de negociantes estrangeiros estiverem em diversa língua, serão primeiro traduzidos na parte relativa à questão, por intérprete juramentado, que deverá ser nomeado a aprazimento das partes, não o havendo público; ficando a estas direito de contestar a tradução se menos exata.

O artigo citado trata da escrituração de livros obrigatórios dos comerciantes, como o Diário e o Copiador e estabelece as formalidades a serem seguidas. É a primeira vez em que a figura do intérprete público e do intérprete privado é citada em documento legal. Segundo Campbell (1983), a quantidade de comerciantes estrangeiros era grande nos portos brasileiros, a ponto de lhes permitir a escrituração de livros legais em idioma estrangeiro.

Em se tratando de documentos para serem apresentados legalmente, o Código Comercial, em seu artigo 125, expressa a exigência da tradução para o vernáculo no caso de um brasileiro ser uma das partes envolvidas nas obrigações contratuais:

Art. 125 – São inadmissíveis nos Juízos do Comércio quaisquer escritos comerciais de obrigações contraídas em território brasileiro que não forem exaradas no idioma do Império; salvo sendo estrangeiros todos os contraentes, e nesse caso deverão ser apresentados competentemente traduzidos na língua nacional.

Em 25 de novembro de 1850 tem-se a regulamentação do Processo Comercial, que trata dos Juízes de Direito do Comércio e dos Tribunais do Comércio. No artigo 148 lê-se: “Art. 148 – A tradução, salva a disposição do artigo 62, será feita pelos intérpretes nomeados pelo Tribunal do Comércio, e na falta ou impedimento destes, por um intérprete nomeado pelo juiz a aprazimento das partes”. Posteriormente, os Tribunais do Comércio foram extintos pelo decreto n.º 2662 de 9 de outubro de 1875, tendo suas atribuições passadas para as Juntas Comerciais, organizadas segundo o Decreto n.º 596 de 19 de julho de 1890. Tanto a nomeação quanto à legislação e à própria designação: *tradutor público e intérprete*

*comercial*⁸ encontram sua raiz nas Juntas Comerciais dos Estados, uma vez que, historicamente falando, foram nessas instituições que a profissão teve sua origem.

Já a primeira regulamentação do ofício do tradutor juramentado ocorre em 17 de novembro de 1851 pelo decreto 863. O artigo 2 trata do juramento feito pelo tradutor público e intérprete comercial e da obrigatoriedade de se registrarem os títulos de sua nomeação no referido tribunal. O artigo 3 estabelece o número de tradutores por língua; no Rio de Janeiro, por exemplo, seriam três para cada língua e nas demais praças este número estaria sujeito a determinações locais e a necessidades comerciais. O artigo 4 faz menção à proibição de se nomearem mulheres para o ofício, e também de intérpretes que tenham sido destituídos de suas funções.

Atualmente, o Decreto n.º 13.609 de 21 de outubro de 1943, que regulamenta o ofício, determina que é exclusivo para pessoas físicas, e que, para empresas, está vedado prestar este tipo de tradução. Para se tornar tradutor público e intérprete comercial, são requisitos a aprovação em concurso público específico e a habilitação pela Junta Comercial do Estado onde reside. Atualmente, não há mais a proibição da nomeação de mulheres, que hoje são a maioria a exercerem o ofício.

Para a qualificação dos candidatos exige-se:

- a) ter o requerente a idade mínima de 21 anos completos;
- b) não ser negociante falido inabilitado;
- c) a qualidade de cidadão brasileiro nato ou naturalizado;
- d) não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime cuja pena importe em demissão de cargo público ou inabilitação para o exercer;
- e) a residência por mais de um ano na praça onde pretenda exercer o ofício;
- f) a quitação com o serviço militar; e
- g) a identidade.

⁸ O Decreto federal 57.651, de 19/01/1966 — ofício circular-DNRC 13, de 8-5-1979, faculta o uso do termo “tradutor juramentado”.

Segundo a Instrução Normativa nº. 84 de 2000⁹, que pautou o último concurso no Estado de São Paulo, tem-se em seu artigo 5º, a descrição das provas:

I - prova escrita, constando de versão, para o idioma estrangeiro, de um trecho de trinta ou mais linhas, sorteado no momento, de prosa em vernáculo, de bom autor; e de tradução para o vernáculo de um trecho igual, preferencialmente de cartas rogatórias, procurações, cartas partidas, passaportes, escrituras notariais, testamentos, certificados de incorporação de sociedades anônimas e seus estatutos;

II - prova oral, consistindo em leitura, tradução e versão, bem como em palestra, com argüição no idioma estrangeiro e no vernáculo, que permita verificar se o candidato possui o necessário conhecimento e compreensão das sutilezas e dificuldades de cada uma das línguas.

Ainda segundo a Instrução Normativa, às provas, são atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez) e, para que haja aprovação, a sua nota deve ser igual ou superior a 7 (sete). A prova em si apresenta considerável grau de complexidade, solicitando que o candidato demonstre seu conhecimento no vernáculo e na língua estrangeira em questão. No entanto, esses requisitos, ainda assim, não constituem uma garantia do preparo do tradutor para traduzir e verter todos os textos que lhe venham a ser solicitados.

Após a habilitação, via concurso público, o tradutor público e intérprete comercial passa a exercer o cargo de forma vitalícia, obedecendo à legislação pertinente: não pode delegar funções sob pena de perda do cargo e nulidade dos atos realizados pelo substituto; não pode recusar serviço, salvo mediante justificativa prévia e plausível; deve obedecer à tabela de preços estipulada pela Junta Comercial do Estado onde se encontra inscrito, não podendo ceder a pedidos de descontos nem cobrar a mais pelo seu serviço.

As traduções realizadas no modo juramentado devem ser transcritas num “livro”, conforme estabelece o Decreto no. 13.609, de 21/10/1943:

Art. 33 – Haverá em cada ofício um livro "Registro de Traduções", encadernado e numerado em todas as suas folhas que, com isenção de selos

⁹ Publicada no D.O.U. de 1/3/2000. Pode ser obtida no endereço <http://www.dnrc.gov.br/legislacao/normativa/in84.htm>

e emolumentos, serão rubricadas pela Junta Comercial ou órgãos encarregados do registro do comércio.

Parágrafo único. Serão cronologicamente transcritas nesse livro, *verbum ad verbum*, sem rasuras nem emendas, e devidamente numeradas todas as traduções feitas no mesmo ofício.

Art. 34. Vago um ofício de tradutor, o livro mencionado no artigo antecedente passará a pertencer ao seu sucessor, devendo para isso ser imediatamente entregue à repartição que tiver de fazer a nomeação.

Trata-se de um livro no qual são feitas as transcrições de todas as traduções, palavra por palavra e sem rasuras. Caso o cargo de tradutor público venha a ficar vago, o mesmo livro passará a pertencer ao seu sucessor.

Como esses livros são depositados na Junta Comercial do Estado em questão, a aplicação desse regulamento ao longo do tempo resultou na constituição de um rico material da TJ no Brasil, passível de conversão em corpora para diversos fins de investigação lingüística, sociológica e histórica (Aubert & Tagnin 2003).

3.3. MODALIDADE DE DOCUMENTO ANALISADO NA PESQUISA: O CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Como o intuito de procedermos a investigações acerca da natureza da TJ, selecionamos o tipo de documento mais traduzidos pelos tradutores que forneceram os livros Registros de Traduções. Com esse propósito, passaremos a abordar a conceituação de “contrato” e “contrato de compra e venda”.

Com referência ao termo “contrato”, notamos que o Vocabulário Jurídico traz a seguinte definição:

Derivado do latim *contractus* de *contrahere*, possui o sentido de *ajuste, convenção, pacto*, transação. Expressa, assim, a idéia da convenção, do pacto ou da transação firmada ou acordada *entre duas* ou mais pessoas para um *fim qualquer*, ou seja, adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos. O contrato, pois, ocorre quando as partes contratantes, reciprocamente, ou uma delas assume a obrigação de *dar, fazer* ou *não fazer alguma coisa*. (SILVA 2005, p.373)

Na literatura especializada, o contrato pode ser considerado, de acordo com Oliveira, como

um acordo entre duas pessoas ou mais, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial (OLIVEIRA 2002, p. 55).

Também na visão de Maria Helena Diniz (1998, p. 24), o contrato seria um acordo de vontades na conformidade da ordem jurídica, que teria como objetivo estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes com a finalidade de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial.

Com relação à investigação histórica, Oliveira (2002, p. 55) pontua a existência de duas teorias a respeito da evolução dos contratos. Inicialmente haveria um estatuto que precederia o contrato, o qual o autor chama de “lei do patriarca”, “direito imperativo”. O direito voluntário do indivíduo estaria, de certa forma, aniquilado pela lei do patriarca. O caminho evolutivo para a existência do contrato, nos moldes atuais, encontraria suas bases na imposição do contrato por um grupo de poder e, posteriormente, encontraria na ampliação da liberdade individual sua configuração final. Tal teoria encontra suas bases na Lei Maine, proposta por Sir Henry Summer Maine, em 1861 (2002, p. 56).

Outra teoria, mais recente, parte do pressuposto de que o direito voluntário precede o direito imposto. Teríamos, dessa forma, a vontade do indivíduo sendo responsável pela existência do contrato e, aos poucos, com o avanço do preceito de ordem pública, teríamos a restrição à liberdade contratual (Oliveira 2002, p. 55).

Segundo Gustav Radruch, há, com o passar dos anos, uma constante modificação do conceito de contratar:

à proporção, pois, que a economia livre se transforma numa economia capitalista, tanto mais a liberdade contratual dos indivíduos vai sofrendo limitações impostas pelo predomínio econômico dos grupos. E se foi a

liberdade contratual que tornou possível a formação de grupos e associações de toda espécie, verifica-se, por outra banda, que são esses mesmos grupos e associações que cada vez mais a vão limitando. (RADRUCH apud. OLIVEIRA 2002, p. 56).

Nota-se que, segundo a visão de Radruch, o contrato passa a fazer parte, cada vez mais, de grupos de poder. Por outro lado, podemos também notar que, nos últimos anos, vem surgindo acentuada diversidade de tipos de contratos.

Passamos a ter contratos que variam quanto à forma e ao conteúdo. Há diversos tipos de contratos, desde contratos de locação de imóveis, contratos de doação, contratos de prestação de serviço, contratos de representação, distratos, contratos de comércio exterior, contratos de depósitos, pactos de contraendo (contratos preliminares), testamentos, doações, contratos de franquia, contratos de cartão de crédito, etc. Mesmo dentro dos contratos de compra e venda há uma variedade de subtipos.

Venosa (2003) compartilha da visão de que há uma expansão crescente no fenômeno contratual, principalmente no que diz respeito ao contrato de compra e venda; a esse respeito, o autor explica que:

A expansão do fenômeno contratual não é somente de ordem quantitativa. Nessas últimas duas décadas, os contratos diversificaram-se e especializaram-se em multifacetárias modalidades. Hoje, já não podemos qualificar um tipo genérico de compra e venda, mas inúmeras modalidades de vendas que obedecem a regimes diversos, embora o negócio jurídico receba o mesmo rótulo (VENOSA 2003, p.19).

O contrato de compra e venda é importante desde as civilizações primitivas, nas quais ainda não se tinha moeda em circulação. A partir da criação da moeda, essa modalidade de contrato passa a desempenhar um papel ainda mais proeminente no campo contratual (Venosa 2003).

Por sua vez, quando nos referimos a contrato de compra e venda, contrato de doação, de prestação de serviço e de depósito, estamos levando em conta a matéria do contrato. É

comum, porém, classificar os contratos sob outros aspectos. Apresentamos, abaixo, uma classificação adaptada do livro *Teoria Geral dos Contratos* proposta por Oliveira (2002):

A) Contrato bilaterais (ou sinalagmáticos), unilaterais e plurilaterais: A classificação em bilaterais ou plurilaterais leva em conta o número de partes contratantes. Se somente uma pessoa tiver dever jurídico em virtude do contrato, este será unilateral, porquanto só uma pessoa se obriga em face da outra. Um contratante é credor e o outro devedor (contrato de doação, por exemplo). No caso de ambas as partes terem deveres jurídicos, tem-se o contrato bilateral. Neles as obrigações são recíprocas; os contraentes são simultaneamente credores e devedores um do outro, pois produz direitos e obrigações, sendo, portanto sinalagmáticos. Na **compra e venda**, por exemplo, o vendedor está obrigado a entregar o bem, assim que recebe o preço ajustado; há o princípio de *exceptio non adimplenti contractus*, ou seja, um dos contratantes não pode exigir o cumprimento da obrigação do outro antes de cumprida a sua obrigação. Se houver mais de duas partes, e sobre elas recair obrigações, têm-se os contratos plurilaterais.

B) Onerosos e gratuitos: Os contratos onerosos são aqueles que, por serem bilaterais, trazem vantagens para ambos os contraentes, pois estes sofrem um sacrifício patrimonial correspondente a um proveito almejado, como, por exemplo, o **contrato de compra e venda** e o de locação em que o locatário paga o aluguel para usar e gozar do bem e o locador entrega o que lhe pertence para receber o pagamento. Os gratuitos ou benéficos são aqueles em que só uma das partes obtém um proveito, podendo este, por vezes, ser obtido por terceira pessoa, quando há estipulação neste sentido, como na doação pura e simples.

C) Comutativos e aleatórios: os contratos onerosos se subdividem em comutativos e aleatórios. O comutativo é o tipo em que uma das partes, além de receber da outra prestação equivalente a sua, pode apreciar imediatamente essa equivalência. No momento da formação, ambas as prestações geradas pelo contrato estão definidas, como na **compra e venda**. Aleatório é o contrato em que as partes se arriscam a uma contraprestação inexistente ou desproporcional, como no contrato de seguro, e no *emptio spei*: contrato de aquisição de coisas futuras, cujo risco de elas não virem a existir é assumido pelo adquirente.

d) Contratos típicos (nominados), atípicos (inonimados) e mistos: os contratos típicos são aqueles que apresentam uma estrutura legalmente definida, são regulamentado por textos legais. São dezesseis tipos: **compra e venda**, troca, doação, locação, empréstimo, depósito, mandato, gestão, edição, representação dramática, sociedade, parceria rural, constituição de renda, seguro, jogo e aposta, e fiança. Por outro lado, têm-se os contratos atípicos, que não apresentam estrutura assentada pela lei; dependem exclusivamente da convenção das partes para assentar os direitos e as obrigações deles decorrentes, como o contrato de corretagem nas vendas imobiliárias. Os inonimados ou atípicos resultam da consensualidade, bastando que as partes sejam capazes e o objeto do contrato seja lícito, possível e suscetível de apreciação econômica. Já, os contratos mistos são criados pelas partes e utilizam elementos de diversos contratos nominados. Reúnem, em um mesmo contrato, características de dois ou mais contratos. Muitas vezes, formam um amálgama e fundem-se numa figura nova e unitária.

e) Consensuais ou reais: Os contratos consensuais são os formados pela simples proposta e aceitação. Reais são os que só se formam com a entrega efetiva da coisa, como no mútuo, no depósito ou no penhor. A entrega, nesse caso, não é cumprimento do contrato, mas detalhe anterior, da própria celebração do contrato. Os contratos reais são comumente unilaterais, posto que se limitam à obrigação de restituir a coisa entregue. Excepcionalmente, podem ser bilaterais, como acontece no contrato de depósito remunerado: a importância prática está em que, enquanto não entregue a coisa, não há obrigação gerada.

f) Contratos instantâneos e continuados: Os instantâneos são aqueles que se realizam e executam em um só momento, como o **contrato de compra e venda** de um objeto à vista. Os continuados são aqueles em que há a perduração das obrigações das partes contratantes, como no contrato de locação, no de certos serviços, e no contrato de seguro.

g) Solenes e não solenes: Trata-se de um subtipo que se preocupa com a forma pela qual se dá o consentimento das partes. Os solenes, também chamados formais, são contratos que só se aperfeiçoam quando o consentimento das partes está perfeitamente adequado pela forma prescrita na lei, objetivando conceder segurança a algumas relações jurídicas. De regra, a solenidade se exige na lavratura de documentos ou instrumentos (contrato) público, lavrado nos serviços notariais (cartório de notas), como na **escritura de venda e compra de imóvel** que é, inclusive, pressuposto para que o ato seja considerado válido. Os não-solenes, ou consensuais, são os que se perfazem pela simples anuência das partes. O ordenamento legal não exige forma especial para que seja celebrado, como no caso do contrato de transporte aéreo.

h) principais e acessórios: os contratos principais são os que existem por si, exercendo sua função e finalidade, independentemente da existência de outro. Os acessórios (ou dependentes) são aqueles que só existem porque subordinados ou dependentes de outro, ou para garantir o cumprimento de determinada obrigação dos contratos principais, como a caução e a fiança.

i) Paritários e por adesão: Os paritários são contratos em que as partes estão em situação de igualdade no que se refere ao princípio da autonomia de vontade; discutem os termos do ato do negócio e livremente se vinculam fixando cláusulas e condições que regulam as relações contratuais. Os contratos por adesão se caracterizam pela inexistência da liberdade de convenção, porque excluem a possibilidade de debate ou discussão sobre os seus termos; um dos contratantes se limita a aceitar as cláusulas e condições previamente redigidas pelo outro, aderindo a uma situação contratual que já está previamente definida.

Dessa forma, é comum classificar-se o contrato de compra e venda como sendo o documento *oneroso, translativo, bilateral* ou *sinalagmático* e geralmente *comutativo*, conforme a classificação de Oliveira (2002). No entanto, tal organização dos contratos é

fluida e o contrato de compra e venda pode enquadrar-se em todas as categorias citadas acima, exceto em categorias excludentes.

Além da classificação acima, há três elementos constitutivos dos contratos de compra e venda: *res* (coisa), *pretius* (preço) e *consensus* (o consentimento).

A *res* ou *merx* é algo suscetível de apreciação econômica; pode sair do patrimônio do vendedor e entrar no patrimônio do comprador. Segundo Venosa (2003), os bens incorpóreos também podem ser objeto do negócio e passam a assumir a denominação de cessão; daí a cessão de créditos, cessão de direito do uso de marca, etc.

Com relação ao *pretium*, deve ser em dinheiro; o preço é a contrapartida da entrega da coisa na compra e venda. Caso não seja pago em dinheiro, o negócio passa a ser conceituado como troca.

No que diz respeito ao consenso, Arnold Wald comenta que:

O consenso é o acordo de vontades entre os contratantes, podendo ser expresso (escrito ou verbal) ou tácito, decorrendo de palavras ou do silêncio da parte, de um gesto, como o lance feito em leilão, ou de uma atitude pela qual o contratante dá início à execução do contrato provando assim a sua intenção de cumpri-lo (WALD 1990, p. 160).

Tendo-se apresentado as características mais freqüentes encontradas nos contratos de compra e venda traduzidos no modo juramentado, apresentaremos agora o *método e a forma de análise dos resultados*.

4. MÉTODO E FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

A presente dissertação apóia-se numa abordagem interdisciplinar, valendo-se da proposta de Baker (1993, 1995, 1996), e dos procedimentos adotados por Camargo (2005);

também utiliza a metodologia da Lingüística de Corpus sugerida por Berber Sardinha (2004) e por Tognini-Bonelli (2001); ainda recorre, em parte, a conceituações da Terminologia (Aubert 1992, 1996; Barros 2004; Krieger & Finatto 2004) e a trabalhos voltados para a TJ (Aubert 1998; Camargo 2005; Campbell 1983, Mayoral 2003).

A fim de apresentarmos a metodologia adotada, trataremos, inicialmente, da constituição do corpus de estudo e dos respectivos corpora comparáveis (*subitem* 4.1). A seguir, passaremos a descrever os passos efetuados para o levantamento e análise dos dados. Depois apresentaremos os passos adotados para a construção da amostra de um glossário de termos simples, expressões fixas e semifixas mais freqüentes encontrados nos corpora de contratos de compra e venda.

4.1. MATERIAL EMPREGADO NA COMPILAÇÃO DO CORPUS

Para a construção do nosso corpus principal ou corpus de estudo de textos traduzidos no modo juramentado para o português, foram levantados documentos junto a três profissionais da área da TJ, regularmente inscritos na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Obtivemos o material mediante o registro em cartório de um termo de confidencialidade e não divulgação de dados que possam, de alguma, forma identificar pessoas, produtos, transações comerciais e/ou outras informações confidenciais. Os contratos foram escritos num período de três anos (2000-2003), foram armazenados na base de dados do projeto de pesquisa *Padrões de Estilo de Tradutores – PETra: Investigação em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*, coordenado por Camargo (2004) e desenvolvido no Departamento de Letras Modernas da UNESP/IBILCE.

A partir do material obtido, foi compilado um corpus de estudo de textos traduzidos no modo juramentado para ao português referentes a contratos de compra e venda (TTJPs-ccv). Considerando a distribuição de documentos por tradutor, os TTJPs-ccv foram traduzidos

apenas pelos tradutores A e B; já os seis livros fornecidos pelo tradutor C não contêm esse subtipo de contrato.

Para possibilitar o contraste, foram construídos dois corpora comparáveis, constituídos, respectivamente, por textos originalmente escritos em português concernentes a: (1) um corpus de contratos de compra e venda (TOPs-ccv), e (2) um corpus de textos originalmente escrito em inglês referentes a contratos de compra e venda (TOIs-ccv). Dessa maneira, a presente investigação conta com três corpora, com a seguinte distribuição:

Tipo de Corpus	Tipo de documento	Número de palavras
Corpus de estudo 1	TTJPs-ccv	98.184
Corpus comparável 1- em português	TOPs-ccv	64.384
Corpus comparável 1- em inglês	TOIs-ccv	224.628

Tabela 1. Constituição dos corpora

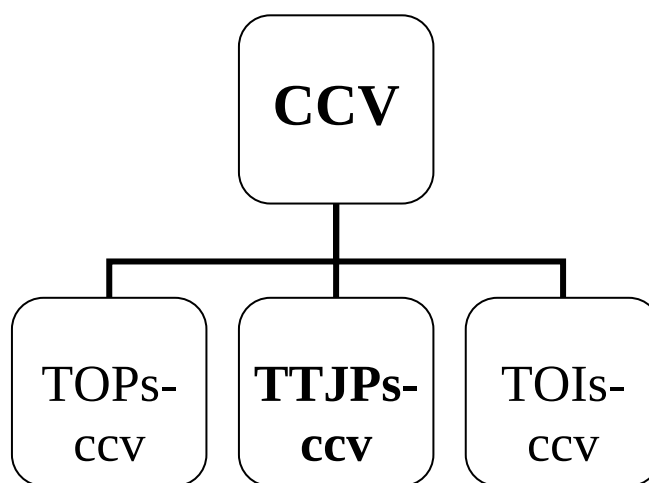
Como já mencionado, devido ao requisito legal de confidencialidade, exigido para documentos processados no modo juramentado, foram omitidos deste material os nomes de empresas, de pessoas, de produtos e demais dados que pudessem fornecer alguma identificação.

Para a construção do corpus comparável de contratos de compra e venda originalmente escritos em português do Brasil, recorreremos a pesquisas via Internet, xerox de formulários, modelos ou documentos dessa natureza encontrados em material bibliográfico especializado em Direito Comercial, Direito Civil, Contabilidade e áreas afins.

Por sua vez, o corpus comparável em inglês foi composto por textos de mesma natureza redigidos nesse idioma, obtidos via Internet. Para esse corpus, tomamos o cuidado de

delimitar a variedade lingüística para que pudesse ser representativa apenas de uma variante, no caso, o inglês dos Estados Unidos.

Desse modo, a presente pesquisa conta com três bases de dados textuais: uma base de dados traduzida para o português no modo juramentado; uma base de dados textuais de documentos de mesma natureza escritos originalmente em português, e uma em inglês. Para facilitar a visualização, apresentamos o quadro abaixo:



Organograma: 3 bases de dados textuais da pesquisa

4.2. PASSOS EMPREGADOS PARA O LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Com relação ao *tratamento informático dos textos* constantes dos corpora da pesquisa, com exceção dos já digitalizados obtidos via Internet, os demais textos receberam preparação por meio de escaneamento, utilizando o Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), seguido da revisão dos textos escaneados, com a correção de caracteres erroneamente reconhecidos pelo OCR. Depois, todos os textos foram salvos no tipo de texto sem formatação (“txt”), para processamento pelo programa computacional.

No tocante aos *procedimentos adotados para os contratos de compra e venda*, o trabalho de levantamento de termos simples, expressões fixas e semifixas mais frequentes

nesses documentos foram feitos com o auxílio do WordSmith Tools, um dos programas mais utilizados para pesquisas em Estudos da Tradução Baseados em Corpus. Esse *software*, criado por Michael Scott, professor da Universidade de Liverpool, Inglaterra, compõe-se de três ferramentas: WordList, KeyWord e Concord.

Por meio do auxílio da ferramenta WordList, foi possível criar listas de palavras por ordem de frequência e por ordem alfabética. Além das listas de palavras, foram gerados dados estatísticos dos corpora de contratos de compra e venda, referentes à razão forma/item (FI: *type/token ratio*) e à razão forma/item padronizada (*standardised type/token ratio*), esta última apropriada para a investigação em textos de tamanhos diferentes. Para a razão FI, são contadas pelo programa todas as palavras corridas (itens: *running words* ou *tokens*) num texto ou corpus, e cada forma (*type*) é contada apenas uma vez. Já a razão FI padronizada faz cálculos em intervalos regulares, ou seja, faz esse mesmo cálculo por partes dos textos e, depois, tira a média dos valores FI entre os vários trechos.

A seguir, por meio da ferramenta KeyWord, as listas de palavras dos três corpora de estudo foram, respectivamente, contrastadas com a lista de um corpus de referência, o Lácio-Web. Esse corpus é formado por seis subcorpora: Lácio-Ref, Mac-Morpho, Par-C, Comp-C, Lácio-Dev e Lácio-Sint. Os quatro primeiros estão disponibilizados em <http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/>. Nesta pesquisa, fizemos uso do Lácio-web constituído por textos do gênero jurídico, supergênero literário, gênero informativo e subgênero jornalístico.

A partir dos resultados obtidos, passamos à busca de candidatos a termos e expressões fixas e semifixas nos contratos de compra e venda.

A outra ferramenta utilizada para o exame foi a Concord, a fim de produzir listagens das ocorrências de itens específicos ou nódulos acompanhados do respectivo cotexto (texto ao

redor da palavra de busca), facilitando a identificação dos equivalentes ou correspondentes nos documentos dos corpora.

No que se refere à *organização do glossário dos contratos de compra e venda*, trata-se de um glossário bilingüe: português-inglês, que traz os termos simples, expressões fixas e semifixas a partir de palavras-chave extraídas, primeiramente, do corpus de estudos de textos traduzidos no modo juramentado referente a TTJPs-ccv.

Como tínhamos os termos simples, expressões fixas e semifixas organizados em duas listas ordenadas pelas palavras-chave extraídas dos TTJPs-ccv, reorganizamos os respectivos glossários em ordem alfabética, contendo, primeiramente, o termo simples, e, logo abaixo, as expressões fixas e semifixas contendo o referido termo.

Propusemos uma estrutura que trouxesse, primeiramente do lado superior esquerdo, uma lista dos termos encontrados nos TTJPs; do lado superior direito, uma lista que apresentasse os termos presentes no corpus de apoio (CA), constituído de: dicionários especializados em Direito e de termos de negócios, a saber: a) uma obra monolingüe, *Vocabulário Jurídico* de De Plácido e Silva (D1), para atestar a existência do termo; b) *Dicionário Jurídico* de Maria Chaves de Mello (D2); c) dicionário trilingüe, *Dicionário trilingüe de termos de negócios* de Migliavacca (D3) e d) *Dicionário Jurídico* do autor Noronha (D4). No lado inferior esquerdo, colocamos os vocábulos equivalentes ou correspondentes extraídos dos corpora de TOPs-ccv de termos simples, expressões fixas e semifixas, acompanhados do seu cotexto. Analogamente, do lado inferior direito, colocamos os termos simples, expressões fixas e semifixas dos corpora de TOIs.

Quando os equivalentes ou correspondentes nos corpora de CCVs não foram encontrados, tanto nos corpora comparáveis quanto nas obras de referência, utilizamos a expressão N.E. (não equivalência).

Abaixo, mostramos os quadros 3-4 com exemplos do modo como as informações estão

organizadas dentro do verbete dos glossários de contratos de compra e venda:

Referência ao corpus de TTJPs-ccv (Número de ocorrências:/chavicidade:) Termo simples, expressão fixa ou semifixa em ordem alfabética; cotexto	Corpus de apoio Indicação das obras nas quais os termos simples são encontrados.
Referência ao corpus de TOPs-ccv Termo simples, expressão fixa ou semifixa em ordem alfabética; cotexto	Referência ao corpus de TOIs-ccv Termo simples expressão fixa ou semifixa, em ordem alfabética; cotexto

Quadro 3. Exemplo da organização adotada para a construção dos glossários de termos simples dos CCVs

Abaixo, apresentamos um exemplo com o termo simples “acordo”:

ACORDO

TTJP-ccv

Acordo

(ocorrências: 282 /chavicidade: 713,68)

As Partes mutuamente concordam que a liberação da hipoteca existente registrada no livro [número do livro], página [número da página] do [número do tabelião] Tabelião de Notas da Cidade de São Paulo [...], será feita apenas em conjunto com o **acordo** da nova hipoteca estabelecida nesta cláusula.

CA

Acordo

D1 – [consta definição.]

D2 – agreement; settlement

D3 – agreement; covenant; accord; combination; concord.

D4 – contract, agreement

TOP-ccv

Acordo

As informações trocadas pelas Partes não são confidenciais. Se qualquer uma das Partes solicitar a troca de informações confidenciais, as Partes assinarão um **acordo**.

TOI-ccv

Agreement

All capitalized terms used in this **agreement** and not defined in the text hereof have the meanings set forth in Article X.

Quadro 4: Modelo do glossário com o termo simples “acordo”

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com o intuito de procedermos à análise dos dados, teceremos, inicialmente, comentários a respeito das características dos textos traduzidos na modalidade juramentada

(*subitem* 5.1), e trataremos da análise dos dados concernentes aos CCVs (*subitem* 5.2) .Em seguida, discorreremos sobre aspectos relacionados à razão forma/item (*subitem* 5.2.1) e sobre aspectos do léxico mais freqüente nos CCVs (*subitem* 5.2.2).

5.1. CARACTERÍSTICAS DOS TEXTOS TRADUZIDOS NO MODO JURAMENTADO

Um traço pertinente no documento analisado na presente pesquisa é o uso de inserções feitas pelo tradutor. No corpus de estudo, pudemos notar a incidência de metatraduções e de paráfrases na forma de parênteses com explicitações, por exemplo: “[Logotipo]”, “[Assinatura ilegível]”, “[rubrica]”, “[em branco]”, entre outras. Ocorreu uma variação com a expressão “assinatura ilegível” que apareceu no tradutor A como [assinatura ilegível] e com “ilegível” abreviado no tradutor B “[assinatura ileg.]. Também, após o brasão da República, encontramos dados referentes à matrícula na Junta Comercial do Estado, o número da tradução e do livro, número de folhas e endereço do tradutor.

Quando a tradução é feita na direção inglês→português, contém um termo de abertura que passa a conferir um grau de “veracidade” e de “invariabilidade” por meio principalmente da unidade fraseológica “Certifico e Dou Fé”. No que diz respeito a variações do termo de abertura das TJ analisadas, encontramos pequenas diferenças entre os dois tradutores:

Certifico e Dou Fé, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento com a seguinte identificação — CONTRATO DE COMPRA E VENDA em idioma inglês, o qual traduzo para o vernáculo no seguinte teor: – TRADUTOR. A

Eu, NOME DO TRADUTOR, abaixo assinado, Tradutor Público Juramentado, certifico e dou fé, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento em idioma Inglês, o qual traduzo para o vernáculo, no seguinte teor: – TRADUTOR. B

Nos TTJPs-ccv do tradutor A, temos a expressão “Certifico e Dou Fé” grafada em caixa alta-baixa; enquanto no tradutor B essa mesma expressão é grafada em caixa baixa e precedida pelo nome do tradutor e pela expressão “abaixo assinado”. Poderíamos inferir certa tendência da parte deste tradutor para colocar sua identificação logo no início dos documentos, o que não ocorre com relação ao outro tradutor.

Outra diferença pode ser notada quanto à identificação do tipo de documento a qual é feita dentro do termo de abertura pelo tradutor A; já no corpus representado pelo tradutor B, a identificação é colocada após a abertura, antes de iniciar a tradução propriamente dita, inserindo: “Identificação do documento: Cópia autenticada de contrato de compra e venda”. Quando se trata de um documento vertido para o inglês, encontramos o seguinte termo de abertura:

I, John Doe, Public Sworn Translator for the English, Spanish and Portuguese languages, in and for the State of São Paulo, Brazil, Certify that on this 9th day of March, 2010, in this city of São Paulo, was submitted to me an Agreement written in the Portuguese language, which I hereby translate into the English language, word for word, to the best of my knowledge and ability, as follows:

Além dos elementos performativos, e das inserções entre parentes, há a existência na TJ de selos e do brasão da República, marcadores icônicos que estão presentes em todas as traduções juramentadas brasileiras.

A título de ilustração, encontra-se reproduzido, mais adiante na figura, o modelo brasileiro padrão de um CCV submetido a TJ.



REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL
JOHN DOE SILVA

Tradutor Público e Intérprete Comercial para os Idiomas Inglês, Sânscrito e Português

Matrícula JUCESP n.º 000 CPF/MF n.º 111.000.000.00
Tradução n.º 1111 Livro I – 00 Fls. n.º 111

Rua Mono Mono Mono, 00 CEP 00000-000 S. Paulo SP Fone: (0XX11) 1111-1111 Fax: (0XX11) 2222-3333 e-mail: tj@hotmail.com

Certifico e Dou Fé, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento com a seguinte identificação — CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE QUOTAS, em cópia reprográfica autenticada pelo 1º Ofício de Notas de Nárnia, em 7 de maio de 2054 —, em idioma inglês, o qual traduzo para o vernáculo no seguinte teor:

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE QUOTAS

texto

texto

texto

Nada mais constava do documento acima, que devolvo com esta tradução, a qual conferi, achei conforme e assino. Dou Fé. São Paulo, 24 de maio de 2054.

Laudas: 4, 5
Emolumentos: R\$ 000,00
Recibo: 0000

John Doe Silva
Tradutor Público

Figura. Modelo do layout de um contrato de compra e venda submetido a TJ.

Note-se, que na parte superior desta figura, encontra-se o número da matrícula da Junta Comercial, o número da tradução, o número da folha, endereço do tradutor, termo de abertura, identificação do documento. Já na parte inferior, consta o termo de encerramento, assinatura do tradutor, número de laudas, valor dos emolumentos e o número do recibo. Segundo Aubert (1998, p 17), a disposição desses elementos está de acordo com uma escrita utilizada por cartórios, tanto que num passado recente, antes da utilização do computador, era comum a utilização de ** e // para preencher os espaços em brancos, a fim de evitar alterações posteriores.

5.2. ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES A CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

Como mencionado anteriormente, o fenômeno contratual mostra uma expansão extraordinária não somente da quantidade de contratos, como também a diversificação dos objetos que passam a fazer parte dos contratos. Nesse sentido, pode-se notar, nos corpora que serviram de base para a presente dissertação, uma acentuada variedade de contratos de compra e venda. Nos corpora de TTJPs-ccv, por exemplo, encontramos os seguintes tipos de documentos:

Subtipo de contrato de compra e venda	Quantidade de documentos
Contrato de compra e venda de aro	01
Contrato de compra e venda de ativos sem garantia	01
Contrato de compra e venda de automóveis	04
Contrato de compra e venda de automóveis com retenção de titularidade	02
Contrato de compra e venda de componentes eletrônicos	01
Contrato de compra e venda de empresa	01
Contrato de compra e venda de máquina de limpeza	01
Contrato de compra e venda de mercadorias	01
Contrato de compra e venda de notas do tesouro norte-americano	17
Contrato de compra e venda de quotas	02
Contrato de compra e venda de rádios automotivos	01
Contrato de compra e venda de veículos	01

Contrato de compra e venda residencial	01
TOTAL	34

Tabela 2. Subtipos de TTJPs-ccv

O corpus de TOPs-ccv foi compilado a partir dos seguintes subtipos de documentos:

Subtipo de contrato de compra e venda	Quantidade de documentos
Contrato de compra e venda com reserva de domínio	01
Contrato de compra e venda de acervo patrimonial de marca	01
Contrato de compra e venda de automóvel usado	02
Contrato de compra e venda de cão	02
Contrato de compra e venda de casa de carne com reserva de domínio	02
Contrato de compra e venda de cessão de direitos	02
Contrato de compra e venda de energia elétrica	02
Contrato de compra e venda de estabelecimento comercial	02
Contrato de compra e venda de filhotes	04
Contrato de compra e venda de imóvel	08
Contrato de compra e venda de larvas de camarão	01
Contrato de compra e venda de leite in natura	02
Contrato de compra e venda de lote de terreno	06
Contrato de compra e venda de máquinas	04
Contrato de compra e venda de mercadorias	05
Contrato de compra e venda de parte de imóvel	02
Contrato de compra e venda de propriedade rural	05
Contrato de compra e venda de sementes	02
Contrato de compra e venda de terreno a prazo	05
Contrato de compra e venda de valores patrimoniais	02
Contrato de compra e venda de veículo com reserva de domínio	02
TOTAL	62

Tabela 3. Subtipos TOPs-ccv

Com relação ao corpus de TOIs-ccv, selecionamos os seguintes textos:

Subtipo de contrato de compra e venda	Quantidade de documentos
Agreement for purchase and sale of assets	05
Business sale and purchase agreement	01
Contract for purchase and sale of equipment and service	01
Power purchase and sale contract	01
Purchase and sale agreement of land	06
Purchase and sale agreement of property	02

Purchase and sale agreement of receivables	02
Purchase and sale agreement of shares	04
Purchase and sale of bacterial fruit on watermelon seed	02
Purchase and sale of correctional facility	01
Purchase and sale of custom integrated circuit	01
Purchase and sale of vehicle	02
Security sale and purchase agreement	02
TOTAL	30

Tabela 4. Subtipos de TOIs-ccv

Com relação à quantidade e subtipo de CCVs por tradutor, tem-se a seguinte distribuição no tradutor A:

Subtipo de contrato de compra e venda	Quantidade de documentos
Contrato de compra e venda de ativos sem garantia	01
Contrato de compra e venda de rádios automotivos	01
Contrato de compra e venda de quotas	01
Contrato de compra e venda de componentes eletrônicos	01
TOTAL	04

Tabela 5. Subtipo de contratos traduzidos pelo tradutor A

Com relação aos documentos traduzidos pelo tradutor B, temos a seguinte distribuição:

Subtipo de contrato de compra e venda	Quantidade
Contrato de compra e venda de aro	01
Contrato de compra e venda de automóveis	04
Contrato de compra e venda de automóveis com retenção de titularidade	02
Contrato de compra e venda de empresa	01
Contrato de compra e venda de máquina de limpeza	01
Contrato de compra e venda de mercadorias	01
Contrato de compra e venda de notas do tesouro norte-americano	17
Contrato de compra e venda de quotas	01
Contrato de compra e venda de veículos	01
Contrato de compra e venda residencial	01
TOTAL	30

Tabela 6. Subtipo de contratos traduzidos pelo tradutor B

Verifica-se que a quantidade de documentos entre os tradutores varia consideravelmente. Nos seis livros fornecidos pelo tradutor B, encontram-se 30 contratos de compra e venda traduzidos no modo juramentado, já nos livros do A, há apenas 4 contratos.

Deparamos com certa dificuldade na constituição do corpus de TOPs-ccv, uma vez que há uma quantidade pequena de *sites* na Internet que disponibilizam contratos na íntegra. Para a sua extração, recorremos a duas ferramentas de compartilhamento de arquivos entre usuários, o *LimeWire* versão 4.12.6 e o *E-mule* versão 0.47a, ambos programas de compartilhamento P2P (*peer-to-peer*), ou seja, o usuário compartilha arquivos do seu computador, tornando-os disponíveis para quem possui os programas de compartilhamento. Encontramos contratos na íntegra, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas por meio desses dois programas.

Com relação às *características dos TTJPs-ccv*, notamos a presença recorrente de abreviações, com três letras, relativas a aspectos comuns da negociação contratual, como por exemplo, se o transporte se dará com carga completa no navio, qual parte pagará os encargos referentes ao transporte, etc. Tais abreviações recebem o nome de Termos Internacionais do Comércio (*Incoterms – International Commercial Terms*). Trata-se de uma normalização criada pela Câmara do Comércio Internacional em 1936, para o transporte marítimo e terrestre. Posteriormente, em 1976 essa normalização passou a incluir o transporte aéreo. A partir do ano 2000, houve uma mudança no sistema, que passou a ser mais abrangente.

Nos contratos de compra e venda do corpus de estudo, encontramos os seguintes Incoterms: FAS (12 ocorrências), FOB (14 ocorrências), CIF (12 ocorrências) e CIP (1 ocorrência). O modo como esses termos foram apresentados na TJ permaneceu inalterado, exceto com relação ao termo FOB utilizado pelo tradutor B de modo distinto. O tradutor utilizou a expressão da seguinte forma:

Tais detalhes contém, entre outras informações, os seguintes dados: (a) DESCRIÇÃO; (b) AIC; (c) quantidade; e (d) Preço **FOB** [Free on Board - Livre a Bordo]. [tradutor B]

No fragmento acima, tem-se o Incoterm FOB, que designa o vendedor como responsável pelo embarque da carga e pelas formalidades de exportação; tal termo é mais utilizado nas exportações brasileiras marítimas. Note-se que houve, no trecho, a inserção de colchetes explicativos, em que o tradutor explicitou tanto em inglês, como em português o significado do termo FOB; no entanto, para os outros termos, não houve explicitação do significado. CIF (*Cost, Insurance and Freight* - Custo, Seguro e Frete), FAS (*Free Alongside Ship* - Livre no Costado do Navio) e CIP (*Carriage and Insurance Paid to* - Transporte e Seguro Pagos até) aparecem sem parênteses explicativos no tradutor B. Já o tradutor A não explicitou em nenhum momento o significado dos Incoterms. Talvez por ter consciência de que são termos correntes nos contratos de compra e venda utilizados no processo de exportação.

Encontramos, também, nos TTJPs-ccv do tradutor B os seguintes trechos:

O Vendedor não será responsável em relação a qualquer reivindicação por violação de qualquer uma das Declarações e Garantias no Capítulo I, a menos que a Compra [sic],¹⁰ tenha enviado ao Vendedor uma notificação por escrito no ou antes do segundo aniversário da data deste Contrato, dando detalhes completos da reivindicação.[tradutor B]

¹⁰ Grifo nosso.

O tradutor optou por manter o erro do TO no TT; provavelmente se leria no original *purchase* faltando a letra “r” no final (*purchaser/comprador*). Na tradução o tradutor indicou o erro com [sic]. Em outro trecho de um CCV do tradutor B, temos:

16.1 O COMPRADOR providenciará junto ao banco (a "Companhia de Seguro") o seguro que estará em conformidade com todas as disposições nesta Cláusula 17 [sic]¹¹ obtendo um "endosso" assinado [...].
[tradutor B]

Percebe-se um erro no TO relativo à numeração da cláusula, pois o pronome demonstrativo refere-se à cláusula em questão e não à cláusula 17. O tradutor também indicou o erro por meio da inserção de [sic]. Nesses dois casos, percebe-se uma tendência de conformação do TO no TT, ou seja, trata-se de uma tradução literal que tende a incluir os erros do original. A esse respeito, poder-se-ia inferir que o tradutor juramentado estaria mais atrelado a questões de fidelidade do que inteligibilidade. Essa tendência não se mostra somente na forma dispensada ao tratamento de erros ocorridos no TO, como também no emprego de estruturas lingüísticas que poderiam ser consideradas como típicas da língua inglesa.

Nos seguintes trechos: “Em caso de dúvidas razoáveis com relação à capacidade do comprador de fazer o pagamento...”, [tradutor B, grifo nosso], e em “... o comprador é obrigado a nos conceder um período de tempo razoável de carência...” [tradutor B], podemos observar o uso do adjetivo “razoável” para referir-se, por exemplo, a “pertinência das dúvidas” ou a “um período de tempo determinado”. Tal emprego nos TTJPs-ccv parece estar relacionado ao uso freqüente do adjetivo *reasonable* em CCVs em língua inglesa. No seguinte trecho de um TOI-ccv temos:

¹¹ Grifo nosso.

5.1 Interim Conduct of ANS and each ANS Entity and the ANS Network Services Business. AOL and ANS covenant to use all **reasonable** efforts to ensure, and to cause each ANS Entity to use all reasonable efforts to ensure that [...]

No corpus de TOIs-ccv, *reasonable* ocorreu 174 vezes e *reasonably* 162, enquanto que no corpus de TOPs-ccv não foi encontrada nenhuma ocorrência. Nos TTJPs-ccv, foram observadas 19 ocorrências de “razoável” para o tradutor B, enquanto que para o tradutor A não se registrou nenhuma ocorrência do uso desse adjetivo ou advérbio.

Uma dos aspectos que poderiam ser aprofundado em trabalhos futuros, seria a questão da adjetivação em inglês e em português nos CCV. A esse respeito, Azenha Junior (1999), ao tratar da tradução técnica e dos condicionantes culturais, menciona que no caso de textos técnicos:

Contribuem para a imprecisão, entre outros, o emprego de atributos e advérbios que modificam de forma apenas indefinida o substantivo a que se referem. Nesses casos, a pressuposição, por parte do produtor, é a de que o receptor do texto preencherá inequivocamente essas lacunas, isto é, saberá determinar, por exemplo, o que seja “uma distância apropriada” para a colocação do triângulo de advertência (manual do usuário de automóvel), ou o que signifique a identificação “bem cedo” para a aplicação do fungicida (folheto de instrução para a aplicação de fungicida), entre outros exemplos (AZENHA JUNIOR 1999, p. 124).

A observação de Azenha sobre a tradução de texto técnico também se aplicaria à tradução juramentada de CCVs, ao ocorrer o uso de modificadores que contribuem para uma imprecisão do substantivo.

Este adjetivo também levanta questionamentos nos documentos escritos em inglês, conforme mostra o *Black's Law Dictionary*:

Reasonable, adj. 1. Fair, proper, or moderate under the circumstances <reasonable pay>. 2. According to reason <your argument is reasonable but no convincing >.
 “It’s extremely difficult to state what lawyers mean when they speak of ‘reasonableness’[...]”
 “...reasoning does not help much if fixing a reasonable price [...]

Apesar da sua recorrência alta, pode-se perceber que a utilização de *reasonable* também mostra uma indefinição na língua inglesa, por exemplo, ao fazer referência a formas de pagamento.

5.2.1. Observação de vocábulos com base na razão forma/item

Com o intuito de procedermos a uma análise a respeito da variedade vocabular presente no corpus de estudo de TTJPs-ccv em relação aos corpora comparáveis de TOPs-ccv e TOIs-ccv, recorreremos à razão forma/item (vocábulo/ocorrência). Utilizando o programa WordSmith Tools, podemos saber se determinado texto ou corpus emprega maior ou menor quantidade de vocábulos repetidos. Quando for empregado um maior número de repetições, pode-se esperar uma razão FI mais baixa; por outro lado, havendo maior variedade vocabular, a razão FI tenderia a ser mais alta. Entretanto, temos que utilizar a razão FI com cautela, pois o comprimento dos textos influencia nesse cálculo estatístico (Camargo 2005). Em textos mais extensos, as palavras ocorrem com maior frequência, levando a uma razão FI mais baixa. Como os nossos corpora são constituídos de textos de tamanhos distintos, utilizamos também a razão FI padronizada, devido ao cálculo ser computado a cada mil palavras, o que minimizaria, assim, o problema da extensão diferente entre os textos de cada um dos três corpora (Camargo 2005).

Com o intuito de examinar a distribuição de formas e itens no corpus de TTJPs-ccv, foram extraídas as tabelas 14 a 17, abaixo:

Total geral por corpus	TTJP-ccv: 34 contratos	TOP-ccv: 42 contratos
Itens (ocorrências)	98.184	64.384
Formas (vocábulos)	3.819	4.533
Razão FI	4,1	7,3
Razão FI padronizada	33,95	36,24

Tabela 7. Estatística dos TTJPs-ccv em relação ao TOPs-ccv

Total geral por corpus	TTJP-ccv: 34 contratos	TOP-ccv: 42 contratos	Cálculo da diferença
Razão FI	4,1	7,3	3,28
Razão FI padronizada	33,95	36,24	2,29

Tabela 8. Diferença da razão forma/item nos TTJPs-ccv em relação os TOPs-ccv

Total geral por corpus	TTJPs-ccv: 34 contratos	TOIs-ccv: 26 contratos
Itens	98.184	238.389
Formas	3.819	6.032
Razão FI	4,1	2,65
Razão FI padronizada	33,95	30,67

Tabela 9. Estatística dos TTJPs-ccv e relação aos TOIs-ccv

Total geral por corpus	TTJP-ccv: 34 contratos	TOIs-ccv: 26 contratos	Cálculo da diferença
Razão FI	4,1	2,65	1,45
Razão FI padronizada	33,95	30,67	3,28

Tabela 10. Diferença da razão forma/item nos TTJPs-ccv em relação os TOIs-ccv

Com base na tabela 14, podemos observar que o corpus de TTJPs-ccv compreende um número maior de palavras, apesar de termos 34 contratos em relação aos 42 contratos de TOPs-ccv. Como já mencionado anteriormente, os contratos originalmente escritos em português geralmente não estão disponíveis na íntegra pela Internet, o que leva a ocorrência de mais palavras nos TTJPs-ccv (98.184) do que nos TOPs-ccv (64.384). Embora tenhamos nos TTJPs-ccv mais textos, há uma variação vocabular maior nos textos originais escritos em português do corpus de TOPs-ccv (4.533 vocábulos) do que no corpus de TTJPs-ccv (3.819 vocábulos).

Por sua vez, a diferença de 3,28 (cf. tabela 15) entre razões FI sugere que os tradutores A e B tenham utilizado um vocabulário menos variado ao traduzir os contratos de compra e venda, representados no corpus de estudos.

Levando em consideração o tamanho diferente dos dois corpora, calculou-se também a razão FI padronizada. A diferença de 2,29 corrobora os dados acima. Nesse caso, a hipótese de simplificação de Baker pode ser confirmada (1993, p.244), devido aos dados indicarem maior repetição nos TTJPs-ccv em relação a maior variação no corpus de TOPs-ccv.

Podemos inferir com base em Toury (1991b, p. 51, apud Baker 1993, p. 244) que, por ser um evento mediado, ao traduzir um texto, há a tentativa, por parte do tradutor, de torná-lo mais claro e mais fácil de processar, utilizando, para isso, mais palavras repetidas.

No tocante à comparação entre o corpus de estudo e o corpus de textos originalmente escritos em inglês, notamos acentuada diferença entre os dois corpora (tabela 16), com ocorrência de mais palavras nos TOIs-ccv (238.389) do que no TTJPs-ccv (98.184). Diferentemente da dificuldade de se encontrar contratos de compra e venda escritos em português do Brasil, os *purchase and sale agreements* dos Estados Unidos estão, com frequência, disponibilizados na íntegra pela Internet. Por essa razão, foi possível a compilação de contratos completos de várias empresas norte-americanas.

Quanto ao número de vocábulos, conforme tabela 16, encontramos nos TOIs-ccv e nos TTJPs-ccv uma distribuição que nos levaria a inferir que nos textos originalmente escritos em inglês, haveria maior variedade vocabular (6.032) do que nos textos traduzidos no modo juramentado em português (3.819); porém esses dados decorrem da extensão acentuadamente maior dos TOIs-ccv em relação aos TTJPs-ccv. Por meio do cálculo da razão FI, notamos uma diferença de 1,45 (tabela 17), o que sugere que, nos TOIs-ccv tenha sido empregado um vocabulário menos variado do que nos TTJPs-ccv. Devido ao tamanho diferente de ambos os corpora, calculou-se também a razão FI padronizada, que corroborou o resultado encontrado.

A diferença da razão FI padronizada foi de 3,28, ou seja, houve um uso de vocábulos mais variados no TTJPs-ccv do que no TOIs-ccv, rejeitando a hipótese de simplificação de Baker (1993, p. 244).

Cabe uma ressalva, os dados indicam a variação entre os textos dos corpora. Não se levou em consideração a variação morfológica das línguas envolvidas; para isso, o levantamento de dados estatísticos contrastando o BNC com outro corpus em português poderia fornecer mais dados a respeito da razão forma/item.

5.2.2. Observação do conjunto léxico mais freqüente em contratos de compra em venda

Na visão de Sinclair (1991) e de Halliday (1992), a linguagem é um sistema probabilístico, cuja face mais notável é a freqüência do uso das palavras. De acordo com Berber Sardinha (2004, p. 90), a freqüência de uso (alta, baixa ou média) pode revelar os seguintes aspectos importantes:

- a) Ocorrência: Refere-se à presença de um vocábulo no corpus. Desse modo, “os itens que não ocorreram não são incorporados porque não são observáveis” (BERBER SARDINHA 2004, p. 90);
- b) Recorrência: Os itens devem estar presentes pelo menos duas vezes no corpus. Quanto aos itens que ocorrem apenas uma vez, são chamados “hapax legomena” e formam a maioria dos itens da linguagem” (Idem). As freqüências das palavras não são distribuídas equitativamente, pois determinadas palavras são empregadas mais que outras. A faixa de freqüência mais numerosa é a dos hapax; porém, como eles aparecem apenas uma vez, não são representativos em termos de ocorrência no corpus;
- c) Co-ocorrência: Os itens aparecem em companhia de outros. Um item isolado é muito pouco informativo. “Ele obtém significância na medida em que é empregado como parte de um conjunto formado por outros itens” (Idem).

É importante observar a frequência por ser uma característica típica da palavra. Nesse sentido, a norma lingüística corresponde à “média dos usos freqüentes das palavras que são aceitas pela comunidade dos falantes” (BIDERMAN 1998, apud BERBER SARDINHA, 2004, p. 163).

Com o intuito de construirmos uma amostra de glossário contendo os termos mais utilizados nos contratos de compra e venda submetidos à tradução juramentada, utilizamos a ferramenta WordList do programa computacional WordSmith Tools para extrair listas de frequência de palavras dos corpora de TTJPs-ccv, TOPs-ccv e TOIs-ccv (constantes do *Apêndice A*). Do mesmo modo, a ferramenta também foi utilizada para gerar a lista de palavras do corpus de referência, o Lácio-ref.

Conforme mencionado no *subitem* 4.2, selecionamos as listas de frequência do corpus de estudo e do corpus de referência, que serviu como termo de comparação, e inserimo-las na ferramenta KeyWord. O resultado do contraste entre as duas listas foi a lista de palavras-chave (constante do *Apêndice B*).

A título de exemplificação, mostramos, abaixo, a listagem contendo as vinte primeiras palavras-chaves do corpus de estudo de TJ acompanhadas da sua frequência e chavicidade¹²:

Nº	Palavra	Freq.	Chavicidade
1	VENDEDOR	1478	9473,2
2	COMPRADOR	1371	8771,2
3	CONTRATO	1184	7044,9
4	INSTRUMENTO	695	3426,9
5	DESTE	712	2802,1
6	QUALQUER	798	2556,7
7	CLÁUSULA	434	2512,7
8	AUTOMÓVEIS	370	2268,8
9	TERMOS	618	2172
10	#	5145	2169,1
11	COMPRA	342	1838,1
12	DATA	373	1813,1
13	OU	1460	1533,5
14	ADENDO	229	1441,7

¹² A chavicidade mostra o resultado do contraste entre a lista de palavras de um corpus de estudo com a lista de um corpus de referência. Quando o resultado é negativo, a palavra não é representativa do corpus em estudo, a chavicidade é apresentada em números vermelhos precedidos de um sinal de menos.

15	OBRIGAÇÕES	242	1417,5
16	QUAISQUER	253	1308,1
17	PARTES	336	1304,3
18	ASSINATURA	199	1173
19	PAGAMENTO	211	1103,5
20	SEGURO	194	1044,4

Tabela 11. Lista das 20 primeiras palavras-chave

Com base nessa lista, buscamos os candidatos a termo. Como a ferramenta KeyWord do WST traz como *default*, a geração de 500 palavras-chave, ampliamos a limitação para a geração de 900 palavras-chave. Foi efetuada a ampliação devido à geração de 500 palavras-chave ter levantado apenas 30 termos simples de base substantival; ao inserirmos o novo limite em 900 palavras, pudemos selecionar 57 termos simples que passaram a fazer parte do glossário.

Da lista de palavras-chave foram excluídos os verbos, adjetivos, advérbios, verbos, símbolos, etc., em virtude da necessidade de uma delimitação compatível com uma dissertação de mestrado. Dessa maneira, apenas os substantivos passaram a ser considerados para fazerem parte da presente análise, dado que, para a elaboração de glossários, via de regra, privilegia-se a base substantival.

Com relação à busca de equivalentes para os *termos simples* levantados a partir do corpus de estudo de TTJPs-ccv, encontramos 100% dos termos no caso da procura efetuada no corpus de apoio (CA) referente ao *Vocabulário Jurídico* de De Plácido e Silva (D1) e ao *Dicionário Jurídico* de Noronha (D4), e 94,7% no corpus de apoio representado pelo *Dicionário Jurídico* de Maria Chaves de Mello. Já no *Dicionário trilingüe de termos de negócios* de Migliavacca (D3), a taxa de êxito ficou em de 84,5%. Por sua vez, foram encontrados 96,5% dos termos simples no corpus de TOIs, e 98,3% no corpus de TOPs.

Abaixo, tem-se o quadro contendo os termos levantados a partir do corpus de estudo e a indicação, nos respectivos corpora comparáveis e no corpus de apoio, de sua ocorrência ou não.

Corpus de Estudo	Corpora Comparáveis		Corpora de Apoio			
Termo do TTJP-ccv	TOP-ccv	TOI-ccv	D1	D2	D3	D4
Acordo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Adendo	N.E.	N.E.	Sim	Sim	Sim	Sim
Anexo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Apólice	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Arbitragem	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Assinatura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ativos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Carta	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim	Sim
Certificado	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Cláusula	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Compra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comprador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Condições	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contratantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contrato	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Crédito	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Danos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Declaração	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Despesas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Direito	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Disposições	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Embarque	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim	Sim
Encargos	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Endosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrega	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fatura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Frete	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Importação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Garantia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Impostos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Inadimplemento	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Inspeção	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Instrumento	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Leis	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Liberação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Licenças	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Limitação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mercadorias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Montante	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Notificação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Obrigações	Sim	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim
Outorgante	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Pagamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Parte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Preço	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Procuração	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Recebimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sede	Sim	N.E.	Sim	Sim	Sim	Sim
Seguro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taxas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Termos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Titularidade	Sim	Sim	Sim	N.E.	Sim	Sim
Transações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Transporte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vencimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Venda	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vendedor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 5. Resultado da busca dos termos simples.

De acordo com o quadro acima, podemos observar que os termos simples levantados no corpus de estudo foram quase todos encontrados nos corpora comparáveis em português e em inglês, bem como nas três obras de referência consultadas.

O primeiro termo do glossário “acordo”, por exemplo, foi encontrado em todos os corpora. Encontramos a seguinte definição para o termo “acordo” em português no *Vocabulo Jurídico*:

Acordo. Ajuste, convenção ou contrato, instituído entre duas ou mais pessoas, que se acertam em estabelecê-lo. Condições ajustadas entre duas ou mais pessoas no intuito de fazer cessar uma pendência ou uma demanda. O instrumento em que se firma essa convenção. (De Plácido e Silva, p.56)

Quanto ao número de ocorrências do termo “acordo”, a sua frequência foi maior no corpus de estudo de TTJPs-ccv do que no corpus comparável de TOPs-ccv, conforme tabela abaixo:

Termo	Corpus de TTJPs-ccv freq.	Corpus de TOPs-ccv freq.
ACORDO	282	83

Tabela 12. Comparação do termo simples “acordo”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv

Com relação à tradução para o inglês do termo **acordo**, pudemos verificar os seguintes termos equivalentes nos dicionários consultados na direção português/inglês:

ACORDO – nm agreement; covenant; accord; combination; concord. (Noronha, p. 365)	ACORDO , (eng) accord, (esp) acuerdo. (Dicionário Trilingüe de Termos de Negócios, p. 10)
---	--

Já na direção tradutória inglês/português, o dicionário *Noronha* apresenta as seguintes traduções para o termo *agreement*

AGREEMENT – s. contrato; acordo; pacto; convênio; convenção; concordância. (Noronha, p. 35)
--

Como já mencionado anteriormente, o termo *agreement* (com 2.286 ocorrências no TOIs-ccv) apresenta dois termos equivalentes com frequências significativas nos TTJPs-ccv: “contrato” (1.252) e “acordo” (295).

Em nosso corpus de TOIs-ccv, ocorreram quatro das entradas dadas pelo dicionário *Noronha*, na seguinte sequência:

Termos	Frequência
AGREEMENT	2.416
COVENANT	49
COMBINATION	8
ACCORD	1

Tabela 13. Frequência no corpus de TOIs-ccv

O termos simples *accord* ocorreu apenas uma vez no corpus de TOIs-ccv, contendo 238.389 palavras, o que demonstraria que sua recorrência em contratos de compra e venda

originalmente escritos em inglês parece ser acentuadamente mais baixa em relação a *agreement* (2.416). Já o termo *concord* não foi registrado nenhuma vez.

Por seu turno, levantamos as linhas de concordância para verificar os termos “acordo” e *agreement* em seus cotextos. Seguem exemplos desses dois termos nos respectivos corpora de TTJPs-ccv e TOPs-ccv, bem como seus equivalentes nos corpora de TOIs-ccv:

AGORA, PORTANTO, em consideração do que foi exposto acima, e do **acordo** contido neste instrumento, o VENDEDOR e o COMPRADOR neste ato têm justo e acordado o seguinte: [...]. [Tradutor B], (TTJPs-ccv)

Este contrato contém ou faz referência expressa à integralidade do entendimento entre as partes com respeito ao seu objeto e engloba todos os **acordos** e entendimentos anteriores entre as partes com respeito ao seu objeto; [...], (TOPs-ccv)

NOW, THEREFORE, in consideration of the premises, and the mutual representations, warranties and **agreements** contained herein, the parties hereto do hereby agree as follows[...] (TOIs-ccv)

Outro termo simples que apresentou diferenças nos corpora analisados foi **assinatura**.

Segundo o *Vocabulário Jurídico* temos a seguinte definição:

Assinatura – Na terminologia jurídica, seja comercial ou civil, representa a ação de apor a pessoa o seu nome, com todos os apelidos e cognomes e com todas as letras com que ele se escreve, em papel ou documento, de que resulte, ou não, obrigação, sem que não ficará obrigado nele, quando este for o seu fim.[...]

Quanto à ocorrência do termo “assinatura” no corpus de TTJPs-ccv e no corpus comparável de TOPs-ccv, verificamos que houve maior ocorrência nos TTJPs-ccv:

Termo	Corpus de TTJPs-ccv freq.	Corpus de TOPs-ccv freq.
ASSINATURA	199	83

Tabela 14. Comparação do termo simples “assinatura”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv

No tocante à tradução para o inglês do termo “assinatura”, o dicionário *Noronha* na direção português/inglês registra os seguintes termos equivalentes:

Assinatura – nf signature; subscription. (<i>Noronha</i>, p.384)
--

Já na direção inglês/português, o dicionário *Noronha* registra somente a opção “assinatura”.

O termo simples “assinatura” foi utilizado, em geral, no corpo dos textos referentes aos TTJPs-ccv, com o sentido de executar um contrato, fazer com que tenha validade por meio da assinatura.

Tanto nos TTJPs-ccv e TOPs-ccv é empregado o termo “assinatura” na parte do encerramento dos contratos. Nos TOIs-ccv aparece o termo equivalente *signature*. Também na busca do termo correspondente no corpus de TOIs-ccv, foi encontrada no corpo do documento a expressão *is executed*, formada por construção verbal.

Outra acepção encontrada no corpus comparável de TOIs-ccv foi a expressão *with the signing* que ocorreu apenas uma vez:

5.15 CompuServe Name. WorldCom and AOL are entering into an agreement contemporaneously with the signing of this Agreement (the "Agreement to Form Business Entity"), [...], (TOIs-ccv)

Por sua vez, levantamos as linhas de concordância para o termo “assinatura” nos corpora em português de TTJPs-ccv e TOPs-ccv; no corpus em inglês de TOIs-ccv, levantamos a expressão correspondente *is executed*:

Concomitantemente com a assinatura deste Contrato de Compra e Venda, a Compradora aceita a garantia padrão para cobrir as garantias, reparos e assistência técnica a serem assegurados à Compradora pelo Fabricante.
--

CLÁUSULA 7 - O presente CONTRATO entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, [...] (TOPs-ccv)

[...] between IBM and Customer dated September 30, 1996 and any amendments thereto, until or unless the Technology License Agreement is executed by both parties. (TOIs-ccv)

Outro vocábulo recorrente foi **sede**. De acordo com o *Vocabulo Jurídico*, o termo significa:

SEDE. Deriva-se o vocábulo do latim *sedes* (assento, cadeira), exprimindo correntiamente o lugar em que se centralizam as atividades de uma pessoa, ou de um estabelecimento. [...] No sentido do direito canônico, traz a mesma significação de Sé, designando não somente a *capital* de uma diocese, como a jurisdição e dignidade de um príncipe da igreja. [...] (De Plácido, p. 1261)

O termo simples “sede” foi usado no corpus de estudo de TTJPs-ccv e no corpus comparável de TOPs-ccv, na maioria das ocorrências, na primeira acepção dada pelo dicionário: “lugar onde funcionam os órgãos centrais da pessoa jurídica ou onde uma empresa tem seu estabelecimento principal”.

Quanto à ocorrência do termo “sede” no corpus de TTJPs-ccv e no corpus comparável de TOPs-ccv, houve maior ocorrência nos TTJPs-ccv:

Termo	Corpus de TTJPs-ccv freq.	Corpus de TOPs-ccv freq.
SEDE	129	21

Tabela 15. Comparação do termo simples “sede”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv

Com referência à tradução para o inglês do termo “sede”, encontramos os seguintes termos equivalentes nos dicionários consultados na direção português/inglês:

SEDE – nf headquarters; main office. (Noronha, p. 629)

SEDE, MATRIZ, (eng) headquarters, main office, corporate office, (esp) oficina central, sede. (*Dicionário de termos de negócio Trilíngüe*, p. 162)

No entanto, os termos *headquarters*, *main office* e *corporate Office* não foram encontrados no corpus de TOIs-ccv.

Por seu turno, as linhas de concordâncias abaixo revelaram uma diferença no uso do termo “sede” na língua de inglesa. Nos TOIs-ccv, verificamos a ocorrência da seguinte sequência: *e with an address for purposes of this Agreement*:

Pelo presente instrumento, a [nome da empresa], doravante denominada VENDEDOR, com sede em [endereço], neste ato representada por seu Diretor, o Sr. [nome do diretor] [...],[TrJA], (TTJPs-ccv)

De um lado e doravante denominada simplesmente VENDEDORA, a [nome da empresa], empresa concessionária de serviços públicos de geração / produtor independente de energia elétrica, com sede em [endereço], inscrita no CNPJ sob; [...] (TOPs-ccv)

[...] under the laws of the State of New York and with an address for purposes of this Agreement of 1000 River Street, Essex Junction, Vermont, 05452 and Transmeta Corporation ("Customer"), incorporated under the laws of the State of California with an address for purposes of this Agreement of 3940 Freedom Circle, Santa Clara, CA. 95054. IBM and Customer agree as

Com relação à busca de equivalentes para as *expressões fixas* e *semifixas* levantadas a partir do corpus de estudo de TTJPs-ccv, tivemos uma taxa de êxito de 8,3% no caso da procura efetuada no CA referente ao D1, 20,8% no D2, 29,16% no caso do D3 e 27,08% no D4. Por sua vez, no corpus comparável encontramos 35,4% dos equivalentes no corpus de TOPs-ccv e 68,75% no corpus de TOIs-ccv. Abaixo, encontra-se o quadro contendo as expressões fixas e semifixas levantadas a partir do corpus de estudo e a indicação de sua ocorrência ou não, nos respectivos corpora comparáveis e no corpus de apoio.

Corpus de Estudo	Corpora comparáveis		Corpora de Apoio			
	TOP-ccv	TOI-ccv	D1	D2	D3	D4
Expressão do TTJP						
Acordo verbal	N.E.	Sim	N.E.	Sim	Sim	N.E.
Apólice de seguro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Carta de liberação	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Carta de crédito	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Carta do comprador	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Carta do vendedor	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Comum acordo	Sim	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Condições gerais	Sim	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Conhecimento de embarque	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contas a pagar	Sim	Sim	N.E.	N.E.	Sim	Sim
Contrato de compra e venda	Sim	Sim	N.E.	Sim	Sim	Sim
Data de assinatura	Sim	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Data de emissão	N.E.	N.E.	N.E.	Sim	Sim	Sim
Data de entrega	Sim	Sim	N.E.	N.E.	Sim	N.E.
Data de fechamento	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Data de pagamento	Sim	Sim	N.E.	N.E.	Sim	N.E.
Data de vencimento	Sim	Sim	N.E.	Sim	Sim	Sim
Declaração do vendedor	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Direito do vendedor	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Disposições da lei	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Disposições gerais	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Garantia do comprador	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Liberação da mercadoria	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Liberação da titularidade	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Notificação prévia	N.E.	Sim	N.E.	Sim	N.E.	Sim
Obrigações do comprador	Sim	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Obrigações do vendedor	Sim	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Ordem de compra	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	Sim	N.E.
Perda das mercadorias	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Período de seguro	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Porto de embarque	N.E.	N.E.	N.E.	Sim	N.E.	N.E.
Prazo de embarque	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Prazo de entrega	Sim	Sim	N.E.	N.E.	Sim	N.E.
Prazo de pagamento	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Prazo máximo	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Preço de compra	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	Sim
Retenção da titularidade	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Seguro de crédito	Sim	N.E.	Sim	Sim	Sim	Sim
Taxas aduaneiras	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	Sim
Taxas bancárias	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	Sim
Taxas de arbitragens	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Taxas de cobrança	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	Sim
Taxas de financiamento	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Termos de pagamento	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Termos e condições	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Termos de embarque	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.
Termos de venda	N.E.	Sim	N.E.	N.E.	N.E.	N.E.

Valor total	Sim	Sim	N.E.	N.E.	Sim	N.E.
-------------	-----	-----	------	------	-----	------

Quadro 6. Resultado da busca das expressões fixas e semifixas.

Uma das expressões fixas que foi utilizada no corpus de TTJPs-ccv com frequência alta, e não encontrada no CA monolíngüe, foi **comum acordo**.

Quanto ao número de ocorrência dessa expressão fixa, sua frequência foi maior no corpus de TTJPs-ccv:

Termo	Corpus de TTJPs-ccv freq.	Corpus de TOPs-ccv freq.
Comum acordo	35	15

Tabela 16. Comparação da expressão fixa “comum acordo” nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv

Seguem exemplos extraídos dos três corpora:

Os produtos serão enviados FOB Porto do Rio de Janeiro, exceto quando for acordado de forma diversa de **comum acordo**. (TTJPs-ccv)

E por se acharem de pleno e **comum acordo**, as partes contratantes, na presença das duas testemunhas abaixo, assinam o presente compromisso. (TOPs-ccv)

Subject to the terms and conditions of this Agreement, and with effect from July 1, 2002, which is the date on which the Parties **mutually agreed** that the effective control and risks and rewards of ownership transfer to the Purchaser. (TOIs-ccv)

No corpus de TTJPs-ccv, verificamos que a expressão fixa “comum acordo” ocorreu 35 vezes e no corpus de TOPs-ccv 15 vezes. Já no corpus de TOIs-ccv, a expressão correspondente *mutually agreed* foi utilizada 20 vezes. Na busca feita no corpus de apoio, verificamos que não consta exatamente a mesma expressão *mutually agreed*, mas aparece registradas a seguinte expressão:

Comum acordo, (eng.) Joint consent.
(esp.) común acuerdo. (*Dicionário de
Termos de Negócio Trilíngüe*, p. 41)

Todavia, a expressão *joint consent* não registrou nenhuma ocorrência no corpus de TOIs-ccv.

Procedemos a buscas nos TOIs-ccv, para verificar se seria utilizada no mesmo sentido de *mutually agreed*; entretanto, não houve nenhuma ocorrência.

Em virtude da alta recorrência do termo simples “acordo”, efetuamos, também, uma busca com o nóculo em seqüências maiores no corpus de TTJPs-ccv, tendo-se evidenciado a ocorrência de expressões fixas e semifixas. Para esse levantamento, após gerarmos as linhas de concordância, eliminamos os agrupamentos lexicais espúrios e descartamos expressões fixas e semifixas menores quando faziam parte de expressões semifixas em seqüências mais extensas (cf. Camargo 2005).

Dessa forma, encontramos a co-ocorrência de associações não aleatórias referentes à expressão fixa “comum acordo” nos TTJPs-ccv:

1. A lista de produtos do Anexo A poderá ser alterada, eliminando ou acrescentando novos itens, **em comum acordo** entre as partes,
2. Os Produtos serão enviados FOB Porto do Rio de Janeiro, exceto quando for acordado de forma diversa **de comum acordo**.
3. Exceto quando encerrado da maneira prevista na Cláusula 11.2 abaixo ou **por comum acordo** por escrito

[TTJPs-ccv]

Nos três exemplos acima, há um conjunto de caracteres estabilizados e recorrentes da área contratual, constituído dos elementos invariáveis “comum acordo” e de elementos variáveis “de”, “em”, “por”, “entre as partes”.

Outra expressão que apresentou alta recorrência foi “prazo de” que co-ocorreu com outros elementos como “embarque” (24 ocorrências), “entrega” (15), “pagamento” (15) e sem preposição com o adjetivo “máximo” (16).

Para tais expressões encontramos os seguintes equivalentes em inglês:

TOP-ccv	TTJP-ccv	TOI-ccv	CA
N.E.	Prazo de embarque	N.E.	N.E.
Prazo de entrega	Prazo de entrega	Term of delivery	Lead Time
N.E.	Prazo de pagamento	Term of payment	N.E.
N.E.	Prazo máximo	Maximum term	N.E.

Quadro 7. Co-ocorrência de “prazo de” e “prazo”

Com relação à busca efetuada no CA, encontramos apenas a expressão *lead time* no *Dicionário Trilíngüe de termos de negócios*:

Prazo de entrega, (eng) lead time, (esp) plazo de entrega, tiempo hábil.
(*Dicionário Trilíngüe de Termos de Negócio*, p. 136)

Seguem exemplos do cotexto do quais as expressões foram retiradas:

O **prazo de entrega** e a forma de remessa deste 1% de peças de reposição gratuitas serão definidos em separado. (TTJPs-ccv)

A alteração do **prazo de entrega**, por solicitação do Cliente, poderá implicar em novas condições de fornecimento, através da assinatura de novo Documento de Transação. (TOPs-ccv)

Notice shall be given to the Reseller of any changes in the **term of delivery**. (TOIs-ccv)

No caso de “prazo de pagamento”, temos os seguintes cotextos:

O pagamento será efetuado pelo Revendedor via carta de crédito rotativa (*standby letter of credit*) irrevogável, irretroatável e emitida por banco de primeira linha até 3 (três) dias antes data do BL (conhecimento de embarque), no valor total da compra e com **prazo de pagamento** de 60 (sessenta)

N.E. (TOPs-ccv)

[...] the purchase price and **term of payment** to be the same for the Stockholder(s) as for the Corporation as set forth in Paragraph 3 hereof. (TOIs-ccv)

No corpus representado pelos TOPs-ccv não foi encontrada a expressão correspondente. Do mesmo modo, a expressão “prazo máximo” não registrou nenhuma ocorrência nos TOPs-ccv. Segue o contexto da expressão “prazo máximo” nos dois corpora:

A referida multa deverá ser paga pela parte que deu causa à rescisão no **prazo máximo** de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da comunicação da rescisão. (TTJPs-ccv)

N.E. (TOPs-ccv)

Such fine shall be paid by the purchaser within a **maximum term** of sixty (60) days as from the date on which he

Nota-se, em todas as expressões em inglês, a presença de *term*, ao consultamos o *Black's Law Dictionary* encontramos a seguinte definição para *term*:

Term, a word or phrase; esp., an expression that has a fixed meaning in some field <term of art>. 2. A contractual stipulation <the **delivery term** provided for shipment within 30 days> (*Black Law's Dictionary*, p. 1509)

A expressão utilizada no exemplo do dicionário *delivery term* ocorreu no corpus de TOIs-ccv somente como *terms of delivery*. Esse dicionário trata a palavra *term* como tendo um significado fixo em algumas áreas, como no exemplo 2 em que o seu uso é freqüente nos contratos, principalmente nas cláusulas contratuais.

Outra expressão utilizada no corpus de estudo com freqüência alta foi **condições gerais** que não foi registrada nas obras do CA.

No que diz respeito a sua ocorrência nos corpora de TTJPs-ccv e TOPs-ccv, encontramos a seguinte distribuição:

Termo	Corpus de TTJPs-ccv freq.	Corpus de TOPs-ccv freq.
Condições gerais	38	17

Tabela 17. Comparação da expressão fixa “condições gerais”, nos corpora de TTJP-ccv e TOPs-ccv

Seguem, abaixo, exemplos extraídos dos três corpora:

Condições Gerais para a Venda de Máquinas e Peças de Máquina", em anexo, bem como as "Condições Gerais de Envio de Montadores" são aplicáveis. (TTJPs-ccv)

Condições gerais

CLÁUSULA 6 - O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e condições gerais que irão regular a compra e venda de [...] (TOPs-ccv)

D. Seller desires to sell to Buyer and Buyer desires to purchase from Seller, on the terms and subject to the **conditions of this Agreement** [...] (TOIs-ccv)

No corpus de TTJPs-ccv, verificamos que a expressão “condições gerais” ocorreu 38 vezes, enquanto no corpus de TOPs-ccv apareceu dez vezes. Já no corpus de TOIs-ccv, a expressão correspondente encontrada *conditions of this agreement* ocorreu 14 vezes. Com relação ao CA, notou-se que nenhum dos dicionários traz a expressão.

Observamos, também, que há a existência de elementos como: “de venda”, “de compra”, “termos e”, os quais co-ocorrem com “condições gerais”:

1. Este contrato é regido de forma exclusiva pelos termos e condições estabelecidos no prefácio, bem como em possíveis adendos e por nossas **Condições Gerais de Venda** a seguir.
2. Nós, pelo presente instrumento, fazemos objeção às **Condições Gerais de Compra** de nosso comprador.
3. [...] os termos e condições estabelecidos neste Contrato prevalecerão sobre aqueles estabelecidos nos **Termos e Condições Gerais**.

De acordo com Bevilacqua (2001, p. 100) e com a aplicação do conceito dessa pesquisadora na tese de livre-docência de Camargo (2005, p. 367), o conjunto de caracteres recorrentes assume o caráter de matriz podendo ser representado por meio de formulações do tipo [x], como por exemplo: **comum acordo** [x], onde “comum acordo” é considerada a parte invariável, que permite a inclusão ou exclusão de elementos.

Bevilacqua denomina essa seqüência de elementos invariáveis como matriz, e o seu conjunto formado com os elementos invariáveis como unidades fraseológicas.

Com base nessa conceituação, podemos agrupar unidades fraseológicas da seguinte forma:

- (1) **comum acordo** [x], com um total de 35 ocorrências
 [em] **comum acordo** [entre as partes]
 [de] **comum acordo**
 [por] **comum acordo** [por escrito]
- (2) **Prazo de** [x] com um total de 70 ocorrências
 Prazo de [embarque]
 Prazo de [entrega]
 Prazo de [pagamento]
- (3) **Condições gerais** [x], com um total de 38 ocorrências
 Condições gerais [de venda]
 Condições gerais [de compra]
 [Termos e] **condições gerais**

Construções como “prazo de embarque”, “prazo de pagamento” entre outros, costumam representar cerca de 70% das ocorrências em um trabalho de levantamento terminológico (cf. Krieger & Finnato 2004, p.71). Dada a sua alta frequência, fica patente a importância da criação de material de apoio que traga registrado esse léxico. Segundo Aubert (1996, p14), “...os tradutores profissionais apresentam-se como um dos principais grupos de usuários finais da pesquisa terminológica (glossários, dicionários técnicos, base de dados terminológicos, etc)”. Não são só tradutores profissionais, como tradutores aprendizes podem fazer uso de materiais que tragam expressões fixas e semi-fixas. Apesar da importância, há poucos dicionários que trazem, sistematicamente, unidades lexicais maiores. E não são de nosso conhecimento, obras de especialidade que incluam exemplo de utilização ou, até mesmo, o contexto.

Nessa perspectiva, a utilização de corpora de traduções pode fornecer subsídios valiosos para uma aproximação do texto traduzido. Fazendo com que se torne conhecido aspectos textuais típicos de determinados textos técnicos. Ao se utilizar o corpus comparável, pode-se ter acesso a padrões de ordem mais ampla, ou seja, estabelecer características de uma tipologia textual e, também, estudar aspectos condicionantes na constituição do texto traduzido.

Após a análise dos dados dos três corpora, apresentamos no *subitem* 6, o glossário de termos simples, expressões fixas e semifixas mais frequentes nos TTJPs-ccv.

6. GLOSSÁRIO DE TERMOS SIMPLES, EXPRESSÕES FIXAS E SEMIFIXAS EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

TTJPs-ccv – corpus de estudo de contratos de compra e venda traduzido no modo juramentado na direção inglês → português (Tradução Juramentada);

TOPs-ccv – corpus comparável de contratos de compra e venda originalmente escritos em português. (Modelo brasileiro);

TOIs-ccv – corpus comparável de contrato de compra e venda originalmente escritos em inglês (Modelo norte-americano);

CA – corpus de apoio:

- Para informar a existência do termo simples, expressão fixa ou semifixa em português: *Vocabulário Jurídico* De Plácido e Silva (D1);
- Para informar a existência do termo simples, expressão fixa ou semifixa equivalente em inglês: *Dicionário Jurídico* Maria Chaves de Mello (D2); *Dicionário trilingüe de termos de negócios* de Migliavacca (D3) e *Dicionário Jurídico* do autor Noronha (D4).

N.E. – não equivalente

ACORDO

TTJP-ccv

Acordo

(ocorrências: 282 /chavicidade: 713,68)

As Partes mutuamente concordam que a liberação da hipoteca existente registrada no livro [número do livro], página [número da página] do [número do tabelião] Tabelião de Notas da Cidade de São Paulo [...], será feita apenas em conjunto com o **acordo** da nova hipoteca estabelecida nesta cláusula.

TOP-ccv

Acordo

As informações trocadas pelas Partes não são confidenciais. Se qualquer uma das Partes solicitar a troca de informações

CA

Acordo

D1 – consta definição.

D2 – agreement

D3 – accord

D4 – agreement; covenant; accord; combination; concord.

TOI-ccv

Agreement

All capitalized terms used in this **agreement** and not defined in the text hereof have the meanings set forth in

confidenciais, as Partes assinarão um Article X. **acordo.**

ACORDO VERBAL

TTJP-ccv

Acordo verbal

(ocorrências: 282 /chavicidade: 713,68)

As Partes mutuamente concordam que a liberação da hipoteca existente registrada no livro [número do livro], página [número da página] do [número do tabelião] Tabelião de Notas da Cidade de São Paulo [...], será feita apenas em conjunto com o **acordo** da nova hipoteca estabelecida nesta cláusula.

CA

Acordo verbal

D1 – N.E.

D2 – parol agreement

D3 – verbal agreement

D4 – N.E.

TOP-ccv

Acordo verbal

N.E.

TOI-ccv

Verbal agreement

A. COMPLETE AGREEMENT. The Agreement and any addenda and exhibits to it state the entire understanding of Buyer and Seller regarding the sale of the Property. There is no **verbal agreement** which modifies or affects the Agreement.

ADENDO

TTJP-ccv

Adendo

(ocorrências: 229 /chavicidade: 1441,67)

O COMPRADOR deverá, sujeito ao cumprimento de todas as condições precedentes estipuladas neste Contrato, inclusive o cumprimento das condições estipuladas no **adendo** anexo ao presente instrumento, comprar as T-Bills do VENDEDOR pelo Preço de Compra [...]

CA

Adendo

D1 – consta definição.

D2 – addendum; appendage; appendix

D3 – addendum

D4 – amendment; addendum; appendix; annex.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Schedule

At the Closing, ANS has agreed to and shall pay retention bonuses to the employees named on **Schedule** 1.6 for

continued service during the period from the signing of the AOL Agreement through the Closing.

ANEXO

TTJP-ccv

Anexo

(ocorrências: 85 /chavicidade: 425,29)

Garantia refere-se a todas as garantias dos Ativos, inclusive, sem limitação, a caução especificada no **Anexo** e nos Avais;

TOP-ccv

Anexo

[...] contrato firmado entre a COMPRADORA e a VENDEDORA para garantir a execução do CONTRATO por parte da COMPRADORA, constituindo o **Anexo** II do presente [...]

CA

Anexo

D1 – consta definição

D2 – attachment; annex

D3 – attachment

D4 – annex; appendix, enclosures

TOI-ccv

Exhibit

Release of Claims. (a) Except as set forth in Schedule 2.3(a) or as provided in Section 1.5 (including **Exhibit** C referred to therein), immediately prior to the Effective Time, AOL, for itself and on behalf of each of the AOL Entities, releases and forever discharges ANS from any and all claims

APÓLICE

TTJP-ccv

Apólice

(ocorrências: 90/chavicidade: 578,97)

O COMPRADOR concorda em fornecer ao VENDEDOR um certificado de seguro relativo à Apólice de Seguro (o "Certificado"), juntamente com comprovação de que tal **apólice** está em pleno vigor, dentro de dez (10) dias antes do embarque dos Automóveis.

TOP-ccv

Apólice

Obriga-se o VENDEDOR a contratar um seguro total sobre o (s) imóvel (is) vendido (s), com **apólice** a favor do COMPRADOR, na seguradora de sua preferência, mantendo-o segurado até a data da entrega final [...]

CA

Apólice

D1 – consta definição

D2 – policy

D3 – Policy

D4 – bond; bill; policy

TOI-ccv

Policy

INSURANCE. EXHIBIT 2.22 lists and includes copies of all certificates of coverage regarding all of the Company's existing insurance policies, the premiums therefor and the coverage of each **policy**.

APÓLICE DE SEGURO

TTJP-ccv

Apólice de seguro

(ocorrências: 15)

A **apólice de seguro** será emitida em favor da Vendedora. A Compradora encaminhará à Vendedora um certificado de seguro comprovando tal cobertura.

TOP-ccv

Apólice de seguro

O VENDEDOR transfere ao COMPRADOR, neste ato, a posse do veículo, bem como todos os documentos a ele referentes, tais como Certificadode Propriedade, Certificado de Registro e Licenciamento, **Apólice de Seguro** e Nota Fiscal.

CA

Apólice de seguro

D1 – consta definição

D2 – insurance policy

D3 – insurance policy

D4 – insurance police; assurance policy

TOI-ccv

Insurance policy

ANS Network Services Business, nor ANS nor any ANS Entity will permit any **insurance policy** naming either of them as a beneficiary or a loss payable payee to be canceled or terminated;

ARBITRAGEM

TTJP-ccv

Arbitragem

(ocorrências: 48/chavicidade: 308,76)

Todas as reivindicações ou controvérsias decorrentes deste CONTRATO ou da violação dele, [...] serão definitivamente resolvidas por meio de **arbitragem** e a arbitragem ocorrerá em Miami, Flórida [...].

TOP-ccv

Arbitragem

A **arbitragem** será conduzida na cidade e estado de São Paulo de acordo com as regras da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

CA

Arbitragem

D1 – consta definição

D2 – arbitration

D3 – arbitration

D4 – arbitration

TOI-ccv

Arbitration

SECTION 9.14 **ARBITRATION**. Except as otherwise provided in Section 5.4 and subject to Section 9.5, any controversy, dispute or claim arising under or related to this Agreement shall be settled by arbitration conducted in Los Angeles, California in accordance with the then existing Commercial Arbitration Rules of the American Arbitration Association [...].

ASSINATURA

TTJP-ccv

Assinatura

(ocorrências: 199/chavicidade: 1172,95)

A obrigação do COMPRADOR de comprar e pagar pelas T'Bills e a obrigação do VENDEDOR de vender as T'Bills estão sujeitas às declarações e garantias do COMPRADOR e do VENDEDOR contidas neste instrumento, que são verdadeiras em todos os aspectos na data de **assinatura** deste Contrato.

TOP-ccv

Assinatura

Após **assinatura** deste contrato, o mesmo estará irrevogável e irretroatável, e estará dando à posse do bem descrito ao designado comprador.

CA

Assinatura

D1 – consta definição

D2 – signature

D3 – signature

D4 – signature; subscription

TOI-ccv

Signature

The names and **signatures** of the officers authorized on its behalf to execute the Receivables Purchase and Sale Agreement and any other documents to be delivered by it thereunder.

ATIVOS

TTJP-ccv

Ativos

(ocorrências: 53/chavicidade: 206,50)

C) ele tem fundos e uma situação financeira idônea para aceitar as obrigações e responsabilidades correspondentes à assunção dos **ativos** e passivos da SOCIEDADE a partir da presente data.

TOP-ccv

Ativos

Os seguintes **ativos** serão aceitos para depósito junto ao Mecanismo de Garantias Suplementares: [...]

CA

Ativos

D1 – consta definição

D2 – assets

D3 – assets

D4 – assets; active

TOI-ccv

Assets

"Adverse Claim" means a lien, security interest, charge or encumbrance, or other right or claim in, of or on any Person's **assets** or properties in favor of any other Person.

CARTA

TTJP-ccv

Carta

(ocorrências: 170 chavidade: 604,2)

(i) a **carta** deve ser enviada para solicitar os Documentos de Liberação de Carro (conforme definidos na Cláusula 15 [...])

CA

Carta

D1 – consta definição

D2 – N.E.

D1 – letter

D2 – letter; missive; map; certificate; charter; document; diploma

TOP-ccv

Carta

Todos os convites, avisos e notificações, interpelações e editais previstos neste contrato, exceto aqueles que decorram de procedimentos judiciais, serão feito por **carta**, [...]

TOI-ccv

Letter

SECTION 9.3 NOTICES. All notices, requests, demands and other communications hereunder shall be in writing and shall be deemed given if delivered personally or by facsimile transmission (with subsequent **letter** confirmation by mail)

CARTA DE LIBERAÇÃO

TTJP-ccv

Carta de liberação

(ocorrências: 23)

(c) carta da MC concordando em nacionalizar os Automóveis, cujo modelo está anexo ao presente instrumento como Adendo 7 (a "**Carta de Liberação**");

CA

Carta de liberação

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – release letter

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

CARTA DE CRÉDITO

TTJP-ccv

Carta de crédito

(ocorrência: 10)

No caso de o pagamento pelas Mercadorias ser feito por **carta de crédito** segundo os termos deste Contrato, o Comprador deverá estabelecer em favor

CA

Carta de crédito

D1 – consta definição

D2 – letter of credit

D3 – letter of credit

D4 – letter of credit

do Vendedor uma carta de crédito irrevogável e confirmada negociável mediante saque à vista por meio de um banco de primeira linha [...]

TOP-ccv

Carta de crédito

A FINANCIADORA entregará ao FINANCIADO, através de **carta de crédito** (ou cheque, com detalhes do mesmo e banco contra o qual será emitido), o valor de R\$ [...]

TOI-ccv

Letter of credit

As additional consideration to the Authority hereunder, on the Closing Date, CCA will reimburse the Bank the amount paid by the Bank under the **Letter of Credit** to the Trustee in order to prepay, in full, [...]

CARTA DO COMPRADOR

TTJP-ccv

Carta do comprador

(ocorrência: 20)

(i) a **carta do comprador** para solicitar os Documentos de Liberação de Carro (conforme definidos na Cláusula 13.2 abaixo) com respeito aos Automóveis a serem nacionalizados, e [...]

CA

Carta do comprador

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

CARTA DO VENDEDOR

TTJP-ccv

Carta do vendedor

(ocorrência: 36)

(b) a **carta do VENDEDOR** para liberar a retenção da titularidade dos Automóveis a serem nacionalizados, cujo modelo está anexo ao presente instrumento como Adendo 6 (a "Carta de Liberação da Titularidade");

CA

Carta do vendedor

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

CERTIFICADO

TTJP-ccv

Certificado

(ocorrências: 35 chavicidade: 187,86)

O COMPRADOR concorda em fornecer ao VENDEDOR um **certificado** de seguro relativo à Apólice de Seguro

CA

Certificado

D1 – consta definição.

D2 – certificate

D3 – N.E.

D4 – certificate; docket; voucher

TOP-ccv

Certificado

O VENDEDOR transfere ao COMPRADOR, neste ato, a posse do veículo, bem como todos os documentos a ele referentes, tais como **Certificado** de Propriedade [...]

TOI-ccv

Certificate

[...] The **certificate** as to Information Required Under Internal Revenue Code Section 6045, in the form required under Section 6045 of the Internal Revenue Code.

CLÁUSULA

TTJP-ccv

Cláusula

(ocorrências: 434 chavicidade: 2512,7)

O objeto é vendido livre de qualquer garantia do Vendedor exceto as declarações feitas por ele na **cláusula** I acima

CA

Cláusula

D1 – consta definição

D2 – clause

D3 – clause

D4 – clause; stipulation; provision, article; cláusula; condition; provision

TOP-ccv

Cláusula

Cláusula 1 - Objetivando o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, fica desde já acordado entre as PARTES o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

TOI-ccv

Clause

"Consideration" means the consideration for the sale and purchase of the Business specified in **Clause** 3.01;

COMPRA

TTJP-ccv

Compra

(ocorrências: 342 chavicidade: 1838,1)

Os únicos outros itens inclusos na **compra**: Geladeira, fogão elétrico,

CA

Compra

D1 – consta definição

D2 – purchase

D3 – purchase; acquisition

lavadora de pratos Os seguintes itens anexos estão excluídos da compra: [em branco]

TOP-ccv

Compra

Caso o cliente desista da **compra** o dinheiro não será devolvido.

D4 – purchase

TOI-ccv

Purchase

Purchase is not in material violation of any material agreement, instrument, judgment, decree or order applicable to Purchaser, and to Purchaser's best knowledge and belief, [...]

COMPRADOR

TTJP-ccv

Comprador

(ocorrências: 1371 chavicidade: 8771,2)

Considerando que o **comprador** deseja adquirir junto ao Vendedor a [Nome da empresa], [...]

CA

Comprador

D1 – consta definição

D2 – purchaser

D3 – buyer; purchaser agent; purchaser; vendee

D4 – buyer; purchaser; vendee; bargainee

TOP-ccv

Comprador

O **comprador**, mediante o preenchimento e assinatura deste contrato, adquire ao VENDEDOR, que lho vende, o veículo automóvel usado que aquele aceita comprar.

TOI-ccv

Purchaser

Purchaser desires to purchase the Assets from Seller and Seller desires to sell the Assets to Purchaser, all as provided in this Agreement.

COMUM ACORDO

TTJP-ccv

Comum acordo

(ocorrências: 35)

De **comum acordo**, as mercadorias podem ser entregues também em contêineres fornecidos pela companhia de navegação.

CA

Comum acordo

D3 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – Joint consent

D4 – N.E.

TOP-ccv

Comum acordo

E por se acharem de pleno e **comum acordo**, as partes contratantes, na presença das duas testemunhas abaixo,

TOI-ccv

Mutual agreement

KPMG Peat Marwick chosen by **mutual agreement** of the parties and if KPMG Peat Marwick shall have such a material

assinam o presente compromisso.

relationship, a partner at another accounting firm mutually satisfactory to WorldCom and AOL.

CONDIÇÕES

TTJP-ccv

Condições

(ocorrências: 208 chavicidade: 614)

Este contrato é regido de forma exclusiva pelos termos e **condições** estabelecidos no prefácio[...]

CA

Condição (ões)

D1 – consta definição

D2 – condition

D3 – condition

D4 – condition; situation; state

TOP-ccv

Condições

A entrega de energia contratada e potência contratada à compradora pelo sistema interligado dependerá do atendimento das seguintes **condições**: [...]

TOI-ccv

Conditions

The obligation of Purchaser to purchase the Assets and to consummate the transactions contemplated hereby is subject to fulfillment by Seller prior to or at the Closing of all of the **conditions** set forth in this Section 6.1.

CONDIÇÕES GERAIS

TTJP-ccv

Condições gerais

(ocorrências: 38)

"**Condições Gerais** para a Venda de Máquinas e Peças de Máquina", em anexo, bem como as "Condições Gerais de Envio de Montadores" são aplicáveis.

CA

Condições gerais

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

Condições gerais

CLÁUSULA 6 - O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e condições gerais que irão regular a compra e venda de [...]

TOI-ccv

Conditions of this agreement

D. Seller desires to sell to Buyer and Buyer desires to purchase from Seller, on the terms and subject to the **conditions of this Agreement** [...]

CONHECIMENTO DE EMBARQUE

TTJP-ccv

Conhecimento de embarque

(ocorrências: 15)

80% em 180 dias a partir da data do

Conhecimento de Embarque abrindo uma Garantia Bancária irrevogável junto ao banco do VENDEDOR no momento do pedido.

TOP-ccv

N.E.

CA

Conhecimento de embarque

D3 – Consta definição

D2 – bill of lading

D3 – Bill of lading (B/L)

D4 – Bill of lading

TOI-ccv

N.E.

CONTAS A PAGAR

TTJP-ccv

Contas a pagar

(ocorrências: 24)

[...] o Vendedor pode cancelar todo ou parte deste Contrato a qualquer momento sem prejuízo aos direitos do Vendedor de recuperar quaisquer danos incorridos por isso e/ou para fazer cumprir quaisquer outros direitos ou recursos legais segundo as leis aplicáveis, e todas as **contas a pagar** pelo Comprador ao Vendedor [...]

TOP-ccv

Contas a pagar

Ficarão os COMPRADORES de posse de uma lista de **contas a pagar** atrasada (Anexo II), os quais após liquidados serão entregues os comprovantes

CA

Contas a pagar

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – accounts payable; bills payable

D4 – accounts payable

TOI-ccv

Accounts payable

"Indebtedness" of a Person means such Person's (i) obligations for borrowed money, (ii) obligations representing the deferred purchase price of property or services (other than **accounts payable** arising in the ordinary course of such Person's business payable on terms customary in the trade)

CONTRATANTES

TTJP-ccv

Contratantes

(ocorrências: 88 chavidade: 555,2)

CA

Contratante(s)

D1 – consta definição

Este Contrato vigorará em benefício dos sucessores e designados das partes **contratantes** e os obrigará.

TOP-ccv

Contratantes

E por se acharem de pleno acordo, em tudo quanto neste instrumento de compromisso foi lavrado, as partes **contratantes**, pelos seus procuradores já qualificados, na presença das duas testemunhas abaixo, assinam este compromisso em [...]

D2 – party to contract

D3 – contractor

D4 – party to contract

TOI-ccv

Contractors

All copyrightable works, inventions and know-how conceived by employees or, to AOL's knowledge, independent **contractors** of AOL, ANS or AOL Entity within the scope of their employment or retention, as the case may be, and related to the ANS Network Services Business were and are "works for hire, [...]"

CONTRATO

TTJP-ccv

Contrato

(ocorrências: 1184 chavicidade: 7044,9)
Sujeito aos termos e às condições deste **contrato** e de acordo com as declarações e garantias estipuladas abaixo, o COMPRADOR concorda em comprar [...]

CA

Contrato

D1 – consta definição

D2 – contract; agreement

D3 – N.E.

D4 – contract; agreement

TOP-ccv

Contrato

[...] obrigando-se a pagá-la acrescida de: juros, comissões, correção monetária; do valor do imposto sobre operações financeiras incidentes sobre este **contrato**; [...]

TOI-ccv

Contract

TRUE AND COMPLETE COPIES. Copies of all agreements, **contracts** and documents delivered and to be delivered hereunder by the Company are, and will be, true and complete copies of such agreements,

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

TTJP-ccv

Contrato de compra e venda

(ocorrências: 40)

CONSIDERANDO QUE A BRAZIL TRADING, de acordo com o **contrato de compra e venda** com retenção de titularidade (ref. no. []) (o "Contrato de Compra") firmado com a MC na data do

CA

Contrato de compra e venda

D1 – N.E.

D2 – contract of sale

D3 – contract of purchase and sale

D4 – contract of purchase and sale

presente instrumento,

TOP-ccv

Contrato de compra e venda

O veículo automóvel está identificado e é vendido com as características específicas, enumeradas nas condições particulares, regendo-se o **contrato de compra e venda**, por estas condições gerais e pelas particulares.

TOI-ccv

Purchase and sale agreement

This **purchase and sale agreement** (this "Agreement" or this "Contract") is made and entered into as of the 23rd day of August, 2000, by and among FOLIO CORPORATION, a Utah corporation ("Seller") and VISION IV PROPERTIES, LLC, a Utah limited liability company, ("Buyer"); and FIRST AMERICAN TITLE COMPANY, as escrow agent ("Escrow Agent").

CRÉDITO

TTJP-ccv

Crédito

(ocorrências: 106 chavidade: 518,8)

Entre os direitos mencionados na cláusula anterior estão incluídos, sem limitação, todos os bens da Sociedade, lucros futuros, direitos de voto, reivindicações contra terceiros para **créditos** da Sociedade, reembolso de encargos de qualquer natureza, etc.

CA

Crédito

D1 – consta definição

D2 – credit

D3 – credit

D4 – credit

TOP-ccv

Crédito

Nesse caso, a IBM concederá ao Cliente um **crédito** igual ao seu valor contábil líquido, desde que o Cliente tenha seguido os princípios contábeis geralmente aceitos.

TOI-ccv

Credit

Except as provided in Section 6.3(d), WorldCom shall pay to AOL, any refund of any Tax for which AOL is responsible under Section 6.2(a) other than as a result of a carryback of any **credit** or deduction from a taxable year ending after the Closing Date.

DANOS

TTJP-ccv

Danos

(ocorrências: 51 chavidade: 187,0)

As queixas por **danos** são apenas permissíveis contra nós se agimos no mínimo com culpa grave.

CA

Dano(s)

D1 – consta definição

D2 – damage; injury; loss; danum

D3 – loss; damage

D4 – damage; injury; loss; damnum; nuisance; harm

TOP-ccv

Danos

[...] 2) a **danos** por lesões corporais (inclusive morte) e danos a bens móveis ou imóveis; e [...]

TOI-ccv

Damages

Purchaser shall give written notice to Seller and the Shareholders stating specifically the basis for the claim for **Damages** [...]

DATA DE ASSINATURA

TTJP-ccv

Data de assinatura

(ocorrências: 59)

o COMPRADOR compromete-se a firmar e entregar à MCB em nome do VENDEDOR simultaneamente com ou dentro de três (3) semanas a partir da **data de assinatura** deste Contrato.

CA

Data de assinatura

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

Data de assinatura

Após este período, o valor pago pelo cão na **data de assinatura** deste, será corrigido pelo Índice de preços ao consumidor, e devolvido ao PROPRIETÁRIO nas mesmas condições de compra.

TOI-ccv

Execution date

"**execution date**" shall mean the date of execution of this Agreement.

DATA DE EMISSÃO

TTJP-ccv

Data de emissão

(ocorrências: 20)

A **data de emissão** e vencimento não será preenchida

CA

Data de emissão

D1 – N.E.

D2 – date of issue

D3 – date of issue

D4 – date of issue

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

DATA DE ENTREGA

TTJP-ccv

Data de entrega

(ocorrências: 10)

Os kits [...] serão embalados em caixas de madeira a fim de garantir uma boa proteção das mercadorias durante o transporte, proteção válida por um período de 6 (seis) meses a partir da **data de entrega** [...]

TOP-ccv

Data da entrega

[...] notificar a IBM, por escrito, sobre a perda ou dano em até 10 dias úteis contados da **data da entrega** e 2) seguir o procedimento de reclamação aplicável.

CA

Data de entrega

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – delivery date

D4 – N.E.

TOI-ccv

Date of delivery

LIMITED WARRANTY: [*]. IBM warrants Product(s) to be free from defects in material and workmanship for one (1) year after the **date of delivery** to Customer.

DATA DE FECHAMENTO

TTJP-ccv

Data de fechamento

(ocorrências: 10)

O VENDEDOR deverá entregar as T-Bills na **Data de Fechamento** ao COMPRADOR.

CA

Data de fechamento

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

Data de fechamento

N.E.

TOI-ccv

Closing date

(iv) The CompuServe Liabilities assumed by AOL shall not Include any long-term liabilities (which, for purposes hereof, shall not include operating leases), as of the **Closing Date** as reflected on the COLS Closing Date Balance Sheet or otherwise.

DATA DE PAGAMENTO

TTJP-ccv

Data de pagamento

(ocorrências: 24)

O COMPRADOR também deverá pagar juros sobre o montante do Preço, à taxa de

CA

Data de pagamento

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – date of payment

LIBOR mais um e meio por cento (LIBOR + 1.5%) a.a. contados a partir da **data de pagamento** efetivo pelo VENDEDOR [...]

TOP-ccv

Data de pagamento

O pagamento será efetuado em conta-corrente mantida em instituição bancária definida pela VENDEDORA no documento de cobrança, desde que, até a **data de pagamento**, a COMPRADORA tenha recebido o documento original de cobrança.

TOI-ccv

Date of payment

The adjusted consideration as referred to in Clause 3.02 shall be paid by the Company to Wipro not later than September 30, 2000 failing which interest at the rate of 18% p.a. shall be payable from the due date till the **date of payment**.

DATA DE VENCIMENTO

TTJP-ccv

Data de vencimento

(ocorrências: 38)

Em caso de pagamento atrasado, o comprador deverá pagar juros a partir da **data de vencimento** até o recebimento definitivo do pagamento, de acordo com a taxa normal de juros cobrada por bancos [...]

TOP-ccv

Data de vencimento

[...] a COMPRADORA, independentemente do questionamento apresentado à VENDEDORA, por escrito, deverá, na respectiva **data de vencimento**, efetuar o pagamento da parcela incontestada.

CA

Data de vencimento

D1 – N.E.

D2 – date of maturity; due date

D3 – date of maturity

D4 – date of maturity; due date; expiration date

TOI-ccv

Data de vencimento

Holder a fee equal to the positive difference between the two, divided by twelve (12), multiplied by the number of whole or partial months remaining until the **maturity date** of this Note and multiplied by the then outstanding balance of this Note; [...]

DECLARAÇÃO

TTJP-ccv

Declaração

(ocorrências: 40 chavicidade: 125,7)

A Associação de Corretores Imobiliários [...] e o Conselho/Associação local de

CA

Declaração

D1 – consta definição

D2 – declaration; statement

D3 – declaration

Corretores Imobiliários não fazem qualquer **declaração** quanto à validade legal ou adequação de qualquer disposição deste formulário [...]

D4 – declaration; statement; affidavit; report.

TOP-ccv

Declaração

[...] cada uma das PARTES reconhece e confirma que não celebra este CONTRATO com base em qualquer **declaração**, garantia ou outro comprometimento da outra PARTE [...]

TOI-ccv

Statement

"Tax Return" means any report, return, **statement** or other information required to be supplied to a taxing authority in connection with Taxes.

DECLARAÇÃO DO VENDEDOR

TTJP-ccv

Declaração do vendedor

(ocorrências: 26)

Os direitos do Vendedor de recuperar quaisquer danos incorridos por isso e/ou para fazer cumprir quaisquer outros direitos ou recursos legais segundo as leis aplicáveis, e todas as contas a pagar pelo Comprador ao Vendedor pelas mercadorias entregues segundo os termos deste Contrato, mediante **declaração do Vendedor**, tornar-se-ão imediatamente devidas e pagáveis em dinheiro de forma integral.

CA

Declaração do vendedor

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Statement of Seller

Full Disclosure. The representations, warranties and **statement of Seller** in this Agreement, in any Exhibit or in any certificate or other document furnished by Seller to Buyer pursuant to, or in furtherance of, this Agreement, are complete, [...]

DESPESAS

TTJP-ccv

Despesas

(ocorrências: 71 chavidade: 293,4)

Não estão incluídas as **despesas** que o

CA

Despesa(s)

D1 – consta definição

D2 – expenditure

vendedor teve por "Admissão temporal" durante 180 dias.

D3 – expenditure

D4 – expenditure; expense; charge

TOP-ccv

Despesas

Todas as **despesas** contraídas ou incorridas em razão do presente CONTRATO serão de exclusiva responsabilidade da COMPRADORA.

TOI-ccv

Expenditures

No material **expenditures** are required or anticipated to be required to be made by Seller for the repair or maintenance of any improvements presently on any such Real Property.

DIREITO

TTJP-ccv

Direito

(ocorrências: 130 chavidade: 260,2)

O VENDEDOR reserva para si o **direito** de efetuar quaisquer modificações na fabricação dos Produtos, sem contato anterior do COMPRADOR.

CA

Direito

D1 – consta definição

D2 – right

D3 – entitlement

D4 – law; right; concession

TOP-ccv

Direito

A VENDEDORA terá, a qualquer momento, o **direito** de instalar seus próprios equipamentos de medição devendo, se for o caso, a COMPRADORA disponibilizar todos os dados necessários e facilidades para esta instalação.

TOI-ccv

Right

INTELLECTUAL PROPERTY. To the Knowledge of the Company, there are no adverse claims or restrictions on the Company's **right** to use its Intellectual

DIREITO DO VENDEDOR

TTJP-ccv

Direito do vendedor

(ocorrências: 18)

RENÚNCIA - Nenhuma reivindicação ou **direito do Vendedor** segundo os termos deste Contrato será considerada como tendo sido abandonada ou renunciada na totalidade ou em parte a menos que o abandono ou a renúncia de tal reivindicação ou direito seja reconhecido e confirmado por escrito pelo Vendedor.

CA

Direito do vendedor

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

TOI-ccv

N.E.

Seller's right

Seller's right under all supply agreements, customer agreements, licenses, and other contracts relating to Diagnostic Monitoring to which it is a party; but not including any facility leases; [...]

DISPOSIÇÕES

TTJP-ccv

Disposições

(ocorrências: 76 chavicidade: 419,7)

As **disposições** não afetadas continuarão em vigor e continuarão a obrigar as partes.

CA

Disposição(ões)

D1 – consta definição

D2 – provision

D3 – N.E.

D4 – resolution; provision; clause

TOP-ccv

Disposições

Objetivando dar exequibilidade às **disposições** constantes do presente CONTRATO, as PARTES concordam em se submeter às REGRAS DE MERCADO e aos PROCEDIMENTOS DE MERCADO, [...]

TOI-ccv

Provisions

Subject to the other **provisions** of this Section 5.1, the business of ANS, the ANS Entities and the ANS Network Services Business, including investment practices and policies, will be conducted only in the ordinary course of business consistent with past practice [...]

DISPOSIÇÕES DA LEI

TTJP-ccv

Disposições da lei

(ocorrências: 16)

Este Contrato não viola quaisquer **disposições da lei**, nem resulta em inadimplemento segundo os termos de qualquer outro contrato no qual o COMPRADOR é uma das partes.

CA

Disposição(ões) da Lei

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Applicable laws

For avoidance of doubt, it is clarified that the Seller shall be responsible for any income or capital gains taxes, in accordance with **applicable laws**.

DISPOSIÇÕES GERAIS

TTJP-ccv

Disposições gerais

(ocorrências: 35)

CLÁUSULA 18 – **DISPOSIÇÕES GERAIS** 18.1 Este CONTRATO contém o acordo integral das partes relativamente ao teor deste instrumento e substitui todos os acordos prévios entre as partes relativamente ao teor coberto por este CONTRATO.

CA

Disposição(ões) geral(is)

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

General provision

5.1 CONFIDENTIALITY. In accordance with the **general provisions** of SECTIONS 12.9 AND 12.10 below, Purchaser will hold in confidence all information received by Purchaser from Seller or the Company in connection with the transactions contemplated hereby [...]

EMBARQUE

TTJP-ccv

Embarque

(ocorrências: 162 chavidade: 966,7)

Inspeção: inspeção do fabricante antes do **embarque**, com verificação de qualidade e quantidade, a ser considerada como definitiva.

CA

Embarque

D1 – consta definição

D2 – N.E.

D3 – shipment

D4 – embarkation, shipment

TOP-ccv

Embarque

Antes do embarque das sementes e com tempo hábil para que o laboratório apresente o resultado do teste da semente, um representante do COMPRADOR e outro do VENDEDORA farão a retirada de amostras de cada lote [...]

TOI-ccv

Shipment

Lead times, **shipment**, title and risk of loss: the product's manufacturing lead times shall be as set forth in the applicable task order.

ENCARGOS

TTJP-ccv

Encargos

(ocorrências: 33 chavicidade: 172,4)

Quaisquer aumentos nos custos de transporte ou **encargos** públicos após a conclusão deste contrato correrão por conta do comprador.

CA

Encargo(s)

D1 – consta definição

D2 – burden; duty; charge

D3 – N.E.

D4 – obligation

TOP-ccv

Encargos

As PARTES concordam que será de inteira responsabilidade da ENDEDORA arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, **encargos** de transmissão, distribuição e conexão, [...]

TOI-ccv

Charges

"Tax" and "Taxes" means all taxes, **charges**, fees, levies, tariffs, duties or other similar assessments, including, (i) income, gross receipts, gains, surtax, severance, payroll, production, ad valorem or value added, surtax, [...]

ENDOSSO

TTJP-ccv

Endosso

(ocorrências: 24 chavicidade: 140,4)

Cláusula 17 [sic] obtendo um "**endosso**" assinado pela Companhia de Seguro alterando a principal apólice de seguro que foi providenciada pelo COMPRADOR a partir da data deste Contrato [...]

CA

Endosso

D1 – consta definição

D2 – indorsement

D3 – indorsement

D4 – indorsement; endorsement

TOP-ccv

Endosso

[...] o mesmo podendo fazer quanto às notas promissórias, transferindo-as por **endosso**, cessão ou qualquer outro meio, em conjunto ou separadamente, obrigando-se o comprador a resgatá-la nas mãos do endossatário, [...]

TOI-ccv

Endorsement

Endorsement On Stock Certificates. Each certificate representing shares of capital stock of the Corporation now or hereafter held by the Stockholders shall contain with a legend in substantially the following form: [...]

ENTREGA

TTJP-ccv

Entrega

(ocorrências: 120 chavicidade: 567,7)

Temos o direito de fazer a **entrega** em parcelas.

CA

Entrega

D1 – consta definição

D2 - delivery

D3 – delivery

D4 – delivery; trasmission; commitment; surrender

TOP-ccv

Entrega

CLÁUSULA 8 - A obrigação da VENDEDORA de **entrega** dos montantes de ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA CONTRATADA se iniciará em 1º de janeiro de 2003, encerrando-se (24 / 48 / 72 meses - dependendo do tipo do contrato) após tal data.

TOI-ccv

Delivery

[...] twenty-four (24) hours after the same has been deposited with a nationally recognized overnight **delivery** service which provides tracking and receipt services for such deposited notices,

FATURA

TTJP-ccv

Fatura

(ocorrências: 23 chavicidade: 129,59)

O montante segurado será equivalente a pelo menos cem por cento (100%) do valor da **fatura** dos produtos e o frete oceânico relevante.

CA

Fatura

D1 – consta definição

D2 – invoice

D3 – invoice

D4 – invoice; bill of sale; voucher

TOP-ccv

Fatura

O presente CONTRATO entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo o pagamento da **fatura** relativa ao último mês de entrega dos montantes de ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA CONTRATADA.

TOI-ccv

Invoice

Report as an Eligible Receivable, together with the **invoice** related thereto, does not violate any laws, rules or regulations applicable thereto [...]

FRETE

TTJP-ccv

Frete

(ocorrências: 19 chavicidade: 109,1)

O **frete** para o transporte ao Brasil correrá por conta do comprador.

CA

Frete

D1 – consta definição

D2 – freight

D3 – freight

D4 – freight; transportation; cargo

TOP-ccv

Frete

Os valores da caixa de transporte GTA - Guia de Transporte Animal, **frete** para remessa, não estão inclusos nos preços dos filhotes (sob consulta).

TOI-ccv

N.E.

GARANTIA

TTJP-ccv

Garantia

(ocorrências: 101 chavicidade: 553,84)

O objeto é vendido livre de qualquer **garantia** exceto as declarações feitas na cláusula I acima.

CA

Garantia

D1 – consta definição

D2 – guarantee; warrant

D3 – guarantee

D4 – guarantee (UK); warrant; plevin; guaranty; surety; security

TOP-ccv

Garantia

Caso o novo PROPRIETÁRIO deseje retirar o cão antes deste período, o mesmo abre mão da **garantia** de 10 dias descritas na cláusula I (um) deste contrato.

TOI-ccv

Warranty

WARRANTIES. Except as set forth in EXHIBIT 2.20, there are no claims existing or threatened under or pursuant to any **warranty**, whether expressed or implied, on products or services sold by the Company through the Closing [...]

GARANTIA DO COMPRADOR

TTJP-ccv

Garantia do comprador

(ocorrências: 34)

A obrigação do COMPRADOR de comprar e pagar as T-Bills e a obrigação do VENDEDOR de vender as T-Bills

CA

Garantia do comprador

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

estão sujeitas às declarações e **garantias do COMPRADOR** e do VENDEDOR contidas neste instrumento [...]

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Warranty of purchaser

DISCLOSURE. No representation or **warranty of Purchaser** in this Agreement contains any untrue statement of material fact required to be stated herein to make the statement not misleading.

IMPORTAÇÃO

TTJP-ccv

Importação

(ocorrências: 64 chavicidade: 265,9)

Quaisquer tarifas de frete, sobretaxas (combustível, moeda corrente, congestão ou outras sobretaxas), impostos, taxas aduaneiras, sobretaxas de exportação ou **importação** [...], serão por conta do Comprador, [...]

CA

Importação

D1 – consta definição

D2 – import; importation

D3 – importation; import

D4 – importation; import

TOP-ccv

Importação

O Cliente concorda em cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis relativas a **importação** e exportação.

TOI-ccv

Importation

“Special Expenses” covers expenses related to the contracted Products (ocean freight, **importation** tax, expenses [...])

IMPOSTOS

TTJP-ccv

Impostos

(ocorrências: 63 chavicidade: 249,6)

O Vendedor pagará os **impostos** e sobretaxas sobre a escritura e as taxas de registro para os documentos necessários para sanar a titularidade

CA

Imposto(s)

D1 – consta definição

D2 – tax

D3 – tax; levy

D4 – tax

TOP-ccv

Impostos

TRIBUTOS: são todos os **impostos**, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto

TOI-ccv

Taxes

Increased or established any reserve for **Taxes** or any other liability on its books

deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultados de qualquer das PARTES.

or otherwise provided therefor which, if paid in full, would have a Material Adverse Effect;

INADIMPLEMENTO

TTJP-ccv

Inadimplemento

(ocorrências: 136 chavicidade: 874,9)

O não cumprimento destes termos nesta Cláusula 24 constituirá um **inadimplemento** pelo COMPRADOR, e o VENDEDOR terá o direito de dar início à retomada e venda particular dos Automóveis.

CA

Inadimplemento

D1 - consta definição

D2 – Default; non performance

D3 – N.E.

D4 – breach of contract; default; noncompliance; breach of duty

TOP-ccv

Inadimplemento

[...] deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontestada, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o **inadimplemento** da COMPRADORA.

TOI-ccv

Default

Seller is not in **default** under, or in violation of, any provision of its Partnership Agreement or under any indenture, mortgage, deed of trust, loan agreement or similar debt instrument,

INSPEÇÃO

TTJP-ccv

Inspeção

(ocorrências: 46 chavicidade: 268,35)

As despesas da **inspeção** serão assumidas pelo COMPRADOR.

CA

Inspeção

D1 – consta definição

D2 – inspection

D3 – N.E.

D4 – Inspection

TOP-ccv

Inspeção

Qualquer substituição de peças e/ou componentes, além daquelas que forem efetuadas na **inspeção** referida, e que não constituam elementos indispensáveis à segurança e ao bom funcionamento do veículo, apenas será efetuada mediante pedido escrito do COMPRADOR

TOI-ccv

inspection

the disputing party shall bear the cost of **inspection**; otherwise the cost shall be borne by the owner of the meter.

INSTRUMENTO

TTJP-ccv

Instrumento

(ocorrências: 695 chavicidade: 3426,9)

Tais notas promissórias serão conforme modelo anexo ao presente **instrumento** como Adendo 3

CA

Instrumento

D1 – consta definição

D2 – instrument

D3 – N.E.

D4 – instrument; deed; tool; grand

TOP-ccv

Instrumento

Cláusula 3ª. O COMPRADOR se responsabilizará pelas despesas com a transcrição do imóvel³, a ser realizada quando da total quitação das parcelas acertadas neste **instrumento**.

TOI-ccv

Instrument

However, to the extent that any such Required consent or waiver with respect to the transfer of a contract or other **Instrument** or obligation included in the CompuServe Assets has not been obtained on or prior to the Closing Date

LEIS

TTJP-ccv

Leis

(ocorrências: 149 chavicidade: 530,4)

O VENDEDOR é uma Sociedade devidamente organizada e legalmente existente segundo as **leis** da República [nome d o país]

CA

Lei(s)

D1 – consta definição

D2 – law; lex

D3 – N.E.

D4 – law; act; statute; rule; legislative act

TOP-ccv

Leis

Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as **leis** brasileiras.

TOI-ccv

Laws

3.1 Organization, Existence and Good Standing. [...] is a corporation duly organized, validly existing and in good standing under the laws of the **laws** of the State of Georgia

LIBERAÇÃO

TTJP-ccv

Liberação

(ocorrências: 93 chavicidade: 478,4)

Em caso de **liberação** informar-nos por

CA

Liberação

D1 – release; dispatch; expedite

D2 - release

telex teste.

D3 – payment; release; liquidation;
discharge; clearance
D4 – consta definição

TOP-ccv

Liberação

Da forma de pagamento, ajustada entre as partes, segue a demonstração abaixo: Na **liberação** da terra onde se encontra vinculada..... 100.000,00.

TOI-ccv

If the SDG&E relocation and **release** has not occurred as of the Closing (unless the delay is solely due to Buyer's fault), then Escrow Holder is hereby instructed to hold \$200,000.00 of Seller's Closing disbursements in escrow

LIBERAÇÃO DA MERCADORIA

TTJP-ccv

Liberação da mercadoria

(ocorrências: 18)

No caso de o Vendedor fretar uma embarcação para o transporte oceânico das Mercadorias, todos os encargos e despesas para a **liberação da mercadoria**, inclusive sobrestadia e outros danos, que devem ser por conta do afretador

CA

Liberação da mercadoria

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – NE.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

LIBERAÇÃO DA TITULARIDADE

TTJP-ccv

Liberação da titularidade

(ocorrências: 15)

O VENDEDOR deverá transferir o Certificado ao COMPRADOR por ocasião de sua **liberação da titularidade** com relação a todos os Automóveis de acordo com este Contrato.

CA

Liberação da titularidade

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

LICENÇAS

TTJP-ccv

Licenças

(ocorrências: 33 chavicidade: 191,8)

Obter as **licenças** relevantes e todas as outras permissões, aprovações, autorizações, etc., se exigidas pelas autoridades locais no Território para a importação dos Produtos.

CA

Licença(s)

D1 – consta definição

D2 – license

D3 – leave

D4 – license; permit; authorization Leave.

TOP-ccv

Licenças

[...] obter e manter válidas e vigentes, durante todo o prazo de vigência, todas as **licenças** e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificado por AUTORIDADE COMPETENTE

TOI-ccv

Licenses

(D) Except as set forth in the Production Agreement, Seller has not granted to any third party any **license**, right or other interest in the Intellectual Property

LIMITAÇÃO

TTJP-ccv

Limitação

(ocorrências: 91 chavicidade: 441,2)

O COMPRADOR deverá indenizar o VENDEDOR contra todas as perdas, despesas, danos e responsabilidades que o VENDEDOR possa sustentar ou incorrer como consequência de qualquer inadimplemento de pagamento ou outra obrigação, segundo os termos deste instrumento, inclusive, mas sem **limitação**, todos e quaisquer custos e taxas de advogados, tribunais [...]

CA

Limitação

D1 – consta definição

D2 – limitation

D3 – limitation

D4 – limitation; restraint; restraint; restriction; curtailment

TOP-ccv

Limitação

Esta **limitação** também se aplica a quaisquer subcontratadas da IBM e é o valor máximo pelo qual a IBM e seus subcontratados são coletivamente responsáveis.

TOI-ccv

Limitation

the Intellectual Property including, without **limitation**, the Trademarks with the federal and state authorities, and all of such Trademarks are believed, in good faith, by Seller

MERCADORIAS

TTJP-ccv

Mercadorias

(ocorrências: 165 chavicidade: 841,1)

As mercadorias entregues são consideradas aceitas se nenhuma queixa por escrito for feita ou se as mercadorias forem usadas, processadas, consumidas ou mescladas.

TOP-ccv

Mercadorias

Ficar reservado à VENDEDORA o exclusivo domínio das **mercadorias** objeto do presente contrato, até a liquidação da duplicada emitida e aceita da venda

CA

Mercadorias

D1 – consta definição

D2 – merchandise; goods

D3 – merchandise

D4 – commodity; goods; merchandise; chattel wares.

TOI-ccv

Goods

(a) All raw materials, work in process and finished **goods** produced or used in the Company's business of the design, conceptualization, manufacture and distribution of potato chips and other salted snack foods (collectively, the "Business"), wherever located ("Inventory");

MONTANTE

TTJP-ccv

Montante

(ocorrências: 80 chavicidade: 461,6)

O **montante** total da responsabilidade do Vendedor com relação a qualquer violação ou não cumprimento de qualquer Declaração ou Garantia no Capítulo I será limitado ao montante total da compensação recebida pelo vendedor com relação ao objeto e em hipótese alguma poderá exceder esse montante.

TOP-ccv

Montante

Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos [...] a VENDEDORA, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela inconteste

CA

Montante

D1 – consta definição

D2 – sum

D3 – N.E.

D4 – sum; amount; total

TOI-ccv

Amount

Section 1.9(b), (C) an adjustment in favor of AOL in the **amount** of Two Million Five Hundred Thousand Dollars (\$2,500,000)

NOTIFICAÇÃO

TTJP-ccv

Notificação

(ocorrências: 118 chavicidade: 747,66)

Tal **notificação** será enviada pelo menos doze (12) dias antes da E.T.A. O COMPRADOR [...]

CA

Notificação

D1 – consta definição

D2 – notice

D3 – actual notice

D4 – notice, notification; intimation; summons;

TOP-ccv

Notificação

Vendedora, independentemente de qualquer aviso, **notificação** ou interpelação, judicial ou extrajudicial. Poderá ainda ser emitido boletos bancários que deverão ser pagos na data e modo estipulados no próprio documento.

TOI-ccv

Notice

WorldCom selected by them within an additional 10 days after the giving of such **notice** or, if they shall not agree on such selection, selected by an Arbiter chosen under the procedures specified in paragraph (d)(ii) below

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

TTJP-ccv

Notificação prévia

(ocorrências: 118

Durante a vigência deste Contrato, a Vendedora terá acesso assegurado aos locais da Compradora para inspecionar o Equipamento, sujeito a **notificação prévia**, e durante o horário comercial.

CA

Notificação prévia

D1 – N.E.

D2 – notice

D3 – N.E.

D4 – Prior notice

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Prior notice

Purchaser may waive any or all of said conditions in whole or in part without **prior notice**;

OBRIGAÇÕES

TTJP-ccv

Obrigações

(ocorrências: 242 chavicidade: 1417,5)

CA

Obrigações(ões)

D1 – consta definição

A [nome da empresa] é vendida livre de quaisquer ônus, gravames, **obrigações** e reivindicações adversas.

TOP-ccv

Obrigações

Parágrafo Primeiro - As PARTES concordam que será de inteira responsabilidade da VENDEDORA arcar com todos os riscos, **obrigações**, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos de transmissão, distribuição e conexão

D2 – liability; obligation

D3 – N.E.

D4 – obligation; duty; task; bond; bill; liability; debenture; charges;

TOI-ccv

Obligations

[...] In accordance with its terms, and each of AOL, ANS and the ANS Entities are in compliance in all material respects with their respective **obligations** thereunder.

OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

TTJP-ccv

Obrigações do comprador

(ocorrências: 96)

Se os resultados obtidos na venda particular dos Automóveis pelo VENDEDOR não forem suficientes para satisfazer as **obrigações do comprador** para com o VENDEDOR segundo este Contrato, o COMPRADOR permanecerá responsável pelo montante pendente e quaisquer despesas incorridas pelo VENDEDOR

TOP-ccv

Obrigações do comprador

OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

Cláusula 4ª. O COMPRADOR coletará o produto na Fazenda (xxx), no endereço (xxx), e o transportará sob sua responsabilidade, em tanques ou galões térmicos, até o local onde será processado.

CA

Obrigaçã(o)es) do comprador

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

Obligation of purchaser

LIMITATION OF LIABILITY. In no event shall any officer, director, partner, shareholder, agent or employee of Buyer be personally liable for any of the **obligations of Purchaser** under this Agreement.

OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

TTJP-ccv

Obrigações do vendedor

(ocorrências: 51)

As **obrigações do VENDEDOR** segundo

CA

Obrigaçã(o)es) do vendedor

D1 – N.E.

D2 – N.E.

a Cláusula 13.2 acima estarão sujeitas ao cumprimento das seguintes condições: [...]

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

Obrigações do vendedor

OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

Cláusula 2ª. O VENDEDOR deverá fornecer o leite rigorosamente dentro nos padrões de higiene sanitária estabelecidos no RIISPOA e pela SIPA.

TOI-ccv

Obligation(s) of seller

(f) there are no covenants, conditions, restrictions, or contractual **obligations of Seller** which will adversely affect Buyer's ownership of the Property after closing, or prevent Seller from performing its obligations [...]

ORDEM DE COMPRA

TTJP-ccv

Ordem de compra

(ocorrências: 15)

A **ordem de compra** será válida somente após a aprovação por escrito da “*pro forma invoice*”, devidamente assinada pelo Revendedor.

CA

Ordem de compra

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – purchase order; buy order

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Purchase order

In accordance with the above language in this Section 3, provided IBM accepts a purchase order, IBM shall issue a written sales acknowledgment within a maximum of ten (10) business days after IBM's receipt of Customer's **purchase order**, [...]

OUTORGANTE

TTJP-ccv

Outorgante

(ocorrências: 289,4 chavicidade: 289,4)

[...] realizar todos os atos adicionais para o fiel cumprimento deste instrumento, inclusive, mas sem limitação, representar o **Outorgante** na República Federativa do Brasil, [...]

CA

Outorgante

D1 – consta definição

D2 – Grantor

D3 – grantor of power of attorney

D4 – principal; grantor

TOP-ccv

TOI-ccv

Outorgante

como mandatário especial da **OUTORGANTE**, poderá movimentar a Conta Corrente Especial que a outorgante possui em sua Agência

Grantor

Reference is made to that certain Purchase and Sale Agreement (the "Agreement") dated July __, 2000, between **Grantor** as Seller, and Grantee, as Buyer.

PAGAMENTO

TTJP-ccv

Pagamento

(ocorrências: 211 chavicidade: 1103,5)

Em caso de **pagamento** atrasado, o comprador deverá pagar juros a partir da data de vencimento até o recebimento definitivo do pagamento.

CA

Pagamento

D1 – consta definição

D2 – pagamento

D3 – payment

D4 – payment

TOP-ccv

Pagamento

Parágrafo Primeiro - Caso a data limite de vencimento ocorra em dia não útil, o **pagamento** poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

TOI-ccv

Payment

Such **payment** by WorldCom or a WorldCom Entity shall constitute the sole remedy of AOL and its designees in respect of the applicable Material Adverse Change

PARTE

TTJP-ccv

Parte

(ocorrências: 275 chavicidade: 230,8)

O VENDEDOR, juntamente com o COMPRADOR, são neste instrumento individualmente denominados "**Parte**" e coletivamente "Partes".

CA

Parte

D1 – consta definição

D2 – party

D3 – privy

D4 – party

TOP-ccv

Parte

[...] doravante denominada simplesmente COMPRADORA; quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente **PARTE**.

TOI-ccv

Party

ANS Entity is a **party** providing for the issuance or sale by ANS or any ANS Entity of capital stock or other securities of or interests in any ANS Entity.

PERDA DAS MERCADORIAS

TTJP-ccv

Perda das mercadorias

(ocorrências: 36)

[...] o risco de **perdas da Mercadorias** passará do Vendedor ao Comprador por ocasião da entrega das Mercadorias ao transportador ou seu agente de transporte.

CA

Perda da(s) mercadoria(s)

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

PERÍODO DE SEGURO

TTJP-ccv

Período de seguro

(ocorrências: 36)

A Apólice de Seguro indicará o VENDEDOR como o beneficiário exclusivo pelo menos durante o **Período de Seguro**, e estipulará que tal beneficiário não será alterado sem o consentimento prévio por escrito do VENDEDOR [...]

CA

Período de seguro

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

PORTO DE EMBARQUE

TTJP-ccv

Porto de embarque

(ocorrências: 24)

O preço será FOB **porto de embarque** no [nome do país] e o preço será mencionado em Dólares dos Estados Unidos, conforme indicado no Adendo 1 deste instrumento (o "Preço").

TOP-ccv

N.E.

CA

Porto de embarque

D1 – N.E.

D2 – Port of shipment of goods

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

N.E.

PRAZO DE EMBARQUE

TTJP-ccv

Prazo de embarque

(ocorrências: 24)

[...], o Vendedor pode, à seu critério, prorrogar o **prazo de embarque** ou entrega das Mercadoria, ou cancelar este Contrato ou qualquer parte dele, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos legais que o Vendedor possa ter.

CA

Prazo de embarque

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

PRAZO DE ENTREGA

TTJP-ccv

Prazo de entrega

(ocorrências: 15)

O **prazo de entrega** e a forma de remessa deste 1% de peças de reposição gratuitas serão definidos em separado.

CA

Prazo de entrega

D1 – N.E

D2 – N.E.

D3 – Lead time

D4 – N.E.

TOP-ccv

Prazo de entrega

A alteração do **prazo de entrega**, por solicitação do Cliente, poderá implicar em novas condições de fornecimento, através da assinatura de novo Documento de Transação.

TOI-ccv

Term of delivery

Notice shall be given to the Reseller of any changes in the **term of delivery**.

PRAZO DE PAGAMENTO

TTJP-ccv

Prazo de pagamento

(ocorrências: 15)

O pagamento será efetuado pelo Revendedor via carta de crédito rotativa (*standby letter of credit*) irrevogável, irretratável e emitida por banco de

CA

Prazo de pagamento

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

primeira linha até 3 (três) dias antes data do BL (conhecimento de embarque), no valor total da compra e com **prazo de pagamento** de 60 (sessenta) dias.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Term of payment

[...] the purchase price and **term of payment** to be the same for the Stockholder(s) as for the Corporation as set forth in Paragraph 3 hereof.

PRAZO MÁXIMO

TTJP-ccv

Prazo máximo

(ocorrências: 16)

A referida multa deverá ser paga pela parte que deu causa à rescisão no **prazo máximo** de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da comunicação da rescisão.

TOP-ccv

N.E.

CA

Prazo máximo

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

Maximum term

Such fine shall be paid by the purchaser within a **maximum term** of sixty (60) days as from the date on which he receives the goods

PREÇO

TTJP-ccv

Preço

(ocorrências: 235 chavidade: 1031,8)

O **preço** indicado é entendido para entrega [local], de acordo com os Incoterms 2000.

TOP-ccv

Preço

O **preço**, doravante definido como Preço de Energia Contratada (PEC), refere-se à data base de junho de 2004, válido para aplicação a partir de 1º de julho de 2004, será ajustado nos termos dos Parágrafos

CA

Preço

D1 – consta definição

D2 – price

D3 – price

D4 – price

TOI-ccv

Price

Originator and the associated Related Security being sold to the Buyer, which **price** shall equal on any date (i) the product of (x) the Outstanding Balance of such Receivables on such date, multiplied

Segundo e Terceiro desta CLÁUSULA.
INÍCIO FINAL PEC

by (y) one minus the Discount Factor in
effect on such date, minus

PREÇO DE COMPRA

TTJP-ccv

Preço de compra

Simultaneamente à celebração deste Contrato, o **Preço de Compra** será depositado em uma conta previamente estipulada pelos Vendedores.

CA

Preço de compra

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – purchase price

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Purchase price

3.1 Payment of the **Purchase Price**. The Purchase Price (herein so called) shall be One Million Six Hundred Thirty Thousand and No/100 Dollars (\$1,630,000.00), subject to adjustment and payable as set forth below:

PROCURAÇÃO

TTJP-ccv

Procuração

(ocorrências: 30 chavicidade: 192,9)

Esta **procuração** é irrevogável e será válida por um período indefinido de tempo.

CA

Proxy

D1 – consta definição

D2 – power of attorney

D3 – power of attorney; letter of attorney

D4 – power of attorney; mandate; proxy

TOP-ccv

Procuração

CLÁUSULA 3ª - O VENDEDOR se obriga a transferir para o nome do COMPRADOR a referida firma, incontinenti (ou dar baixa, se for o caso), devendo, para isso, outorgar **procuração** a [...]

TOI-ccv

Proxy

Seller shall not sell, transfer or otherwise dispose of, grant any option or **proxy** to any Person with respect to, create any lien upon, or transfer any interest in, any Asset, other than in the ordinary course of business and consistent with this Agreement.

RECEBIMENTO

TTJP-ccv

Recebimento

(ocorrências: 79 chavicidade: 401,1)

O **recebimento** das mercadorias será feito nas presença do representante técnico romeno presente no Território

CA

Recebimento

D1 – consta definição

D2 – receipt

D3 – receipt

D4 – receipt; acceptance; acknowledgement

TOP-ccv

Recebimento

[...] fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu **recebimento**, ao endereço e em atenção dos representantes legais.

TOI-ccv

Receipt

Procedure" is as follows:

Upon **receipt** by AOL or by WorldCom, as the case may be (the "Calculating Party"), of notice from the other party (the "Disputing Party")

RETENÇÃO DA TITULARIDADE

TTJP-ccv

Retenção da titularidade

(ocorrências: 107)

(g) manter, às suas próprias custas, a efetividade dos registros, inclusive, mas sem limitação, o registro deste Contrato e da **retenção da titularidade** prevista neste instrumento junto ao apropriado Cartório de Registro de Títulos

TOP-ccv

Encontramos “retenção do objeto do contrato”

CA

Retenção da titularidade

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

N.E.

SEDE

TTJP-ccv

Sede

(ocorrências: 128 chavicidade: 540,4)

O COMPRADOR e o VENDEDOR, cada um por si, neste ato submetem-se irrevogavelmente à jurisdição de qualquer Tribunal Federal dos Estados Unidos ou do Estado de Nova York com **sede** em Nova York, Nova York, [...]

CA

Sede

D1 – consta definição

D2 – headquarters; main office

D1 – headquarters; main office

D2 – headquarters; main office

TOP-ccv

Sede

TOI-ccv

N.E.

g) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com **sede** no país ou no exterior; [...]

SEGURO

TTJP-ccv

Seguro

(ocorrências: 194 chavidade: 1044,4)

Os custos desse **seguro** são para débito do comprador.

CA

Seguro

D1 – consta definição

D2 – insurance

D3 – secure

D4 – insurance

TOP-ccv

Seguro

Cada Máquina será objeto de **seguro** contratado e pago pela IBM, tendo como beneficiário o Cliente, com cobertura até que a Máquina seja entregue ao cliente ou no local por ele designado.

TOI-ccv

Insurance

Destruction, damage to or loss of any of the Assets (whether or not covered by **insurance**) that materially and adversely affects the financial condition, business, operations or prospects of Seller or the Business;

SEGURO DE CRÉDITO

TTJP-ccv

Seguro de crédito

(ocorrências: 26)

9. Seguro de Crédito

9.1 Pelo presente, e de forma irrevogável, os Vendedores autorizam e instruem o Comprador a deduzir o valor do Prêmio do Preço de Compra e o Comprador obriga-se a pagar tal Prêmio à Seguradora, a ser alocado de conformidade com o Endosso.

CA

Seguro de crédito

D1 – consta definição

D2 – credit insurance

D3 – credit insurance

D4 – credit insurance

TOP-ccv

Seguro de crédito

Parágrafo 2º - Os seguintes Ativos serão aceitos para depósito junto ao Mecanismo de Garantias Suplementares: [...]

g) cartas de fiança ou cartas de crédito emitidas por instituições com sede no país

TOI-ccv

N.E.

ou no exterior;

h) **seguro de crédito** de companhias sediadas no país ou no exterior. [...]

TAXAS

TTJP-ccv

Taxas

(ocorrências: 88 chavidade: 358,7)

O pagamento das **taxas** que foi acordada entre ambas as partes à taxa de dois e vinte e cinco por cento [...]

TOP-ccv

Taxas

Se qualquer autoridade impuser impostos, **taxas** ou contribuição, excluindo as baseadas na renda líquida da empresa, sobre qualquer transação nos termos deste Contrato, o Cliente concorda em pagar o valor ajustado e especificado na fatura ou, caso seja isento, em fornecer a documentação de isenção.

CA

Taxa(s)

D1 – consta definição

D2 – rate

D3 – rate; tarif

D4 – tax; duty; charges

TOI-ccv

Rates

(k) Changed in any material respect its Tax or accounting methods, principles or practices (including any changes in depreciation or amortization policies or **rates** or any changes in any assumptions underlying any ethod of calculating reserves), other than as required by a change in GAAP

TAXAS ADUANEIRAS

TTJP-ccv

Taxas aduaneiras

(ocorrências: 15)

Todos os tributos, **taxas aduaneiras**, honorários, lançamentos e outros encargos incidentes sobre importações ou sobre as transações previstas neste Contrato como sendo devidos e pagáveis no Brasil, inclusive o imposto de renda na fonte, IOF e outros constituirão responsabilidade exclusiva da Compradora.

TOP-ccv

N.E.

CA

Taxa(s) aduaneira(s)

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – customs tariff; customs duty

TOI-ccv

TAX MATTERS. The term "Taxes" means all net income, capital gains, gross income, gross receipts, sales, use, transfer, ad valorem, franchise, profits, license, capital, withholding, payroll, employment, excise, goods and services, severance, stamp, occupation, premium,

property, windfall profits, **customs duties** or other taxes, fees or assessments, or other governmental charges of any kind whatsoever,

TAXAS BANCÁRIAS

TTJP-ccv

Taxas bancárias

(ocorrências: 16)

Todas as **taxas bancárias**, inclusive a [sic] taxas de cobrança e impostos de selo, se houver, serão por conta do Comprador [...]

CA

Taxa(s) bancária(s)

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – banking commission; banking fee

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

N.E.

TAXAS DE ARBITRAGEM

TTJP-ccv

Taxas de arbitragem

(ocorrências: 15)

Cada uma das partes em qualquer arbitragem pagará as suas próprias taxas, custos e despesas, inclusive honorários advocatícios, e dividirá igualmente as **taxas de arbitragem** e as taxas administrativas da arbitragem.

CA

Taxa(s) de arbitragem

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOP-ccv

N.E.

TOI-ccv

Arbitration fees

All determinations by the Arbiter shall be final, conclusive and binding with respect to the ANS Closing Date Balance Sheet and the allocation of **arbitration fees** and expenses.

TAXAS DE COBRANÇA

TTJP-ccv

Taxas de cobrança

Todas as taxas bancárias, inclusive as **taxas de cobrança** e impostos de selo, se

CA

Taxa(s) de cobrança

D1 – N.E.

D2 – N.E.

houver, serão por conta do Comprador [...] D3 – N.E.
D4 – charging rate, collection fee.

TOP-ccv
N.E.

TOI-ccv
N.E.

TAXAS DE FINANCIAMENTO

TTJP-ccv

Taxas de financiamento

(ocorrências: 15)

Cada uma das partes em qualquer arbitragem pagará as suas próprias taxas, custos e despesas, inclusive honorários advocatícios, e dividirá igualmente as taxas de arbitragem e as taxas administrativas da arbitragem.

TOP-ccv
N.E.

CA

Taxa(s) de financiamento

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

.

TOI-ccv

Financing charges

[...] if any, to recover Purchaser's reasonable attorneys' fees, together with all other reasonable expenses incurred, expended and/or paid by Purchaser in connection with the transactions contemplated by this Agreement, including, without limitation, **financing charges**, investigation costs, travel costs, reimbursement for experts'

TERMOS

TTJP-ccv

Termos

(ocorrências: 618 chavidade: 2172)

Sujeito aos **termos** e às condições deste Contrato e de acordo com as declarações e garantias estipuladas abaixo

TOP-ccv

Termos

CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO": contrato que estabelece os **termos** e condições para o uso da rede de distribuição da

CA

Termo(s)

D1 – consta definição

D2 – term

D3 – Statement

D4 – term; expression; declaration; affidavit; record; entering

TOI-ccv

Terms

Purchase and Sale. Upon the **terms** and subject to the conditions set forth in this Agreement, at the Closing (as defined in Section 1.2):

concessionária ou permissionária local por um USUÁRIO.

TERMOS DE PAGAMENTO

TTJP-ccv

Termos de pagamento

(ocorrências: 30)

A data de emissão e vencimento não será preenchida. O COMPRADOR, pelo presente instrumento, autoriza expressamente o VENDEDOR a preencher tais espaços em branco com os **termos de pagamento** acordados neste instrumento.

TOP-ccv

N.E.

CA

Termos de pagamento

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

Terms of payment

The purchase price for the shares to be paid by the Corporation and **terms of payment** therefor shall be as set forth in Paragraph 3 hereof.

TERMOS E CONDIÇÕES

TTJP-ccv

Termos e condições

(ocorrências: 15)

Os Vendedores desejam vender e o Comprador deseja adquirir os Ativos (conforme definidos abaixo), sujeito aos **termos e condições** consignados neste Contrato.

TOP-ccv

N.E.

CA

Termos e condições

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – N.E.

D4 – N.E.

TOI-ccv

Terms and conditions

The part of the holder thereof, options to purchase shares of WorldCom Common Stock("WorldCom Stock Options") having the same **terms and conditions** as the AOL Unvested Stock Options including such terms and conditions as may be incorporated by reference into the

agreements evidencing AOL Unvested
[...]

TERMOS DE EMBARQUE

TTJP-ccv	CA
Termos de embarque	D1 – N.E.
(ocorrências: 15)	D2 – N.E.
As condições de pagamento e os	D3 – N.E.
termos de embarque poderão ser	D4 – N.E.
modificados pela [nome da empresa],	
de tempos em tempos ou a qualquer	
momento	

TOP-ccv	TOI-ccv
N.E.	N.E.

TERMOS DE VENDA

TTJP-ccv	CA
Termos de venda	Termos de venda
(ocorrências: 15)	D1 – N.E.
Uma alteração eventual mais favorável ao	D2 – N.E.
Revendedor dos termos de venda de	D3 – N.E.
FOB para C&F ou CIF, não tornará	D4 – N.E.
irreversíveis estes termos de venda, já que	
a Tabela normal da [nome da empresa] é	
para venda FOB e como tal será o padrão	
vigente entre as Partes.	
TOP-ccv	TOI-ccv
N.E.	Terms of sale
	NOTICE: Please read this entire Notice,
	Agreement and Terms of Sale or Transfer
	("Agreement") before signing.

TITULARIDADE

TTJP-ccv	CA
Titularidade	Titularidade
(ocorrências: 142 chavidade: 892,5)	D1 – consta definição
[...] o VENDEDOR tem a titularidade	D2 – N.E.
válida das T'Bills e as T'Bills estão livres	D3 – N.E.
e isentas de quaisquer ônus [...]	D4 – ownership; title

TOP-ccv

Titularidade

[...] representado pelo cheque nº 229872, Conta Corrente nº 04061-4, Agência nº 0720, do Banco Sicredi de Sto. Antônio da Platina – PR, de **titularidade** e emissão do COMPRADOR, vencível na data de 02 de Maio de 2004.

TOI-ccv

Title

TITLE AND RELATED MATTERS. The Company has (or will have, at the Closing Date) good and marketable **title** to all of the properties and Assets reflected in the Balance Sheet or acquired after the date thereof

TRANSAÇÕES

TTJP-ccv

Transações

(ocorrências: 46 chavicidade: 259,2)
Para o propósito deste instrumento, "Dia Útil" será um dia no qual os bancos estiverem abertos para **transações** com moedas correntes na Cidade de Tóquio, Japão.

CA

Transação(ões)

D1 – consta definição
D2 – transaction
D3 – transaction
D4 – transaction, accord

TOP-ccv

Transações

Todas as **transações** terão um ou mais documentos de Transação associados (tais como faturas suplementos, anexos, apensos, ou adendos).

TOI-ccv

Transaction

[...] this **transaction** is exempt under the Act and such shares shall have the status of securities acquired under Section 4(2) of the Act [...]

TRANSPORTE

TTJP-ccv

Transporte

(ocorrências: 59 chavicidade: 176,3)
Os kits serão embalados em caixas de madeira a fim de garantir uma boa proteção das mercadorias durante o **transporte**.

CA

Transporte

D1 – consta definição
D2 – transportation
D3 – transportation
D4 – transportation

TOP-ccv

Transporte

Cláusula 2ª. O VENDEDOR se responsabilizará pelo acondicionamento da mercadoria e pelas despesas com o **transporte** e a entrega da mesma no local designado.

TOI-ccv

Transportation

Laws relating in whole or part to the manufacture, processing, distribution, use, coverage, disposal, **transportation** storage or handling of any Hazardous Material.

VALOR TOTAL

TTJP-ccv

Valor total

(ocorrências: 15)

[...] a Compradora permanecerá responsável pelo pagamento de qualquer diferença a menor entre o valor efetivo do equipamento à época da retomada e o **valor total** devido pela Compradora nos termos do presente.

CA

Valor total

D1 – N.E.

D2 – N.E.

D3 – Full value

D4 – N.E.

TOP-ccv

Valor total

Para utilização exclusivamente em caso de inadimplência, o FINANCIADO emite a favor da FINANCIADORA uma Nota Promissória, pelo **valor total** de sua obrigação, [...]

TOI-ccv

Total value

The **total value** of the Stock will not exceed twenty percent (20%) of Seller's net worth at the time of issuance of the Stock [...]

VENCIMENTO

TTJP-ccv

Vencimento

(ocorrências: 57 chavidade: 356,6)

[...] pelo presente instrumento, emitimos esta Carta de Crédito irrevogável em seu favor, a pedido da [nome da empresa]. para o valor global de US\$ _____

(_____ Dólares dos EUA) com **vencimento** em [data].

CA

Vencimento

D1 – consta definição

D2 – Maturity

D3 – maturity

D4 – maturity; termination; due date; term; time limit

TOP-ccv

Vencimento

2ª - O COMPRADOR obriga-se a efetuar o pagamento das prestações referidas na cláusula 1ª, no **vencimento**, no estabelecimento da VENDEDORA, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extra-judicial.

TOI-ccv

Maturity

After **maturity**, this Note shall bear interest at the maximum legal rate.

VENDA

TTJP-ccv

Venda

(ocorrências: 230 chavicidade: 984,1)

A **venda** e compra dos Automóveis será regida pelas condições estabelecidas neste instrumento e segundo os Termos e Condições Gerais estipulados no Adendo 2 deste instrumento.

CA

Venda

D1 – consta definição

D2 – Sale

D3 – sale

D4 – sale; disposal

TOP-ccv

Venda

A taxa de conversão do dólar norte-americano será a divulgada pelo Banco Central do Brasil para a **venda** do dólar.

TOI-ccv

Sale

ANS Entity is a party providing for the issuance or **sale** by ANS or any ANS Entity of capital stock or other securities of or interests in any ANS Entity

VENDEDOR

TTJP-ccv

vendedor

(ocorrências: 1478 chavicidade: 9473,2)

O **vendedor**, pelo presente instrumento, confirma o contrato para fornecer à empresa do comprador em período de experiência:

CA

Vendedor

D1 – consta definição

D2 – salesman; seller; vendor

D3 – Salesman; seller; salesperson

D4 – Salesman; seller; vendor; shop assistant

TOP-ccv

Vendedor

O PROMITENTE **vendedor**, por este instrumento e regular forma de direito, promete ao PROMISSARIO COMPRADOR, acima citado, e este promete comprar uma parte de Gleba 04 da quadra 05 medindo 88,00 M² (oitenta e oito metros quadrados), tendo os seguintes limites de confrontações.

TOI-ccv

Seller

For Ten Dollars (\$10.00) and other good and valuable consideration, the receipt and sufficiency of which are hereby acknowledged, the **Seller** and Buyer hereby agree as follows:

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem interdisciplinar, valendo-se da proposta de Baker (1993, 1995, 1996) e dos procedimentos adotados por Camargo (2005), da metodologia da Lingüística de Corpus sugerida por Berber Sardinha (2004), de algumas conceituações da Terminologia (Aubert 1992, 1996; Barros 2004; Krieger & Finatto 2004) e de trabalhos voltados para a TJ (Aubert 1998; Camargo 2005; Mayoral 2003), tornou possível a observação do conjunto léxico referente ao CCV presentes em um total de doze Livros de Registro de Traduções da JUCESP, fornecidos por dois tradutores.

Também, o programa de computador WordSmith Tools tornou possível o exame dos corpora de TTs, na direção inglês→português, ao fornecer ferramentas valiosas para a aproximação do texto traduzido e o levantamento léxico, fundamentado nos Estudos da Tradução Baseados em Corpus.

Quanto à análise dos dados, a distribuição de documentos entre os dois tradutores apresenta um número maior de CCVs para o tradutor B e uma quantidade menor para o tradutor A. Por essa razão, direcionamos o foco para o estudo do léxico presente no corpus desses documentos submetidos à TJ em relação aos corpora de TOPs-ccv e TOIs-ccv, e não apenas para da variação lexical entre os tradutores A e B. Nos livros de tradução analisados, não foi encontrado nenhum contrato vertido para o inglês, o que poderia apontar, no corpus analisado, uma maior demanda por traduções de contratos de compra e venda para o português.

Observa-se, nos TTJPs-ccv, a recorrência de Incoterms referentes ao processo de exportação, como por exemplo, FOB (*Free on Board* – livre abordo do navio), FAS (*Free Alongside Ship* - Livre no Costado do Navio), CIF (*Cost, Insurance and Freight* – Custo, Seguro e Frete). Algumas vezes, os Incoterms aparecem acompanhados da tradução para o português.

Também, nos TTJPs-ccv, nota-se o emprego de adjetivos imprecisos, como por exemplo, “razoável”, o que poderia estar evidenciando um maior uso de traduções mais literais. Essa tendência indicaria uma inserção na TJ de uma linguagem empregada em contratos escritos em inglês dos Estados Unidos. Ao consultarmos o *Black’s dictionary*, observamos a existência de uma ressalva a respeito da utilização desse adjetivo em contratos norte-americanos, por não fornecerem uma informação mais exata, por exemplo sobre a estipulação de preço. Em outro contrato, notamos o uso de locuções adverbiais imprecisas, como “mais cedo” e “dentro de um período apropriado”, as quais tornam imprecisa a data da notificação em “notificaremos o mais cedo possível” e “notificaremos dentro de um período de tempo apropriado”. No que tange à utilização de adjetivos e locuções adverbiais imprecisas, não encontramos nenhuma ocorrência nos TOPs-ccv.

Para o tradutor aprendiz, é importante a conscientização de que ele está envolvido em um processo decisório e de que há um grau de responsabilidade para com o texto jurídico. Há escolhas a serem feitas que levam em conta aspectos contextuais e aspectos institucionais. A opção por manter um erro na numeração de cláusulas, por exemplo, do TO no TT, apontaria para um procedimento que ocorre na TJ e que poderia não ser adequado para uma tradução não juramentada de textos técnicos. O tradutor, dessa forma, está a todo o momento diante de procedimentos diversos conforme a modalidade tradutória.

Com relação às semelhanças encontradas nos contratos de compra e venda, pudemos verificar que os termos simples levantados a partir do corpus de estudo encontram-se, em sua maioria, registrados em dicionários específicos da área de Direito e de Comércio. Em dois dicionários do corpus de apoio (D1 – *Dicionário Jurídico De Plácido e Silva*, e D2 – *Dicionário trilingüe de termos de negócios* de Migliavacca), pudemos encontrar 100% dos termos simples levantados. Apesar de estarem registrados nessas obras, muitas vezes o consulente poderá ter dificuldades para empregar o termo simples mais adequado, uma vez

que não há indicação de frequência de uso. Por exemplo, as entradas para o termo “acordo”, na direção português→inglês, trazem quatro acepções: *covenant*, *combination*, *accord* e *agreement*, mas, com base nos dados do corpus, apenas *agreement* seria mais empregado em contratos de compra e venda. Já o termo *accord*, ao registrar apenas uma ocorrência, seria pouco usado.

Também no que diz respeito aos termos *purchaser* e *buyer*, pudemos notar que foram utilizados em diferentes subtipos de contratos. Enquanto *purchaser* encontra-se empregado em contratos, cujo objeto da compra é um bem imóvel, *buyer*, por sua vez, é encontrado apenas nos contratos de compra e venda de bens móveis. Dessa forma, ao comprar ou vender um carro o termo apropriado para “comprador” em inglês seria *buyer*. Por outro lado, se o objeto do contrato for uma casa, por exemplo, utiliza-se o termo *purchaser*. De acordo com o *Dicionário Jurídico* de Maria Chaves de Mello, existe, também, a possibilidade de emprego do termo *vendee* que não foi encontrado no nosso corpus de TOIs. Para o tradutor, seriam de grande valia obras de referência que trouxessem a frequência de uso dos termos equivalentes ou correspondentes, e, também, o cotexto em que ocorrem. Das obras de referência utilizadas, apenas o *Dicionário de Jurídico* de Maria Chaves de Mello traz uma definição que auxilia na utilização do termo, no entanto, não há cotexto, como no caso do glossário aqui proposto.

Quanto ao levantamento de expressões fixas e semifixas, a busca no corpus de apoio mostrou que menos de 30% encontram-se registradas em dicionários específicos. Expressões como “porto de embarque” e “data de emissão”, apesar de empregadas com frequência alta no corpus de estudo, não estão registradas no corpus de apoio. Com relação à busca efetuada nos corpus de textos originais em inglês, houve maior sucesso no levantamento das expressões, tendo-se encontrado 68,7% das expressões fixas e semifixas. Desse modo, a pesquisa baseada em corpus comparável pode trazer resultados positivos na busca de equivalentes para esse tipo

de documento. Nota-se que, apesar de serem expressões recorrentes, a maioria não se encontra registrada nos dicionários de especialidades consultados.

No que concerne a aproximações entre os contratos de compra e venda traduzidos no modo juramentado e os originalmente escritos em português, podemos destacar a existência, em ambos, de cláusulas que definem a terminologia empregada nos contratos, como por exemplo, “salvo conforme expressamente indicado de outro modo no presente, os termos abaixo terão os significados que se seguem:” (TTJPs-ccv), e “objetivando o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, fica desde já acordado entre as PARTES o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:” (TOPs-ccv). Nota-se nos TTJPs-ccv uma incidência mais alta de definições, o que contribui para esses documentos apresentarem uma extensão maior do que os TOPs-ccv.

Também no contraste da linguagem empregada nos TTJPs-ccv e nos TOPs-ccv, destaca-se a maior quantidade de cláusulas na TJ com informações relativas a ressalvas, advertências, punições para o caso de algum aspecto no contrato não ser cumprido. Algumas cláusulas dos TTJPs-ccv chegam a conter 139 palavras num único período. Nos TOPs-ccv, os parágrafos das cláusulas mostram-se mais curtos e com maior uso de pontuações.

Já nos TOIs-ccv, encontramos um número mais acentuado de cláusulas contendo os conceitos dos termos empregados do que nos TOPs-ccv. Como exemplo, podemos citar: “*When used in this Agreement, the following terms shall have the meanings indicated below:*” (TOIs-ccv). Após essa frase, segue uma lista de definições de termos que são utilizados nos contratos; como por exemplo “*Indemnifying Party: the term ‘Indemnifying Party’ shall mean the party having an obligation hereunder indemnify the other party or parties pursuant to this Section 5.2 [...]*”. Parece ocorrer uma tendência ainda maior de se caracterizar e definir de modo mais explícito os significados dos vocábulos dentro do âmbito dos contratos originalmente escritos em inglês.

Os distanciamentos maiores entre os TTJPs-ccv e os TOPs-ccv parecem estar ligados ao emprego de algumas expressões que se referem ao transporte de mercadorias e a formas de pagamento, como, por exemplo, “porto de embarque” (24 ocorrências), “perda das mercadorias” (36 ocorrências), “conhecimento de embarque (15 ocorrências)” e “ordem de compra” (15 ocorrências), só registradas no corpus de TTJPs-ccv.

Outro aspecto observado no corpus de estudo diz respeito a erros encontrados no original. Essas ocorrências foram indicadas pelo tradutor por meio da inserção de [sic], evidenciando uma tendência para se ater ao original, devido ao requisito de fidelidade ao TO requerida para documentos processados no modo juramentado

No que diz respeito à variação vocabular dos contratos de compra e venda, os resultados da razão forma/item e da razão forma/item padronizada mostraram que a hipótese de simplificação de Baker confirmou-se, uma vez que encontramos nos TTJPs-ccv uma menor variação vocabular, com uma diferença, respectivamente, de 3,28 e 2,28 em relação ao TOPs-ccv. Já no que diz respeito aos TOIs-ccv, a razão forma/item e a razão forma/item padronizada parecem rejeitar a hipótese de simplificação de Baker, uma vez que há uma variação vocabular maior nos TTTJPs-ccv, com uma diferença de 1,45 e 3,28 em relação aos TOIs-ccv.

Cabe ainda acrescentar que o estudo pautado na interdisciplinaridade, proposta do projeto de pesquisa *PETra*, possibilitou-nos uma investigação da TJ com vistas a uma contribuição para o estudo de suas características. Também o levantamento e a observação da terminologia empregada na TJ de CCVs possibilitaram a criação de um glossário, que poderá auxiliar o trabalho do tradutor iniciante bem como de tradutores que nunca tiveram contato com esse gênero textual. Desse modo, tanto a apresentação do léxico mais freqüente e de seus equivalentes acompanhados de seu cotexto, como as características da TJ e as tomadas de

decisões descritas ao longo deste trabalho poderão contribuir para uma conscientização das especificidades desse tipo de tradução.

Assim, esperamos que os padrões de uso lexical identificados na presente Dissertação bem como os aspectos relativos ao procedimentos adotados diante da TJ pelos tradutores analisados possam oferecer subsídios para futuras pesquisas e para levantamento de hipóteses a serem contrastadas com outras tipologias textuais e outras direções tradutórias.

8. BIBLIOGRAFIA

8.1. DICIONÁRIOS EMPREGADOS NO CORPUS DE APOIO

GARNER. B. A. *Black's Law Dictionary*. 8th ed. St. Paul: Thomson West, 2004.

MIGLIAVACCA, P. N. *Dicionário trilingüe de termos e negócios, português, inglês, espanhol*. 2^a. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003

GOYOS JR, D. N., *Dicionário jurídico/ Legal dictionary inglês-português/português-inglês*. 5^a. ed. São Paulo: Observador Legal, 2003.

MELLO. M. C. de. *Dicionário jurídico inglês-português/português-inglês*. 8^a.ed. São Paulo: Editora Método, 2006.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 26^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

8.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBIR, H.; ALBÍ, A. B. La traducción jurídica. In: ALBIR, A. H. *Enseñar a traducir. Teorías y fichas prácticas*. Madri: Edelsa, 1999, p. 154-166.

ALPÍZAR-CASTILLO, R. El problema de las equivalencias. In: *¿Cómo hacer un diccionario científico-técnico?* Buenos Aires: Memphis, 1995.

ANDRART. *O que é uma tradução juramentada*. Disponível em: <http://www.andrart.com/portugues/faq_br.html>. Acesso em: 06 de mar. 2004

AUBERT, F. H. Problemas e urgências na interrelação terminologia/tradução. *ALFA*, 36, São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 81-86.

AUBERT, F. H. Translation typology: The case of 'sworn translations'. In: COULTHARD, M; DE BAUBETA, P. A. O. (Org). *Theoretical Issues and Practical Cases in Portuguese-English Translations*, Edwin Mellen Press, 1996a.

AUBERT, F. H. Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe. *Cadernos de terminologia*, 2, São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1996b.

AUBERT, F. H. *Tipologia e procedimentos da tradução juramentada*. São Paulo: CITRAT/FFLCH/USP, 1998. 2v.

AUBERT, F. H.; TAGNIN, S. E. O. A corpus of sworn translations. *Proceedings of the Corpus Linguistics 2003*. ARCHER, D.; RAYSON, P.; WILSON, A.; MCENERY, T (eds.), UCREL Technical Papers, v.16, parte 1, 2003.

AZENHA Jr., J. *Tradução técnica e condicionantes culturais*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARBOSA, M. A.. *Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos*. *Cienc. Cult.*, abr./jun. 2006, vol.58, no.2, p.48-51.

BAKER, M. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. Routledge: Londres/Nova York, 1992.

BAKER, M. Corpus Linguistics and Translation Studies: implications and applications. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Eds.). *Text and Technology*: In honour of John Sinclair. Amsterdã/Filadelfia: John Benjamins, 1993, p. 233-250.

BAKER, M. *Corpora in Translation Studies*: an overview and some suggestions for future research. *Target*. 7:2, 1995, p. 223-243.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (Ed.) *Terminology, LSP and Translation Studies in Language Engineering*: In honour of Juan C. Sager. Amsterdã/Filadelfia: John Benjamins, 1996, p. 175-186.

BAKER, M. *Towards a Methodology for Investigating the Style of a Literary Translator*. *Target*. 12:2, 2000, p. 241-266.

BAKER, M. A corpus-based view of similarity and difference in translation. In: ARDUINI, S.; HODGSON, R. (Eds.) *Translating Similarity and Difference*. Manchester: St. Jerome, no prelo.

BARROS, L. A. O percurso do trabalho terminológico: aspectos metodológicos e dialética da pesquisa científica. *Boletim da Cátedra de Lingüística Aplicada Leandro Caballero*. Facultad de Lenguas Extranjeras/Universidade de Havana. Havana, 2, p. 1- 4 set./1998.

BARROS, L. A. A terminologia na formação de tradutores: da teoria à prática, experiência e resultados. In: SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA, 24-26/nov./1998, Lisboa. *Anais do seminário de tradução científica e técnica*. Lisboa: União Latina, v. 1, 1999. p. 85-90

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

BARROS, Pedro Melchior de Melo. *Da incompatibilidade da Lei nº 9.718/98 com o art. 110 do Código Tributário Nacional*. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 610, 10 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6310>>. Acesso em: 06 ago. 2006.

BAUER, L. *Introducing Linguistic Morphology*. Bristol: Edinburgh University Press, 1992, p. 7-18.

BERBER SARDINHA, A. P. Usando WordSmith Tools na investigação da linguagem. *DIRECT papers*, 40. São Paulo: LAEL, PUC/SP, 1999.

BERBER SARDINHA, A. P. Lingüística de corpus: Histórico e problemática. *DELTA - Revista de documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada*. 16: 2, 2000, p.323-367.

BERBER SARDINHA, A. P. Prosódia semântica na tradução do português e inglês: Um estudo baseado em corpus. In: V *PROPOR - Encontro para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa Falada e Escrita*. São Paulo: Atibaia, 2000.

BERBER SARDINHA, A. P. Corpora eletrônicos na pesquisa em tradução. *Cadernos de tradução*. 9:1, 2002, p.15-60.

BERBER SARDINHA, A. P. *Lingüística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

BEVILACQUA, C. R. Do domínio jurídico-ambiental: proposta de critérios para seleção e tratamento de unidades fraseológicas. In KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs) *Temas da Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP. 2001.

BIDERMAN, M. T. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Boletim da Associação dos Tradutores Públicos e Interpretes Comerciais do Estado de São Paulo: Nº 6, 2002, p. 3.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. Vocabulaire systématique de la terminologie. *Cahiers de l'office de la langue française*. Québec: Publications du Québec, 1985.

BURNETT, S. *A Corpus-based Study of Translational English*. Dissertação (Mestrado em tradução), CTIS/ UMIST, Manchester, 1999.

CABRÉ, M. T. Hacia una teoría comunicativa de la terminología: aspectos metodológicos. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, 1999, p. 120-150.

CAMARGO, D. C. de Contribuição para uma tipologia da tradução: as modalidades tradutórias no texto literário. 231 f. Tese (Doutorado em Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAMARGO, D. C. de. *As modalidades tradutórias e a tipologia textual: Textos jurídicos e técnicos*. Pesquisa em tradução desenvolvida como recém-doutor (bolsa RD/CNPq), CITRAT/FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

CAMARGO, D. C. de. A tradução científica e técnica: Sua importância e complexidade. *Atas do seminário de tradução científica e técnica em língua portuguesa*, realizado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia / União Latina, em Lisboa, Portugal, em 1998. Lisboa, 1999, p. 15-19.

CAMARGO, D. C. de. *Análise de um corpus paralelo de textos ficcionais brasileiros e dos respectivos textos traduzidos para o inglês: Uma investigação sobre o estilo de um tradutor literário*. Pesquisa realizada para estágio pós-doutoral em tradução e lingüística de corpus, LAEL/PUC-SP e CTIS/The University of Manchester / UNESP, 2003.

CAMARGO, D. C. *Padrões de Estilo de Tradutores – PETra: Investigação em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação do Plano Trienal para 2004-2006, São José do Rio Preto: UNESP/IBILCE, 25 fev. 2004, 30 f., não publicado.

CAMARGO, D. C. *Padrões de Estilo de Tradutores: Um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas*. 2005. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução) - UNESP/IBILCE, São José do Rio Preto.

CAMARGO, D. C. de. Semelhanças e diferenças no uso de expressões fixas em contratos sociais submetidos à tradução juramentada. *Anais do 9o. Encontro Nacional e 3o. Encontro Internacional de Tradutores*. Fortaleza: UECE / ABRAPT, 2004. v. 1. p. 76-76.

CAMARGO, D. C. de. Uso de expressões fixas e semifixas em contratos submetidos à tradução juramentada. *Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP / GEL, em análise, a.

CAMPBELL, A. S. Tradutores públicos e traduções juramentadas no Brasil. In: RONAI PORTINHO, W. M. et. al. *A tradução técnica e seus problemas*. São Paulo: Álamô, 1983, p. 107-146.

CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada*. Trad. Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.

- DINIZ, M. H. *Direito civil brasileiro*. 13. ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. 3v.
- DUBUC, R. *Manuel de terminologie*. 2.ed. Québec: Linguatex, 1995.
- DUBOIS, J. et. al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.
- EVEN-ZOHAR, I. The position of translated literature within the literary polysystem. In: HOLMES, J. S.; LAMBERT, J; van den BROECK, R. (Eds.). *Literature and Translation*. Leuven: ACCO, 1978, p. 117-127. [Versão revisada in VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. London/New York: Routledge, 2000, p. 192-197].
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Terminologia do FMI. Glossário multilíngüe*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/term/index>. Acesso em: 15 mar. 2004.
- HALLIDAY, M. A. K. Language as system and language as instance: The corpus as a theoretical construct. In: SVARTVIK, J. (Org.). *Directions in corpus linguistics*. Proceedings of Nobel symposium 82, Stockholm, 4-8/ago./1991. Berlin/New York: De Gruyter, 1992, p. 61-78.
- HUNSTON, S. *Corpora in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HIDA, S. E. *Extraíndo colocações de textos técnicos em português para a construção de um dicionário: Uma aplicação de um gerador de linguagem natural*. Relatório de Iniciação Científica. São Carlos: Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação/Universidade de São Paulo, 1998.
- INDICE FUNDAMENTAL DO DIREITO. *O contrato de compra e venda*. Disponível na internet em: <<http://www.dji.com.br/>>. Acesso em 20 jul. 2004.
- ISO 1087, 1990: *Terminology - Vocabulary = Terminologie - Vocabulaire*, Genève, Organisation internationale de normalisation (ISO/TC 37).
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- KJELLMER, G. Why great: Great but not big: Bigly? *Studia Linguistica*. 38, 1984, p. 1-19.
- KRIEGER, M. G. Traduction et Terminologie au Brésil. *META*. 1996, p.108 – 108.
- KRIEGER, M. G. Relações entre terminologia e tradução. *Cadernos do IL*. 1: 21-22, 1999, p. 263 - 271.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- LAVIOSA, S. *Corpus-based Translation Studies: theory, findings, applications*. Amsterdã/Atlanta: Rodopi, 2002.
- LÉRAT, P. Langue spécialisée et traduction. In: *Les langues spécialisées*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. p. 94-105.
- MAYORAL, R. Las fidelidades del traductor jurado: una batalla indecisa. In: *Traducir para la Justicia*. Granada: Editorial Comares, 1999, p. 17-58.
- MAYORAL, R. *Translation Practices Explained*. Manchester: St. Jerome, 2003.

- McCARTHY, M. *Vocabulary*. Oxford: Oxford University Press, [1990], 1996.
- MULTICONCORD: *The Lingua Multilingual Parallel Concordancer for Windows*, Birmingham: University of Birmingham.
- MUNDAY, J. *Introducing Translation Studies – Theories and Applications*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2001.
- OLIVEIRA, C. M. de. *Teoria geral dos contratos: tratado de direito bancário*. Campinas/SP: LZN Editora, 2002.
- OLOHAN, M.; BAKER, M. Reporting *that* in Translated English: Evidence for Subconscious Processes of explicitation? *Target*. 1:2, 2000, p. 141-158.
- RAMOS REUILLARD, P. C. Interface tradução terminologia. In: *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/ UFRGS/Humanitas/USO, 2002.
- SAGER, J. C. What distinguishes major types of translation? *The Translator*. 4:1. Manchester: St. Jerome, 1998, p. 69-89.
- SCOTT, M. 2006. *WordSmith Tools Version 4*. Oxford: Oxford University Press.
- SCOTT, N. *Normalisation and readers' expectations: A study of literary translation with reference to Lispector's A Hora da Estrela*. Tese (Doutorado em tradução), University of Liverpool, Liverpool, 1998.
- SIDOU, J. M. O. *Dicionário jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas*. Forense Universitária, 2004.
- SILVEIRA, F.A. de. *A hiponímia na terminologia da dermatologia em português e em inglês: estudo comparado em um subconjunto terminológico*. (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto – SP, 2005.
- SINCLAIR, J. M. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford, 1991.
- SNELL-HORNBY, M. *Translation Studies: An integrated approach*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1995/1998.
- STUPIELLO, E. N. de A. *Implicações teóricas para a tradução do discurso legal*. Dissertação (Mestrado em tradução), IBILCE/UNESP, São José do Rio Preto, 2001, 197 p.
- TAGNIN, S. E. O. Os corpora: Instrumentos de auto-ajuda para o tradutor. *Cadernos de tradução IX - 2002/1*, número especial sobre Tradução e Corpora. Florianópolis: UFSC, 2003.
- TOGNINI-BONELLI, E. *Corpus Linguistics at Work*. Amsterdã/Atlanta, GA: John Benjamins, 2001.
- TOURY, G. The nature and role of norms in literary translation. In: HOLMES, J. S.; LAMBERT, J; van den BROECK, R. (Eds.). *Literature and translation*. Leuven: ACCO, 1978, p. 83-100. [Versão revisada in VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 198-211].
- TYMOCZKO, M. Computerized corpora and the future of translation studies. *Meta*. 43:4. Montreal: Les Presses de L'Université de Montreal, 1998, p. 652-659.

VEGA, M. A. Terminologia y traducción. In: JORNADA PANLLATINA DE TERMINOLOGIA : *Perpectives i camps d'aplicació*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1996.

VENOSA, S. S. *Direito Civil: contratos em espécie*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1995.

VENUTI, L. *The Scandals of Translation*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1998.

WALD, Arnaldo. Curso de Direito Civil Brasileiro: Obrigações e Contratos. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 160.

APÊNDICES

Apêndice A
Lista das 50 palavras mais frequentes do corpus de TTJPs-ccv

N.	Palavra	Freq.	%
1	VENDEDOR	1478	1,5053
2	OU	1460	1,487
3	EM	1429	1,4554
4	COMPRADOR	1371	1,3964
5	OS	1243	1,266
6	CONTRATO	1184	1,2059
7	QUE	1027	1,046
8	COM	997	1,0154
9	AS	962	0,9798
10	POR	946	0,9635
11	NO	852	0,8678
12	QUALQUER	798	0,8128
13	DA	722	0,7354
14	DESTE	712	0,7252
15	PARA	702	0,715
16	INSTRUMENTO	695	0,7079
17	AO	643	0,6549
18	PELO	631	0,6427
19	TERMOS	618	0,6294
20	DOS	533	0,5429
21	UMA	527	0,5367
22	SEGUNDO	459	0,4675
23	NA	453	0,4614
24	CLÁUSULA	434	0,442
25	DAS	420	0,4278
26	ESTE	413	0,4206
27	SERÁ	412	0,4196
28	SE	402	0,4094
29	NÃO	380	0,387
30	DATA	373	0,3799
31	AUTOMÓVEIS	370	0,3768
32	UM	358	0,3646
33	COMPRA	342	0,3483
34	PARTES	336	0,3422
35	NESTE	308	0,3137
36	TAL	302	0,3076
37	TODOS	302	0,3076
38	ACORDO	282	0,2872
39	PARTE	275	0,2801
40	PRESENTE	269	0,274
41	SÃO	261	0,2658
42	QUAISQUER	253	0,2577
43	OBRIGAÇÕES	242	0,2465
44	PREÇO	235	0,2393
45	BRASIL	234	0,2383
46	COMO	230	0,2343
47	VENDA	230	0,2343
48	ADENDO	229	0,2332
49	DEVERÁ	224	0,2281
50	CONFORME	214	0,218

Lista das 50 palavras mais freqüentes do corpus de TOPs-ccv

N.	Palavra	Freq.	%
1	EM	735	1,1416
2	QUE	734	1,14
3	CONTRATO	648	1,0065
4	POR	618	0,9599
5	OU	586	0,9102
6	CLÁUSULA	565	0,8775
7	NO	553	0,8589
8	AS	509	0,7906
9	SE	478	0,7424
10	NA	464	0,7207
11	OS	464	0,7207
12	COM	436	0,6772
13	PARA	397	0,6166
14	AO	375	0,5824
15	COMPRADOR	367	0,57
16	DAS	313	0,4861
17	PRESENTE	310	0,4815
18	PARTES	273	0,424
19	VENDEDOR	273	0,424
20	NÃO	271	0,4209
21	QUALQUER	267	0,4147
22	DOS	256	0,3976
23	PELO	256	0,3976
24	VENDA	239	0,3712
25	VENDEDORA	234	0,3634
26	COMPRADORA	233	0,3619
27	PARÁGRAFO	229	0,3557
28	PELA	228	0,3541
29	DESTE	218	0,3386
30	ENERGIA	215	0,3339
31	COMO	204	0,3168
32	INSTRUMENTO	203	0,3153
33	PAGAMENTO	196	0,3044
34	VALOR	196	0,3044
35	COMPRA	192	0,2982
36	UM	187	0,2904
37	DATA	184	0,2858
38	SER	171	0,2656
39	SERÁ	168	0,2609
40	CASO	167	0,2594
41	UMA	159	0,247
42	IMÓVEL	150	0,233
43	CONDIÇÕES	149	0,2314
44	NESTE	149	0,2314
45	ESTE	148	0,2299
46	IBM	148	0,2299
47	NOME	148	0,2299
48	ATÉ	138	0,2143
49	FORMA	137	0,2128
50	CASO	167	0,2594

Lista das 50 palavras mais freqüentes do corpus de TOIs-ccv

N.	Palavra	Freq.	%
1	ANY	3813	1,6975
2	SHALL	2577	1,1472
3	BY	2520	1,1219
4	AGREEMENT	2286	1,0177
5	BE	2253	1,003
6	SELLER	2190	0,9749
7	AS	2022	0,9002
8	THIS	2011	0,8953
9	SUCH	1815	0,808
10	WITH	1674	0,7452
11	FOR	1518	0,6758
12	OTHER	1454	0,6473
13	ALL	1396	0,6215
14	IS	1274	0,5672
15	BUYER	1208	0,5378
16	NOT	1109	0,4937
17	ON	1102	0,4906
18	THAT	1085	0,483
19	WHICH	988	0,4398
20	CLOSING	982	0,4372
21	PURCHASER	927	0,4127
22	ITS	902	0,4016
23	DATE	889	0,3958
24	SECTION	832	0,3704
25	PARTY	804	0,3579
26	ANS	773	0,3441
27	UNDER	718	0,3196
28	AT	716	0,3187
29	WILL	700	0,3116
30	HAVE	686	0,3054
31	HAS	633	0,2818
32	FROM	624	0,2778
33	BUSINESS	621	0,2765
34	MAY	606	0,2698
35	PURCHASE	597	0,2658
36	IF	582	0,2591
37	ARE	576	0,2564
38	NO	575	0,256
39	COMPANY	569	0,2533
40	PROPERTY	563	0,2506
41	SET	505	0,2248
42	EACH	484	0,2155
43	PARTIES	480	0,2137
44	ASSETS	471	0,2097
45	FORTH	466	0,2075
46	INCLUDING	429	0,191
47	RESPECT	427	0,1901
48	WORLDCOM	418	0,1861
49	TIME	391	0,1741
50	EXCEPT	385	0,1714

Apêndice B
Lista contendo as 50 primeiras palavras-chaves

N	Key word	Freq.	%	Chavacidade
1	VENDEDOR	1478	1,5053	9473,2
2	COMPRADOR	1371	1,3964	8771,2
3	CONTRATO	1184	1,2059	7044,9
4	INSTRUMENTO	695	0,7079	3426,9
5	DESTE	712	0,7252	2802,1
6	QUALQUER	798	0,8128	2556,7
7	CLÁUSULA	434	0,442	2512,7
8	AUTOMÓVEIS	370	0,3768	2268,8
9	TERMOS	618	0,6294	2172
10	COMPRA	342	0,3483	1838,1
11	DATA	373	0,3799	1813,1
12	OU	1460	1,487	1533,5
13	ADENDO	229	0,2332	1441,7
14	OBRIGAÇÕES	242	0,2465	1417,5
15	QUAISQUER	253	0,2577	1308,1
16	PARTES	336	0,3422	1304,3
17	ASSINATURA	199	0,2027	1173
18	PAGAMENTO	211	0,2149	1103,5
19	SEGURO	194	0,1976	1044,4
20	PREÇO	235	0,2393	1031,8
21	SERÁ	412	0,4196	1007,9
22	VENDA	230	0,2343	984,13
23	EMBARQUE	162	0,165	966,78
24	DEVERÁ	224	0,2281	958,64
25	TITULARIDADE	142	0,1446	892,65
26	DEVIDAMENTE	170	0,1731	882,99
27	INADIMPLEMENTO	136	0,1385	874,95
28	COIMEX	133	0,1355	855,65
29	MERCADORIAS	165	0,1681	841,1
30	ARMAZÉNS	133	0,1355	819,82
31	FECHAMENTO	150	0,1528	816,06
32	ESTE	413	0,4206	795,26
33	SEGUNDO	459	0,4675	754,9
34	ILEGÍVEL	119	0,1212	754,08
35	TRADING	119	0,1212	754,08
36	CUMPRIMENTO	142	0,1446	753,42
37	NOTIFICAÇÃO	118	0,1202	747,66
38	NESTE	308	0,3137	718,09
39	ACORDO	282	0,2872	713,68
40	TAL	302	0,3076	698,51
41	PRESENTE	269	0,274	694,17
42	GERAIS	198	0,2017	691,52
43	PELO	631	0,6427	676,35
44	T'BILLS	99	0,1008	636,88
45	BRAZIL	121	0,1232	624,13
46	CONFORME	214	0,218	616,44
47	CARTA	170	0,1731	604,24
48	ESTIPULADAS	93	0,0947	598,27
49	CORPORATION	107	0,109	594,30
50	APÓLICE	90	0,0917	593,50

Apêndice C

Lista dos 58 termos simples dos TTJPs-ccv

ACORDO
ADENDO
ANEXO
APÓLICE
ARBITRAGEM
ASSINATURA
ATIVOS
CARTA
CERTIFICADO
CLÁUSULA
COMPRA
COMPRADOR
CONDIÇÕES
CONTRATANTES
CONTRATO
CRÉDITO
DANOS
DECLARAÇÃO
DESPESAS
DIREITO
DISPOSIÇÕES
EMBARQUE
ENCARGOS
ENDOSSO
ENTREGA
FATURA
FRETE
GARANTIA
IMPORTAÇÃO
IMPOSTOS
INADIMPLEMENTO
INSPEÇÃO
INSTRUMENTO
LEIS
LIBERAÇÃO
LICENÇAS
LIMITAÇÃO
MERCADORIAS
MONTANTE
NOTIFICAÇÃO
OBRIGAÇÕES
OUTORGANTE
PAGAMENTO
PARTE
PERDAS
PREÇO
PROCURAÇÃO
RECEBIMENTO
SEDE

SEGURO
TAXA
TERMOS
TITULARIDADE
TRANSAÇÕES
TRANSPORTE
VENCIMENTO
VENDA
VENDEDOR

Lista contendo das 48 expressões fixas e semifixas dos TTJPs-ccv

ACORDO VERBAL
APÓLICE DE SEGURO
CARTA DE LIBERAÇÃO
CARTA DE CRÉDITO
CARTA DO COMPRADOR
CARTA DO VENDEDOR
COMUM ACORDO
CONDIÇÕES GERAIS
CONHECIMENTO DE EMBARQUE
CONTAS A PAGAR
CONTRATO DE COMPRA E VENDA
DATA DE ASSINATURA
DATA DE EMISSÃO
DATA DE ENTREGA
DATA DE FECHAMENTO
DATA DE PAGAMENTO
DATA DE VENCIMENTO
DECLARAÇÃO DO VENDEDOR
DIREITO DO VENDEDOR
DISPOSIÇÕES DA LEI
DISPOSIÇÕES GERAIS
GARANTIAS DO COMPRADOR
LIBERAÇÃO DA MERCADORIA
LIBERAÇÃO DA TITULARIDADE
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA
OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR
OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR
ORDEM DE COMPRA
PERDA DAS MERCADORIAS
PERÍODO DE SEGURO
PORTO DE EMBARQUE
PRAZO DE EMBARQUE
PRAZO DE ENTREGA
PRAZO DE PAGAMENTO
PRAZO DE MÁXIMO
PREÇO DE COMPRA
RETENÇÃO DA TITULARIDADE
SEGURO DE CRÉDITO
TAXAS ADUANEIRAS
TAXAS BANCÁRIAS
TAXAS DE ARBITRAGEM
TAXAS DE COBRANÇA
TAXAS DE FINANCIAMENTO
TERMOS DE PAGAMENTO
TERMOS E CONDIÇÕES
TERMOS DE EMBARQUE
TERMOS DE VENDA
VALOR TOTAL